



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Dissertação de Mestrado

**O PAPEL DE ANÁPOLIS-GO NO CONTEXTO DO
EIXO GOIÂNIA – ANÁPOLIS - BRASÍLIA**

SIMONE SILVA DIAS

Brasília-DF
2011

Dissertação de Mestrado

O PAPEL DE ANÁPOLIS-GO NO CONTEXTO DO EIXO GOIÂNIA – ANÁPOLIS - BRASÍLIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de mestre em Geografia.

Área de Concentração: Gestão Ambiental e Territorial. Linha de Pesquisa: Urbanização, Ambiente e Território.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ignez Costa Barbosa
Ferreira

SIMONE SILVA DIAS

Brasília-DF

2011

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

O PAPEL DE ANÁPOLIS-GO NO CONTEXTO DO EIXO
GOIÂNIA – ANÁPOLIS – BRASÍLIA

SIMONE SILVA DIAS

Banca examinadora

Profa. Prof.^a Dr.^a Ignez Costa Barbosa Ferreira – Orientadora
Universidade de Brasília – UnB / Departamento de Geografia – GEA

Prof.^a Dr.^a Lúcia Cony Faria Cidade - Examinador interno
Universidade de Brasília – UnB / Departamento de Geografia – GEA

Prof.º Dr.º Sergio Ulisses Silva Jatobá – Examinador externo
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano, Regularização e
Habitação do Distrito Federal

Prof.^a Dr.^a Marília Luiza Peluso – Suplente
Universidade de Brasília – UnB / Departamento de Geografia - GEA

Brasília-DF
2011

FICHA CATALOGRÁFICA

DIAS, SIMONE SILVA DIAS

O papel de Anápolis – GO no contexto do eixo Goiânia - Anápolis - Brasília, 104 p., 297 mm, (UnB-IH-GEA, Mestrado, Geografia, 2011). Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. Departamento de Geografia.

- | | |
|-----------------------------|--------------------|
| 1. Centralidade | 2. Modernização |
| 3. Reestruturação produtiva | 4. Anápolis |
| 5. Goiânia e Brasília | |
| I. UnB-IH-GEA | II. Título (série) |

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

DIAS, Simone Silva. O papel de Anápolis – GO no contexto do eixo Goiânia – Anápolis – Brasília. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Brasília, 2011.p.107

CESSÃO DE DIREITOS

NOME DO AUTOR: Simone Silva Dias. TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: O papel de Anápolis – GO no contexto do eixo Goiânia – Anápolis – Brasília. GRAU/ANO: Mestre/2011.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado poder ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Simone Silva Dias

“O passado passou, só o presente é real, mas a atualidade do espaço tem isto de singular: ela é formada de momentos que foram, estando agora cristalizados como objetos geográficos, atuais; essas formas-objetos, tempo passado, são igualmente tempo presente enquanto formas que abrigam uma essência, dada pelo fracionamento da sociedade total.”

Milton Santos

Agradecimentos

Agradeço

Aos Deuses,

A minha Mãezinha por sua confiança e amor.

Minha Família.

A Denise Montandon, quem tem me ensinado o valor da confiança.

A Andréa Ilha simples e amorosa.

Aos amigos, sempre presentes, em especial a:

Alan Guerreiro pelo apoio, paciência, carinho, compreensão e confiança nas horas de desânimo.

Silvia Silva Leite pelo companheirismo e apoio, sempre presente e confiante nos momentos mais importantes do mestrado, sua experiência e integridade me serviu de inspiração durante o curso.

Ana Cássia, um solzinho sempre presente.

Laíza Fernandes pelo abrigo e atenção.

Kesia Rodrigues, Diogo Marçal e Rodrigo Mendes.

Graziele pelo companheirismo e confiança.

Ao meu querido professor Cesar Augusto Labre Lemos.

A professora Ignez pela paciência e atenção em minha orientação, por acreditar em minha proposta de trabalho e pelo carinho de sempre.

As professoras Marília Peluso e Lúcia Cony que muito contribuíram com minha formação no mestrado, em especial por mostrarem o lado humano da academia.

Resumo

A temática proposta para realização desta pesquisa pautou-se, na compreensão dos processos de reestruturação produtiva do modo de produção capitalista e de modernização, a fim de apreender aspectos da realidade atual que possam ser observados no eixo de desenvolvimento Goiânia – Anápolis – Brasília, destacando principalmente o papel da cidade de Anápolis-GO. Situada entre as duas capitais, Anápolis é única cidade intermediária que apresenta relevância no eixo e vem se destacando no cenário regional como importante pólo industrial e logístico, além de apresentar considerável área de influencia. O objetivo central é analisar sob a perspectiva dos processos de reestruturação produtiva e modernização, o papel de Anápolis-GO e sua centralidade espacial, evidenciando a influencia desses processos na conformação dessa centralidade. Para tanto, procurou-se abordar o tema dentro de sua totalidade, o que trouxe a tona os seguintes questões: Em que medida a cidade Anápolis-GO alcança centralidade espacial, no contexto do Eixo Goiânia – Anápolis - Brasília? Qual a influência dos processos de reestruturação produtiva e modernização na conformação dessa possível centralidade exercida por Anápolis? A fim de elucidar tais questionamentos, buscou-se relacionar a teoria à realidade observada em Anápolis por meio do método proposto por Milton Santos, analisar a centralidade exercida pela cidade partindo primeiro da apresentação e análise de um conjunto de objetos geográficos: Distrito Agroindustrial de Anápolis, Porto Seco Centro Oeste, Pólo Fermoquímico e Instituto de Gestão Tecnológica, seguida da junção dessas variáveis, enfatizando a categoria processo dentro de um contexto histórico e geográfico de continuidade e mudança, porém, sem isolar tal categoria das demais: forma, função e estrutura, buscando a síntese dessas categorias. Dentre as principais referencias utilizada destacamos: T. A. Arrais, C. Egler, G. Benko, M. Berman, R. L. Corrêa, J. Habermas, A. Giddens, D. Harvey, A. Lipietz, J. Miragaya, A. V. Pinto, J. Polonial, M. Santos, E. Soja. Veremos que a influencia dos processos de reestruturação e modernização contribuíram com a centralidade de Anápolis à medida que lá encontraram terreno fértil à sua assimilação, devido acumulo temporal de elementos espaciais capazes de recebê-los.

Palavras-chave: centralidade, reestruturação produtiva modernização, Anápolis

Abstract

The proposed theme for this research was based on understanding the processes of productive restructuring of the capitalist mode of production and modernization in order to grasp aspects of current reality that can be observed in the development axis Goiânia - Anápolis - Brasília, highlighting especially the role of the city of Anápolis-GO. Situated between the two capitals, Anápolis is the only city that has relevance to the intermediate shaft and has been highlighted as an important regional scenario in the industrial and logistics, and have considerable area of influence. The main objective is to analyze the perspective of the processes of productive restructuring and modernization, the role Anápolis-GO and its central space, showing the influence of these processes in the formation of this centrality. For this purpose, intending to approach the theme in its entirety, which brought up the following questions: to what extent the city Anápolis-GO reaches space centrality in the context of Axis Goiânia – Anápolis – Brasília? What is the influence of the processes of productive restructuring and modernization in the conformation of this possible centrality Anápolis? In order to elucidate these questions, the proposal is to relate the theory to the observed reality in Anápolis by the method proposed by Milton Santos, analyze the centrality of the city starting from the first presentation and analysis of a set of geographic objects: Agroindustrial District of Anápolis, Dry Port Centro Oeste, Pole Institute Pharma Chemicals and Technology Management, then the junction of these variables, emphasizing the process category within a historical and geographical context of continuity and change, however, without isolating it from the other category: form, function and structure, seeking a synthesis of these categories. The main references used include: T. A. Arrais, C. Egler, G. Benko, M. Berman, R. L. Corrêa, J. Habermas, A. Giddens, D. Harvey, A. Lipietz, J. Miragaya, A. V. Pinto, J. Polonial, M. Santos, E. Soja. We will see that the influence of restructuring and modernization contributed to the centrality of Anápolis as there they found fertile ground to its assimilation, due to the fact of temporary accumulation of spatial elements capable of receiving them.

Keywords: centrality, restructuring of production, modernization, Anápolis

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	vi
Resumo.....	vii
Abstract.....	viii
Lista de Fotos e Figuras	xi
Lista de Gráficos e Tabelas.....	xii
Lista de Quadros.....	xiii
Lista de Siglas.....	xiv
1. INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Aspectos gerais	15
1.2. O Eixo Goiânia – Anápolis – Brasília.....	19
1.3. Aspectos metodológicos	22
2. MODERNIZAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E CENTRALIDADE	29
2.1. Os Processos de Reestruturação Produtiva e Modernização	29
2.2. Cidade, Centro e Centralidade: A Importância da Dimensão Central para as Cidades	40
2.3. A Centralidade Urbana e Suas Especificidades.....	44
3. CONTEXTUALIZANDO O OBJETO	55
3.1. Formação territorial de Anápolis	55
3.2. Reestruturação produtiva do modo de produção capitalista: do global ao local	65

4. AS ESTRUTURAS PRODUTIVAS E LOGISTICAS: A NOVA CENTRALIDADE DE ANÁPOLIS	72
4.1. Objetos Geográficos: as estruturas produtivas e logísticas que contribuem com a centralidade de Anápolis.....	72
4.2. Distrito Agroindustrial de Anápolis.....	74
4.3. A nova centralidade de Anápolis-GO	93
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS.....	99
Anexos.....	103

Lista de Fotos e Figuras

Foto 1 - Inauguração do DAIA 1976, com a presença do então Presidente da República Ernesto Geisel.	71
Fotos 2 e 3 – Anápolis/GO : Trevo de acesso ao DAIA, BRs 060 e 153, com detalhes do canteiro de obras da Ferrovia Norte-Sul que passará através de um túnel sob o local	76
Fotos 4 e 5 – Anápolis/GO : vista parcial do Distrito Agroindustrial e do Laboratório Teuto Ltda	85
Fotos 6 e 7 – Estação Aduaneira do Interior (EADI Porto Seco Centro Oeste	90
Figura 01 – Estrutura Urbana	18
Figura 02 – Localização do Estado de Goiás no contexto Brasileiro e Localização de Anápolis no Estado de Goiás	56
Figura 03 – Anápolis/GO : Projeções da Localização da Cidade e do Distrito Agroindustrial de Anápolis.....	74
Figura 04 – DAIA: Espacialização dos serviços de infra-estrutura	75
Figura 05 – DAIA: Espacialização das indústrias – 2008.....	79
Figura 06 – Descrição da Plataforma Logística Multimodal de Goiás.....	92

Lista de Gráficos e Tabelas

Gráfico 1 – Estado de Goiás : Projetos aprovados pelo programa PRODUZIR de 2000 a 2005	82
Gráfico 2 – Anápolis/GO : Participação das Empresas na Cadeia Produtiva do Pólo Farmacêutico de Anápolis por Região – 2008.....	87
Tabela 1 - Estado de Goiás : Quantidade e Valores Contratados de Recursos do FCO – 2006 a 2008	84

Lista de Quadros

Quadro 1 – As Teorias clássicas da localização espacial.....	46
Quadro 2 – Anápolis/GO : Relação de Empresas do DAIA que se destacaram na arrecadação de ICMS em 2006.....	77
Quadro 3 – Anápolis/GO : Relação de Empresas do Pólo Farmacêutico de Goiás presentes no DAIA -2008.....	86

Lista de Siglas e Abreviaturas

APL – Arranjo Produtivo Local

EADI - Estação Aduaneira do Interior

FOMENTAR - Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás

FCO - Fundo Constitucional de financiamento do Centro-Oeste

FUNPRODUZIR - Fundo de Desenvolvimento de Atividades Industriais

GDF - Governo do Distrito Federal

GOIÁSFOMENTO - Agência de Fomento do Estado de Goiás

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES – Instituições de Ensino Superior

ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços

IGTF - Instituto de Gestão Tecnológica e Farmacêutica

IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano

IR - Imposto sobre Renda

ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

ITBI - Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis

PRODUZIR - Programa de Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás

MI - Ministério da Integração Nacional

RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A

SECTEC - Secretaria da Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás

SEPLAN/GO – Secretaria de Estado de Planejamento e de Desenvolvimento Econômico do Estado de Goiás

SIC - Secretaria da Indústria e do Comércio do Estado de Goiás

UEG - Universidade Estadual de Goiás

1. INTRODUÇÃO

1.1. Aspectos gerais

O recente processo de reestruturação do modo de produção capitalista tem início em meados do século XX e provoca profundas mudanças na estrutura produtiva e social do globo, marcado pela luta contra rigidez do regime fordista esse processo de reestruturação tem como motor a flexibilidade das relações de trabalho, das relações de produção, além de promover maior mobilidade geográfica tanto de fluxos de mercadorias e pessoa como da produção, fatores que alteram a configuração urbana mundial e local.

Neste contexto, a partir da década de 1990 constatam-se algumas transformações na estrutura urbana brasileira, a configuração da rede urbana muda, se antes era marcada pela concentração dos meios técnicos e científicos na região sudeste, em especial no eixo Rio de Janeiro - São Paulo, agora, agrega nova centralidade às regiões que no passado apresentavam pouco ou nenhuma influência no cenário urbano brasileiro. Nesse período, ocorre uma aceleração no processo de urbanização brasileira que, de acordo com Egler (2001),

Apresenta um ritmo extremamente dinâmico, devido, em grande parte, a dois processos articulados. Primeiro, à concentração populacional nas metrópoles – estas, em 1996, respondiam por cerca de 42% da população urbana brasileira; segundo, à expansão e ao adensamento da estrutura urbana, tanto em áreas de povoamento consolidado, como também na fronteira de recursos. (EGLER, 2001, p. 42,)

Neste contexto, algo que chama atenção na nova configuração territorial da rede urbana brasileira é o sistema urbano regional que corresponde a Goiânia e Brasília. Inserido na estrutura urbana do Centro-Norte, esse sistema compõem uma área que “apresenta forte dinamismo, tanto no processo de adensamento dos núcleos urbanos situados entre Brasília e Goiânia, como também no de expansão, principalmente para o Norte” (EGLER, 2001).

Esse sistema vem se consolidando e aumentando sua área de influência a medida que Goiânia apresenta forte atração regional e Brasília nacional, crescendo seu peso enquanto região polarizadora e constituindo uma nova configuração territorial no Centro-Oeste.

Além de Brasília e Goiânia como metrópoles polarizadoras desse sistema, encontra-se Anápolis, situada entre as duas capitais. Trata-se da principal cidade intermediária desse sistema e juntamente com as duas metrópoles conformam o denominado eixo de desenvolvimento Goiânia – Anápolis – Brasília, composto pelas regiões metropolitanas de Goiânia e Brasília além de Anápolis e sua microrregião¹.

Tal eixo representa uma das áreas de maior fluxo de pessoas e mercadorias do Centro-Oeste com uma população de aproximadamente 4,7 milhões de habitantes, sendo que 40% desse contingente reside em Goiânia, Anápolis e Brasília (MIRAGAYA, 2001).

De acordo com Egler(2001), o eixo de desenvolvimento Goiânia – Anápolis – Brasília apresenta a mais elevada taxa de crescimento urbano do país e tende a consolidar um importante núcleo de polarização no Brasil Central. Apresenta uma localização geográfica privilegiada que facilita a ligação do eixo com os demais estados e é considerada a principal área polarizadora da região, cuja área de influência abrange além do Centro-Oeste a região Norte do país.

¹ A Região Metropolitana de Goiânia definida pela Lei Complementar Estadual nº 27 de dezembro de 1999 e alterações posteriores. A Grande Goiânia compreende 12 municípios e sua Região de Desenvolvimento Integrado é composta por mais 8, totalizando 20 municípios, são eles: Abadia de Goiás, Goianira, Aparecida de Goiânia, Guapó, Aragoiânia, Hidrolândia, Bela Vista de Goiás, Inhumas, Bonfinópolis, Nerópolis, Brazabrantes, Nova Veneza, Caldazinha, Santo Antônio de Goiás, Caturai, Senador Canedo Goianópolis, Terezópolis de Goiás, Goiânia, Trindade. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/>. Acesso em: 10/10/2011.

A microrregião de Anápolis é composta pelos seguintes municípios: Anápolis, Araçu, Brazabrantes, Campo Limpo de Goiás, Caturai, Damolândia, Heitorai, Inhumas, Itaberaí, Itaguari, Itaguaru, Itauçu, Jaraguá, Jesópolis, Nova Veneza, Ouro Verde de Goiás, Petrolina de Goiás, Santa Rosa de Goiás, São Francisco de Goiás, Taquaral de Goiás. Disponível em: http://www.seplan.go.gov.br/sepin/perfilweb/Estatistica_bde.asp. Acesso em: 10/10/2011.

A Região Metropolitana de Brasília foi instituída pela Lei nº 94 de 19/02/1998 e é composta seguintes municípios: Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Brasília, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antonio do Descoberto, Valparaíso de Goiás, Vila Boa, Buritis, Cabeceiras, Unai, Novo Gama.(GUIMARAES E LEME, 2000), disponível em: http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/livros/migracao_urbanas/02pronex_04_Regiao_Metropolitana.pdf. Acesso em: 10/10/2011

O eixo Goiânia – Anápolis – Brasília tem origem no sistema urbano Brasília – Goiânia, cidades cujo surgimento foi influenciado pelos respectivos processos: expansão territorial promovido pelo governo Getúlio Vargas (a Marcha para o Oeste) e modernização, alavancado pelo governo do Presidente Juscelino Kubstchek, respectivamente.

Outros aspectos contribuíram para o desenvolvimento da região, tais como: a modernização agrícola entre a década de 1970 e 1980, marcada principalmente pela introdução da monocultura da soja, e as políticas públicas estruturadas a partir dos Planos Nacionais de Desenvolvimento. Dentre elas destacam-se: o Polocentro (Programa Especial de Desenvolvimento do Cerrado) destinado a ocupação nacional das áreas de cerrado, além do PROGEB (Programa Especial de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília), que visava o desenvolvimento equilibrado do Distrito Federal.

Embora Anápolis tenha sido fundada em um período anterior a esses processos, os mesmos influenciaram diretamente em sua consolidação urbana e econômica. Até meados do século XX a cidade se consolida como importante entreposto comercial da sua região, além de servir de apoio para construção de Goiânia e Brasília, em 1969, torna-se área de segurança nacional em virtude da instalação de uma Base Aérea, cujo principal objetivo era o de proteger recém criada capital federal.

Atualmente, de acordo com a SEPLAN/GO (2007), Anápolis é um dos principais polos de desenvolvimento econômico do estado de Goiás, integra uma micro-região que leva o seu nome e exerce influencia sobre 20 municípios dessa microrregião. O que torna intrigante o fato de ambas as capitais não terem suplantado completamente sua relevância, ao contrário, é nos últimos vinte anos que a cidade consolida no sistema Goiânia – Brasília, e apresenta nesse período, marcante ampliação e expansão urbana acompanhada por relevante crescimento populacional.

FIG. 01 - EIXO GOIÂNIA - ANÁPOLIS - BRASÍLIA



FONTE: Plano Diretor, Anápolis 2005/2006. Adaptado.

Em 1976 com a implantação do DAIA (Distrito Agro Industrial de Anápolis) a cidade intensificou seu processo de industrialização, o que contribuiu com a já mencionada expansão populacional e urbana. Nesse ano, a população anapolina era de aproximadamente 150 mil habitantes, nos dias atuais essa população é de 325.544 mil habitantes (IBGE 2007).

1.2. O Eixo Goiânia – Anápolis – Brasília

A maioria das pesquisas analisadas cujo foco principal é a cidade de Anápolis, tem como objeto de estudos ora a centralidade intra-urbana, ora o Distrito Agroindustrial de Anápolis, ora a relevância de Anápolis enquanto cidade média. Destacamos algumas das recentes pesquisas acerca de Anápolis.

Montessoro (2006), analisa a centralidade intra-urbana exercida pelo comércio informal e os novos espaços de consumo em Anápolis, a autora considera que o consumo proporcionado pelo comércio informal contribui com apropriação espacial no centro da cidade além de “cria e recria uma realidade que vislumbra novas formas e funções”, que na verdade estão articuladas ao processo de (re)produção do espaço e são um reflexo da (re)produção do capital na cidade, entendendo-os como aspectos de uma cidade de médio porte.

Já Silva (2009), estuda o município de Anápolis, o Distrito Agroindustrial de Anápolis e o emaranhado de relações sociais que o permeia, além dos diversos sujeitos envolvidos nessas relações, tais como: o Estado, os empresários e a classe trabalhadora local, sendo seu principal foco a análise do Distrito a partir da categoria território, que para o autor evidenciaria as nuances de tais relações.

Cunha (2009), analisa a influência do DAIA na economia anapolina, identificando uma especialização da economia de Anápolis promovida especialmente pela presença do Distrito Industrial na cidade, já que para a autora, a presença do DAIA faz da indústria a principal atividade econômica da cidade.

Luz (2010), também parte da compreensão da categoria território para analisar a “(re) produção do espaço de Anápolis e dá ênfase a noção de cidade média, analisando a trajetória de Anápolis entre Brasília e Goiânia com foco na questão da (re) produção do espaço e o comando regional exercido pelas cidades médias, em especial por Anápolis.

Neste contexto, ainda há poucas pesquisas desenvolvidas acerca do eixo Goiânia – Anápolis – Brasília, em especial, poucas pesquisas que aborde o eixo a partir da perspectiva de Anápolis, analisando duas delas, temos: de acordo com Arrais (2006), que denomina a região em estudo como sendo o Eixo de Desenvolvimento Goiânia – Anápolis - Brasília:

O discurso sobre o “Eixo de Desenvolvimento Goiânia - Anápolis - Brasília” tem dois pontos de partida: Goiânia, sob o comando do Governo do Estado de Goiás e Brasília sob o comando do GDF (Governo do Distrito Federal). Os demais municípios, exceção feita à Anápolis, são coadjuvantes, ou melhor, figurantes, estão nas bordas, servem, quando muito, para aumentar as estatísticas populacionais sobre o potencial de consumo e área e para dar idéia de um “eixo” regionalizado, forjando o consenso em torno da integração econômica [...] No caso de Anápolis, com área de influência menor que Goiânia e Brasília, a funcionalidade é dirigida para as características logísticas do município, o que foi favorecido pela presença do parque industrial, com destaque para pólo farmoquímico. [...] A afirmação da função logística foi a forma encontrada para inserir Anápolis no “Eixo de Desenvolvimento Goiânia – Anápolis - Brasília”, uma vez que este município encontra-se como um “nó” entre Goiânia e Brasília (ARRAIS, 2006, p.5).

Por sua vez, Miragaya (2001), ao analisar o eixo por ele denominado, ‘Eixo Brasília – Anápolis - Goiânia’, afirma que:

a proximidade entre as três cidades, somada ao acelerado crescimento das metrópoles, particularmente quanto aos papéis que desempenham no plano regional, conduzirá, inevitavelmente, à consolidação de um forte eixo econômico unindo as duas áreas metropolitanas, tendo a aglomeração urbana de Anápolis como ponto de interseção (MIRAGAYA, 2001, p.15).

As discussões acerca do sistema Brasília/Goiânia, no qual Anápolis está inserido, apresentam conteúdos distintos, a começar pela denominação do Eixo, o qual é encabeçado pela cidade de onde se pronuncia o pesquisador. Porém, mesmo diante da diferença de abordagem, onde o primeiro nos parece contestar o discurso de homogeneidade que permeia as discussões acerca do eixo, e os segundo parece confirmar a possível consolidação de um eixo econômico capaz de unir as duas áreas metropolitanas, encontramos em ambos a referencia a Anápolis como sendo um município que liga as duas cidades, um ponto de ‘interseção’, ou mesmo um ‘nó’ entre as duas capitais.

Dessa forma, a inquietação presente nessa discussão está relacionada a necessidade de uma análise acerca do Eixo, a partir da perspectiva de Anápolis, a fim de entender como a cidade sobressai em um Eixo encabeçado por duas metrópoles e verificar a centralidade exercida pela cidade no contexto do Eixo, além de compreender se a relevância de Anápolis se deve a sua consolidação industrial e logística ou a sua condição de nó que promove interseção entre as duas capitais.

Nesse sentido, a temática proposta para o desenvolvimento dessa pesquisa se pauta na compreensão dos processos de reestruturação produtiva e modernização global e sua influência na conformação da centralidade urbana de Anápolis-GO. Dessa forma, buscou-se compreender a centralidade exercida por Anápolis tendo como recorte temporal os últimos dezoito anos, que compreendem de 1990 no século XX, até a primeira década do século XXI, período que representa a consolidação dos processos de modernização e reestruturação na cidade.

Conforme visto acima há muitas pesquisas sobre Anápolis em diferentes enfoques, porém, pesquisas acerca do Eixo a partir da perspectiva de Anápolis ainda são escassas, dessa forma, acredita-se que a presente pesquisa pode contribuir com a discussão do objeto em questão a partir do momento que vm agregar novos elementos e perspectiva à análise do Eixo Goiânia – Anápolis Brasília.

Para tanto, procurou-se abordar o tema proposto sob a perspectiva de Anápolis, evidenciado um recorte capaz de expressar a realidade em questão, ao mesmo tempo em que procura mostrar sua relação com o território, o que partiu dos seguintes questionamentos:

- Em que medida a cidade Anápolis-GO alcança centralidade espacial, no contexto do Eixo Goiânia – Anápolis - Brasília?
- Qual a influência dos processos de reestruturação produtiva e modernização na conformação dessa possível centralidade exercida por Anápolis?

A pesquisa tem como norte a seguinte hipótese:

- A influência dos processos de modernização e reestruturação produtiva do modo de produção capitalista, favoreceu a consolidação econômica de Anápolis proporcionando à cidade papel importante no contexto do Eixo Goiânia – Anápolis – Brasília.

O que foi desenvolvido, buscando estabelecer um paralelo entre a teoria e a realidade empírica observada em Anápolis por meio de dados secundários e trabalhos acadêmicos anteriormente desenvolvidos. Buscou-se também, respaldar a pesquisa no que se refere a compreensão científica do método, como forma de torná-la comprometida com a compreensão acadêmica dos fatos e fenômenos, os quais sempre acompanham o movimento da realidade.

1.3. Aspectos metodológicos

À medida que o homem amplia seu entendimento acerca da realidade, amplia também sua capacidade de conhecer a natureza e nela atuar, mas é a partir da sistematização do processo de conhecimento, transformado em pesquisa científica que se torna possível dominar a natureza. Como afirma Pinto,

A pesquisa científica é um aspecto, na verdade o momento culminante, de um processo de extrema amplitude e complexidade pelo qual o homem realiza sua suprema possibilidade existencial, aquela que dá conteúdo à sua essência de animal que conquistou a racionalidade: a possibilidade de dominar a natureza, transformá-la, adaptá-la às suas necessidades. Esse processo se chama 'conhecimento'. (PINTO, 1979, p. 13)

O processo do conhecimento e o conseqüente domínio à natureza dão ao homem a capacidade de abstrair da realidade os fatos e fenômenos que influenciam direta ou indiretamente em sua vida, compreendendo a realidade e criando condições de transformá-la por meio da pesquisa científica, ponto alto do conhecimento. O autor chama atenção ainda para o fato de que:

Qualquer ato definido de pesquisa de algum dado da realidade só pode ser entendido como determinado pela totalidade do conhecimento existente no momento; mas, por outro lado, precisamos igualmente compreender que o todo do conhecimento presente em cada época se constitui pela acumulação destes atos singulares, que são as distintas pesquisas da realidade empreendidas cada qual num determinado instante, num determinado lugar, por um investigador individual (PINTO, 1979, p. 14).

Nesse ponto, o autor nos alerta acerca da importância de se utilizar o conceito de totalidade como forma de interpretação da realidade, porém, é possível perceber que o desenrolar de uma dada pesquisa científica perpassa pela compreensão que um dado pesquisador tem da realidade. Essa compreensão é permeada por posicionamentos pessoais emitidos pelo próprio pesquisador, que por meio da pesquisa, demonstra sua posição diante da história, sua afirmação política, cultural e científica de um dado quadro da realidade.

Entretanto, como a realidade é ampla e complexa nem sempre é possível ver o quadro todo, há o risco de limitar a análise a apenas um aspecto da realidade e mesmo a um pequeno recorte da mesma. Ao mesmo tempo, nos dá a possibilidade de entender esse dado recorte da realidade sob primas diferentes, já que, permite ao pesquisador de uma dada área demonstrar seu posicionamento acerca da realidade, bem como a posição do ramo científico ao qual tal pesquisador pertence, evidenciando as particularidades das distintas áreas da ciência. O que possibilita distintas compreensões do real e a partir daí, a construção de um quadro coerente e mais completo da realidade capaz de se encarregar da elucidação da 'verdade', objetivo primeiro da ciência que só é possível a partir da observação, experiência e compreensão do real e suas nuances.

Assim, as distintas áreas da ciência expressam sua compreensão da realidade a partir daquilo que lhe é particular e inerente e que é usado para analisar os fatos e fenômenos, compreendendo-os a partir de suas categorias ou categoria principal. O que cada ramo científico tem como objeto de estudo primeiro e que se tornou - em ciências sociais - não uma lei geral, mas um emblema, o representante maior daquela disciplina, de maneira a expressar seu interesse principal e suas particularidades. Dessa maneira, o conhecimento vai sendo sistematizado e se tornando legítimo dentro da ciência.

Porém, para que o processo do conhecimento seja considerado fruto de uma produção realmente científica é necessário que o mesmo tenha o respaldo de um método que o oriente na construção de um dado recorte da realidade.

De acordo com Gil (1994), “para que um conhecimento seja científico é fundamental que se identifique o método que possibilitou chegar a esse conhecimento”, entendido método científico como, “conjunto de procedimentos intelectuais e técnicas adotados para atingir o conhecimento”.

Para Lakatos e Marconi, método é:

O conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permitem alcançar o objetivo – conhecimento válidos e verdadeiros –, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões dos cientistas. (LAKATOS & MARCONI, 1983, p. 41-42)

O que leva a crer que a noção de método está diretamente ligada a noção de procedimentos, técnicas e mecanismos que possa sistematizar o conhecimento.

Já Álvaro Viera Pinto (1979), ao abordar o problema do método nas ciências sociais, o faz traçando um delineamento acerca da teoria do conhecimento e afirmando a importância do entendimento da lógica dialética para o estudo das ciências sociais, e acrescenta, “o conhecimento se torna metódico e portanto científico quando surge a consciência do processo circular, dialético que irá fundar a ciência, a lógica e a possibilidade de construir a teoria do método para aplicá-la a realidade.

De acordo com Pinto (1979), não é possível compreender os aspectos e elementos que a realidade nos apresenta fora da interpretação dialética dos

mesmos, pois tal compreensão nos permite analisar, o recorte da realidade entendendo-o em seu sentido de totalidade que lhe é inerente. E o autor segue afirmando que a essência do raciocínio metódico é a possibilidade que o espírito humano conquista de travar com o mundo objetivo um circuito de relações, ora relações receptivas que partem do raciocínio indutivo, ora sob a forma de atividades operatórias que partem do raciocínio dedutivo. O que faz com que os circuitos, indutivo e dedutivo estejam presentes em todas as fases do processo do conhecimento.

É observar a realidade tendo como base metódica o entendimento dessas duas maneiras de captá-la, compreendendo que, ora um fenômeno pode ser direcionado por leis gerais, ora por aspectos que lhe são particulares, para o autor tal compreensão só é possível a partir da utilização da lógica dialética no entendimento dos fenômenos sociais e acrescenta,

O conceito de método não é estático, mas dinâmico, seu conteúdo varia, e portanto as relações entre seus diversos aspectos lógicos se alteram com o evoluir das ciências e com a aplicação daquilo que em cada época se entende por método[...] O que em cada época se chama de método representa os processos de pensamento e de atuação sobre a realidade que estão diretamente vinculados aos modos de produção da existência (PINTO, 1979, p.39).

O autor amplia a compreensão do que venha ser o método nas ciências sociais levando-o a dimensão da teoria do conhecimento. Dessa forma, para além dos procedimentos e técnicas, o método é o que permeia a construção da teoria científica e atua como elo necessário entre o conhecimento da realidade e a ciência.

O método garante a capacidade de transformar o conhecimento em ciência e deve necessariamente, ser compreendido a partir do entendimento da lógica dialética. O método não pode ser unitário, ou seja, não existe apenas um método científico, há uma variedade de métodos para que se possa dar conta da realidade e todos os métodos existentes apresentam uma essência 'Una', proveniente do 'Método' primeiro, aquele que norteou a consolidação do conhecimento enquanto ciência. O que deixa claro a importância da compreensão acerca do que venha ser o método para o desenvolvimento de uma dada pesquisa científica.

Da mesma forma, para que se possa proceder cientificamente na ciência geográfica, há que primeiro admitir a importância fundamental do método científico e então identificar qual melhor método a ser utilizado no desenvolvimento da pesquisa.

Parte-se do princípio de que há uma diversidade de métodos, tais como: indutivo, dedutivo, dialético, positivista, neopositivista, materialismo histórico dialético, hermenêutico etc. Todos estão de alguma forma, estão ligados ao princípio de totalidade que permeia o método em essência, e cada qual apresenta sua particularidade, e em sua perspectiva evidencia um dado recorte da realidade. O que torna necessário evidenciar o método de trabalho utilizado em uma dada pesquisa.

Nessa pesquisa será utilizado o método proposto por Milton Santos para compreensão do espaço. O autor propõe que antes da crítica há que se fazer a análise do fenômeno observado, para isso deve-se partir das seguintes fases: 1º) fragmentação do fenômeno; 2º) análise das partes fragmentadas; 3º) e posterior reunião de tais partes fragmentadas, conjugando os dados em um todo capaz de reconstruir a realidade em questão, agora, com uma nova compreensão desse fenômeno. E é a partir dessa concepção que se pretende estudar as especificidades do espaço anapolino e os elementos desses espaço capazes de evidenciar a centralidade de Anápolis,

Para tanto, Milton Santos propõe as seguintes categorias analíticas: *forma, função, estrutura e processo*. Sendo que: **Forma** – é o aspecto visível de uma coisa, o arranjo ordenado de objetos, um padrão; **Função** – uma tarefa ou uma atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa; **Estrutura** - inter-relação de todas as partes de um todo, modo de organização e construção; **Processo** – ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança.

E o autor alerta que:

Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos, mas associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade [...] Em outras palavras, forma, função,

processo e estrutura devem ser estudados concomitantemente e vistos na maneira como interagem para criar e moldar o espaço através do tempo. (SANTOS, 1985, p.52).

Tais categorias estão relacionadas e intimamente ligadas, não podendo ser compreendidas separadamente. Nesse trabalho, elas serão utilizadas como método para se compreender a realidade que propomos analisar, que é a relevância de Anápolis – GO no contexto do eixo Goiânia – Anápolis – Brasília, dando ênfase à categoria processo, posto que assim como a tomada de consciência humana com relação ao conhecimento ocorre de maneira processual, os fenômenos espaciais também são melhor compreendidos processualmente, sendo este um fenômeno gradativo, contínuo e transformador.

Dessa forma, a partir da compreensão da noção de processo se apresenta como a melhor maneira de analisar o objeto em questão, já que a centralidade observada em Anápolis foi desenvolvida processualmente, a partir da acumulação de tempos distintos em seu espaço. Hoje pode se falar em um tempo presente moderno, mas que guarda as heranças do passado.

A ênfase dada à categoria processo tem intuito de compreender a influência da reestruturação produtiva e modernização na conformação da centralidade de Anápolis, porém, procurou não isolar a categoria processo das demais categorias elencadas acima, posto que a síntese dessas categorias permitirá chegar ao objetivo proposto: analisar sob a perspectiva dos processos de reestruturação produtiva e modernização, o papel de Anápolis-GO e sua centralidade espacial. Partiu-se também, da análise dos objetos geográficos capazes de evidenciar tal centralidade

Dessa forma, a análise se desenvolveu a partir das seguintes fases:

1º Análise dos processos de reestruturação produtiva e modernização, identificando como tais processos se estabelecem na cidade, alterando a forma espacial e criando novos objetos geográficos e novas funções, umas diretamente ligadas à modernidade e outras indiretamente. O que será feito mediante a análise dos elementos espaciais como: empresas ligadas ao setor moderno da produção, bem como da infra-estrutura de produção, circulação, comunicação e a logística necessária ao desenvolvimento dessas funções;

2º Exame de como os novos processos atuaram sobre a centralidade urbana de Anápolis por meio da análise dos fixos e fluxos presentes na região em questão, o

que foi observado por meio da existência de um conjunto de sistemas de objetos e de ações capazes de evidenciar essa centralidade, tais como: Distrito Industrial de Anápolis, capacidade logística da cidade; presença de uma Estação Aduaneira do Interior - Porto Seco Centro-Oeste, centros de pesquisa voltado para as empresas existentes no Distrito Industrial, presença de Universidades com a criação de cursos superiores direcionados as empresas do Distrito.

Segundo capítulo fez-se uma revisão bibliográfica acerca dos processos de reestruturação produtiva e modernização, seguido de uma breve discussão sobre a noção de centralidade, a fim de construir as bases teóricas capazes de respaldar a pesquisa.

O terceiro capítulo está voltado para contextualização do objeto de estudos, a centralidade de Anápolis, primeiro foi feito um levantamento histórico da formação territorial de Anápolis a fim de situar o objeto de estudos no tempo e no espaço, em seguida uma breve compreensão dos processo de reestruturação produtiva partindo de uma escala global até o local.

No Quarto capítulo, apresentou-se os objetos geográficos considerados relevantes na conformação da centralidade espacial de Anápolis, por fim analise dos resultados que evidenciam a nova centralidade de Anápolis, em seguida é apresentado as considerações finais.

2. MODERNIZAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E CENTRALIDADE

2.1. Os processos de reestruturação produtiva e modernização

Se entendermos a modernização como sendo um processo no qual está imbuído o sentido intrínseco de renovação, podemos afirmar que esse processo tem início com Renascimento Cultural e Científico ocorrido no século XV e XVI.

Com Renascimento e sua perspectiva humanista do mundo, o homem retoma as rédeas da história e tem início um novo despertar da sociedade ocidental. Esse período, é mais profundamente marcado, por transformações científicas e culturais, porém, marca também uma nova forma de lidar com o mundo e com a natureza. Além disso, as transformações ocorridas nesse momento provocaram mudanças na estrutura social e econômica da época, e por mais que a perspectiva humanista tenha sido utilizada na antiguidade grega, para o Renascimento se tratava de uma renovação e por que não dizer uma revolução. É nesse sentido, que as mudanças, as renovações e transformações desse período podem ser consideradas a pedra fundamental do que hoje se entende por modernização, posto que tais mudanças na forma de pensar e em especial na maneira de se pensar a ciência proporcionaram o surgimento dos avanços tecnológicos capazes de redirecionar os rumos da história e influenciar os avanços tecnológicos futuros, como por exemplo, o surgimento da imprensa.

Posteriormente, com Iluminismo e a consolidação de vários conceitos preconizados pelo Renascimento temos o marco da era moderna, cuja principal característica era o retorno da razão enquanto capacidade máxima do homem. Mais uma vez, as mudanças mais profundas dessa época estavam relacionadas à ciência, posto que:

O discurso do saber é sem dúvida a interface que atravessa o conjunto de discussões da modernidade. A nova ciência é, portanto, um conjunto dos fundamentos, talvez o mais importante, do que normalmente se identifica como sendo o novo código de valores da modernidade. (GOMES, 1999, p. 28).

O discurso científico se torna o representante dessa época, tomando importância até então desconhecida, além de iniciar um processo de mudança em suas abordagens e acepções, adquirindo novas nuances. A partir do Iluminismo todos os aspectos da realidade devem ser legitimados pela ciência. É nesse período que se estabelece a razão enquanto base para o método da ciência moderna, e é a razão, única faculdade capaz de dar legitimidade ao discurso científico. Nesse momento, inicia-se um discurso de modernidade, imbuído da importância e necessidade do novo, daquilo que estaria por vir em uma sociedade que havia passado longos anos na obscura Idade Média.

Se no Renascimento a Burguesia surge como uma alternativa à relação feudal e como uma retomada do urbano, é no Iluminismo que esse grupo social se consolida e fornece as bases financeiras para o desenvolvimento científico e cultural proporcionado pelo o iluminismo. Mais tarde, a burguesia será definida por Marx como uma classe social que se contrapõe à classe proletária, além de ser responsável pelo início do processo de modernização da sociedade.

Vale ressaltar que essa leitura é feita por Berman (1986) e Harvey (1999), ao afirmar que Marx foi também um teórico moderno, e um dos primeiros teóricos da modernização e que já no manifesto comunista traça, em linha geral, o que viria ser o que conhecemos hoje por modernização.

Dessa forma, sendo a burguesia responsável por uma revolução nos padrões sociais e econômicos da época, é possível dizer que o avanço burguês e também do modo de produção capitalista são os responsáveis por um conjunto de transformações culturais, econômicas, sociais e políticas que fornecem um novo paradigma à sociedade, bem como um novo estilo de vida pautado nas relações de trabalho e produção e na acumulação de capital. Uma verdadeira revolução nos padrões de vida da época, como afirma Marx:

A burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção e com isso, todas as relações sociais [...] Essa revolução contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as outras. (MARX, 1999, p.12)

É a existência da burguesia que possibilitou a revolução na ordem feudal e garantiu a consolidação de um novo modelo de produção, ou seja, permite a consolidação do modo de produção capitalista e toda sua dinâmica de acumulação de capital.

Vale ressaltar que, entender o processo de modernização pressupõe a compreensão que este é um processo inerente à modernidade e está associado ao discurso da modernidade e todo aparato de inovação desse período.

A consolidação da modernidade tem como base todo um conjunto de aspectos socioculturais, políticos e econômicos que fomentaram esse estado de coisas, esse momento histórico, e a nosso ver, esse conjunto de ações, ideologias e formas de vida que permearam a conformação da modernidade. Logo, a modernidade seria um amplo, contínuo e intenso processo de modernização sempre permanente, sempre em movimento, acontecendo a cada instante, sempre atuante, um constante devir,

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor — mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos [...] No século XX, os processos sociais que dão vida a esse turbilhão, mantendo-o num perpétuo estado de vir-a-ser, vêm a chamar-se 'modernização'. (BHERMAN, 1982, p.11)

Aos poucos, o processo de modernização se tornou o motor da modernidade, o elemento fomentador que anima esse período histórico, bem como uma particularidade em si, com a propriedade de superar até mesmo o próprio período que lhe deu vida, posto que, atualmente o processo de modernização parece está atrelado a todos aqueles aspectos relacionados a inovações e mudanças sociais, econômicas e políticas.

No entanto, nesse trabalho, não se propõe uma discussão acerca da teoria da modernização. Busca-se na verdade, elencar algumas abordagens acerca da noção de modernização a fim entender um pouco mais sobre esse conceito e então verificar sua relação com a realidade, em especial, verificar a influência do processo de modernização no desenvolvimento da centralidade espacial de Anápolis-GO,

além de compreender a relação desse processo com o processo de reestruturação produtiva do modo de produção capitalista.

Assim, Segundo Habermas,

O conceito de modernização refere-se a um feixe de processos cumulativos que se reforçam mutuamente: à formação de capital e mobilização de recursos, ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho, ao estabelecimento de poderes políticos centralizados e à formação de identidades nacionais, à expansão de direitos de participação política, de formas urbanas de vida e de formação escolar formal, refere-se à secularização de valores e normas, etc. (HABERMAS, 1998, p. 14).

Em Habermas a noção de modernização está intimamente ligada ao desenvolvimento social, cultural, econômico e político da sociedade moderna. Trata-se de um processo abrangente que envolve diversos aspectos sócio-culturais, ao mesmo tempo em que transforma a economia e política de uma dada época, é também modificado por esses aspectos. O autor alega ainda que tal fenômeno, modernização e sua teorização, é uma abstração do conceito de modernidade de Max Weber. E que essa abstração acaba dissociando a modernidade de sua origem, o contexto racionalista ocidental. Nessa perspectiva, as teorias da modernização apresentam uma dinâmica própria, capaz de escapar as suas próprias bases conceituais.

Já para Giddens (1984), “a teoria da modernização baseia-se em falsas premissas e serve, em algum sentido, como defesa ideológica do domínio do capitalismo ocidental sobre o resto do mundo”.

Para o autor, a teoria da modernização está intimamente ligada à teoria da sociedade industrial, que se pauta na crença de que os países industrializados são desenvolvidos e os não industrializados não o são, além de aguardar seu processo de modernização. O processo de modernização, ele próprio um eterno devir, é nos países ou lugares não ‘modernizados’, a esperança do progresso, esperança do novo, do desenvolvimento econômico e social.

Voltando a Berman (1982), a modernização seria um compartimento do pensamento sobre a modernidade, que se divide em duas linhas: “modernização em

economia e política, e modernismo em arte, cultura e sensibilidade”. Confirmando a idéia de que a modernização está diretamente relacionada ao modo de produção capitalista, logo, trata-se de um fenômeno capitalista e temporalmente delimitado. Surge juntamente com modo de produção e com a consolidação da burguesia, como visto anteriormente.

É possível afirmar que ao longo do tempo, esse conceito vai adquirindo novas nuances. Se no seu surgimento estava relacionado à revolução econômica, social, política e cultural promovida pela burguesia à medida que essa classe social e o modo de produção capitalista se transformam, esse processo também se transforma.

Dessa forma, o processo de modernização pode estar vinculado aos muitos e diferentes processos de mudança estrutural que foram associados à capacidade do modo capitalista de se desenvolver e sobreviver, garantindo a reprodução de suas relações sociais fundamentais, bem como das relações de produção e suas divisões características do trabalho (SOJA, 1993, p. 37). Ainda:

a modernização, tal como eu vejo aqui, é um processo contínuo de reestruturação societária, periodicamente acelerado para produzir uma recomposição significativa do espaço-tempo-ser em suas formas concretas, uma mudança da natureza e da experiência da modernidade que decorre primordialmente da dinâmica histórica e geográfica dos modos de produção.

Soja parte da compreensão do processo de modernização como sendo um processo delineado pelo modo de produção capitalista e necessariamente intrínseco a ele. Nesse sentido, a modernização sendo um processo social, permeia o modo de produção, fazendo com que este tenha a possibilidade de reestruturar-se sempre que fizer necessário.

Como mudança da experiência da modernidade, a modernização supõe uma transformação da estrutura que passa a responder aos novos significados da relação espaço-tempo-ser, impostos pelas novas necessidades sociais.

Sendo assim, vale lembrar que a experiência da modernidade compreende um misto de sensibilidades, capazes de refletir os sentidos específicos e mutáveis

que compõem as três dimensões formadoras da existência humana que são espaço, tempo e ser. Onde a ordem espacial da existência humana provém da produção social do espaço; a ordem temporal se concretiza na construção da história; a ordem social do ser no mundo, vai girar em torno da construção da sociedade, da produção e reprodução das relações, das instituições e das práticas sociais (SOJA, 1993).

Percebe-se assim, que a concepção de modernidade é também uma transformação na ordem vigente, ou seja, uma transformação na estrutura que ocorre contínua e periodicamente, conferindo o sentido de mudança de acordo com período.

Ao referirmos à transformação estrutural, o fazemos tendo em mente a noção colocada por Soja acerca das três dimensões: espaço, tempo e ser como dimensões indissociáveis e interdependentes da existência humana, o que nos remete a noção de forma, função, estrutura e processo, calcada por Milton Santos. Logo, a concepção de espaço como reflexo da produção social no espaço leva-nos a idéia de estrutura, já que esta, refere-se à forma de organização ou construção do espaço inter-relacionando sua partes, da mesma maneira, a ordem temporal dá a clara noção de processo, posto que, envolve continuidade e mudança, e por fim a compreensão do ser no mundo confere a noção de forma e função, pois é também através dessas categorias que fica evidente o reflexo da ordem social na constituição da sociedade, produzindo e reproduzindo as relações, as instituições e as práticas sociais.

O que nos leva a crer que a experiência da modernidade só pode ser percebida se analisada dentro do âmbito de uma formação socioeconômica e espacial em sua totalidade, a qual invariavelmente vai ser norteadada por um modo de produção que a caracterize, e nesse caso é o modo de produção capitalista.

A modernidade pressupõe um estado de coisas, fatos e ações inovadores e por assim dizer, modernos, o que confere um sentido de ambivalência ao processo, posto que este, é caracterizado por um quadro de “fragmentação, efemeridade e mudança caótica”, tendo como norte um clima constante de insegurança. Onde, as inovações atuam destruindo as características do período precedente e reconstruindo uma nova fase, a qual predomina o estilo de vida moderno onde as coisas ditas do passado não encontram lugar.

A modernidade envolve um rompimento com todas e quaisquer condições históricas precedentes e tem como característica um contínuo processo de rupturas e fragmentações internas e inerentes a ela. Já o modernismo, de maneira perturbada e fugidia, é uma resposta estética a condições de modernidade produzidas por um processo particular de modernização (HARVEY, 1989).

E acrescenta Soja (1993), “o modernismo é uma resposta cultural, ideológica reflexiva e, formadora de teoria, à modernização”. Trata-se de uma reação as modificações contemporâneas, um reflexo do estado de modernidade vivenciado pela sociedade, sendo assim, é necessariamente, ao mesmo tempo, o resultado da modernização e essência da modernidade.

Ainda sobre a noção de modernização, David Harvey analisando a modernização capitalista proposta por Marx, mostra-nos que por meio deste processo dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, tem-se um novo internacionalismo através da criação de um mercado mundial ao mesmo tempo em que se tem uma maior sujeição das forças da natureza ao homem e conseqüentemente maiores avanços tecnológico.

Como em Soja, para Harvey, a modernização se apresenta como característica do modo de produção capitalista e pressupõe uma série de transformações políticas, econômicas e sociais que somente são passíveis de ocorrer no interior de um modo de produção. Essas transformações envolvem um (re)ordenamento das relações de trabalho e de produção, bem como das relações sociais que envolvem esse processo, além dos avanços técnicos conquistados em um dado período.

Já para Milton Santos (1979), “o geógrafo deve falar em modernizações, no plural, como forma de levar em conta as implicações temporais da organização do espaço”. Considerando assim, que o tempo vai imprimindo suas marcas no espaço de maneira que este, se transforma de acordo com os eventos ocorridos em cada período. Logo as modernizações se configuram como:

um período que é caracterizado pela existência de um conjunto coerente de elementos de ordem econômica, social, política que constituem um verdadeiro sistema. Cada um desses períodos representa uma modernização, isto é, a generalização de uma inovação vinda de um período anterior ou fase imediatamente precedente (SANTOS, 1979, p.25).

Assim, o processo de modernização, atua promovendo transformações estruturais constantes e temporalmente determinadas. O que foi um processo de modernização de uma época, passa ser o fundamento sobre o qual é implantado um novo processo de modernização, o devir, a esperança do novo, do moderno.

Outro aspecto interessante do processo de modernização é sua íntima relação com processo de reestruturação produtiva, resultado da instabilidade inerente ao capitalismo. Talvez sua dinâmica deve-se exatamente a esse quadro de instabilidade constante, posto que, o modo de produção capitalista ao longo de sua história, tem seu desenvolvimento marcado por períodos de ascensão e períodos de crise que leva os capitalistas a buscarem novas possibilidades para garantir a lucratividade do sistema, o que tem como consequência um processo de reestruturação societária e produtiva. Buscam também, mudanças tecnológicas e organizacionais que melhoram sua lucratividade com relação à média social, inovando assim o processo de produção que vai alcançar seu limite em condições de extrema exploração da força de trabalho (Harvey 1989).

E acrescenta:

O capitalismo é por necessidade tecnologicamente dinâmico, não por causa da mítica capacidades do empreendedor inovador (como Schumpeter viria alegar), mas por causa das leis coercitivas da competição e das condições de lutas de classes endêmicas ao capitalismo [...]. O efeito da inovação contínua é, no entanto desvalorizar, senão destruir investimentos e habilidades de trabalhos passados. A destruição criativa está embutida na própria circulação de capital (HARVEY, 1989, p 153).

A necessidade de garantir a lucros do sistema, sua dinâmica interna e a constante criação de inovações permite que o sistema sobreviva. Para Harvey, “a luta pela manutenção da lucratividade apressa os capitalistas a explorarem todo tipo de novas possibilidades”, o que faz com que se criem novos produtos e conseqüentemente novas necessidades, novos espaços de produção e novas

relações de trabalho, fazendo do capitalismo “um sistema social que internaliza regras que garantem que ele permaneça uma força permanentemente revolucionária e disruptiva em sua própria história mundial”, ou seja, sua dinâmica é um constante processo de modernização, consequência dos processos sociais do modo de produção, o qual se fundamenta a partir da destruição criativa e fornece as bases para a reestruturação produtiva.

Assim sendo, o processo de modernização é intrínseco ao modo de produção capitalista e envolve uma gama de transformações que possibilitam a reestruturação do modo de produção capitalista, garantindo a constante acumulação de capital. Logo o processo de modernização é também, necessário ao regime de acumulação do sistema capitalista, posto que este, na maioria das vezes, age fornecendo uma resposta às crises, que no caso são uma constante.

A modernização sendo um processo social, permeia o modo de produção fazendo com que este tenha a possibilidade de reestruturar-se sempre que fizer necessário, já que as crises periódicas são endêmicas ao capitalismo da mesma forma que, este modo de produção é tecnologicamente dinâmico (HARVEY, 2005). Esta modernização permeia o processo reestruturação, promovendo mudanças capazes de transformar a ordem vigente.

Assim, o processo de reestruturação torna-se consequência das inovações que permeiam o modo de produção capitalista lhe conferindo uma cada vez maior lucratividade e dinâmica interna, além de possibilitar a constante renovação do processo produtivo e das relações de produção, o que confere ao espaço novos usos e/ou novas funcionalidades, isso, a partir das novas necessidades que vão surgindo promovidas pelo processo de modernização.

Neste contexto, a reestruturação dá a noção de uma freama, uma ruptura com as tendências seculares, promovendo uma mudança que tende a levar a uma reconfiguração da vida social, econômica e política. (SOJA, 1993)

Ao romper como o sistema vigente, a reestruturação visa um posterior recomeço adaptando-se às novas necessidades que foram geradas com essa ruptura. Da mesma forma, o processo de modernização promove o rompimento com a estrutura vigente, por meio das inovações constantes, visando uma posterior reconstrução de meios capazes de garantir a sobrevivência do sistema. Como uma consequência das inovações que permeiam o modo de produção, apresenta uma

constante renovação do processo produtivo e das relações de produção. Assim, de acordo com Soja a reestruturação:

em seu sentido mais amplo, transmite a noção de uma freada, senão de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política. Evoca, pois, uma combinação seqüencial de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa e reconstituição, provenientes de algumas deficiências ou perturbações nos sistemas de pensamento e ação aceitos. (SOJA, 1993,p. 193).

A reestruturação também é permeada pela noção de destruição criativa, típica da modernização capitalista, posto que esta se faça presente quando a ordem vigente não responde mais às necessidades do sistema. Configurando assim, uma necessidade interna de reconstrução de uma nova ordem que vá garantir a necessidade de acumulação, que é o motor do capitalismo. Cabe lembrar, que o modo de produção com a dinâmica que lhe é característico está em constante transformação, o que vai refletir na produção do espaço evidenciando novos ordenamentos espaciais, principalmente no que concerne a espaços de produção.

Sob a perspectiva da destruição criativa, a reestruturação está relacionada ao processo de modernização e vice versa, já que a reestruturação representa uma freada, uma ruptura, visando posterior recomeço adaptando-se às novas necessidades. Da mesma forma, o processo de modernização promove o rompimento com a estrutura vigente, por meio das inovações constantes, visando uma posterior reconstrução de meios capazes de garantir a sobrevivência do sistema.

Assim, a reestruturação surge como uma reação e ao mesmo tempo como consequência da estagnação estrutural, que sempre converge em um período de crise, o qual vai refletir na capacidade de acumulação de capital. Desta forma é emergente que o sistema se reestruture, criando novas relações sociais e ao mesmo tempo novas relações de produção que vai culminar com uma nova divisão territorial

e social do trabalho, o que permite a existência de uma nova estrutura produtiva capaz de garantir a acumulação de capital.

O processo de reestruturação social e produtiva pressupõe um processo de modernização que lhe é peculiar e ambos os processos ocorrem invariavelmente em reação às crises de estagnação do modo de produção capitalista. Então, os processos de reestruturação e modernização dão vida a um novo modo de regulação, do qual se origina um novo regime de acumulação, que nasce visando retomar os níveis de lucratividade e produtividade necessários à sobrevivência do sistema. Assim foram o sistema fordista de produção e a recente acumulação flexível.

Diante das concepções apresentadas até agora, é possível identificar alguns pontos recorrentes à noção de modernização. São eles:

- a) Trata-se de um processo, pois guarda em si a temporalidade, é temporalmente definido, sendo concebido no presente ao mesmo tempo em que tem seus pés fincados no futuro, ou seja, o eterno vir a ser, algo que sempre se espera por ele;
- b) É socialmente concebida como reflexo e característica do modo de produção vigente, pois necessita das bases teóricas e empíricas que só existem na presença das relações sociais e de produção presentes no modo de produção capitalista;
- c) É espacialmente apreendido, no sentido que tem seus princípios teórico e processuais expressos materialmente, por meio das formas e funções que esse processo deixa no espaço;
- d) É a representação de inovações que respondem a necessidade de uma época, representam o novo e as transformações que proporciona, o rompimento com passado e a passagem para o futuro;
- e) Está intimamente relacionado ao processo de reestruturação produtiva do modo de produção capitalista.

É a partir dessas proposições que se pretende analisar a influência do processo de modernização na conformação da centralidade de Anápolis, o que a nosso ver não se trata mais de uma centralidade apenas relacionada à posição geográfica, e sim uma centralidade moderna, capaz de atrair outros centros ora pela presença de variáveis também modernas, ora pela presença de variáveis que fornecem uma

complementaridade a demanda provenientes das cidades circundantes. Passamos agora à compreensão da noção de centralidade.

2.2. Cidade, Centro e Centralidade: A Importância da Dimensão Central para as Cidades

Seja no imaginário humano, ou materializado no espaço, o centro, como um lugar para onde tudo ou quase tudo converge, sempre chamou atenção do homem. Ora espaço habitável por pessoas de status elevado, ora como receptáculo do sagrado, onde se encontrava o melhor de uma dada sociedade.

Nas cidades antigas, o centro era o lugar indicado pelos deuses a partir do qual era construída a cidade. Era considerado sagrado, pois havia sido presenteado pelos deuses, a configuração do lar na antiguidade acompanhava essa idéia pois mantinham o centro da casa ou do quintal como lugar de culto aos antepassados da família (cerimônia sagrada para os antigos), ou onde se acendia o fogo sagrado que unia a família em único propósito. Como afirma Goulanges:

A casa situava-se sempre no recinto sagrado. Entre os gregos, dividia-se em duas partes o quadrado formado pela cerca: a primeira parte era o pátio; a casa ocupava a segunda parte. O altar, colocado mais ou menos no centro da área total, encontrava-se assim no fundo do pátio, e perto da entrada da casa. Em Roma a disposição era diferente, mas o princípio era o mesmo. O altar ficava colocado no meio do recinto, mas as paredes elevavam-se ao seu redor pelos quatro lados, de maneira a fechá-lo no meio de um pequeno pátio (FUSTEL DE GOULANGES, 1961, p.69)

Da mesma forma, nas cidades da antiguidade, havia um lugar destinado ao fogo sagrado, à religião, aos deuses, lugar capaz de unir os homens em um único propósito moral e religioso. O centro era o que conferia as principais características de uma dada cidade, e se assim podemos chamar, conferia a funcionalidade à cidade da época, como Roma na antiguidade, considerada pelos romanos mais que uma simples cidade, era a morada e Lar dos Deuses, e por conseguinte o lar de todos romanos, o seu ponto seguro, sua pátria, o templo de onde partiam e para onde retornavam.

A cidade, nos primeiros tempos, não é lugar para morar, mas santuário onde residem os deuses da comunidade; é a fortaleza que os defende, e que sua presença santifica; é o centro da associação, a residência do rei e dos sacerdotes, o lugar onde se administra justiça, e não a morada dos homens (FUSTEL DE GOULANGES, 1961, p.283)

Essa configuração de cidade, acompanhou vários povos da antiguidade, fazendo de alguns marcante civilização, como os próprio romanos, civilização que estendeu sua cultura e domínio por toda Europa, “sem dúvidas o melhor exemplo de expansão da urbanização na Antiguidade” (Sposito, 1994). Porém, vale ressaltar que as cidades na antiguidade, não só a cidade de Roma, guardavam características comuns, tais como:

uma organização dominante, de caráter teocrático (o líder era rei e chefe espiritual), e um traço na sua estruturação interna do espaço: a elite sempre morava no centro. Isto servia tanto para facilitar o intercâmbio das idéias (que permitiam o exercício da dominação sobre as outras classes sociais), como para elas ficarem menos expostas aos ataques externos. (SPOSITO, 1994, p. 18-19)

A autora chama atenção para o fato de que a organização interna do espaço urbano dessas cidades refletia “a estrutura social e política daquelas sociedades, pois o centro era o lugar das instituições sociais, do poder político e das elites ociosas, em volta do qual estavam os artesãos e nos arrabaldes os produtores agrícolas” (SPOSITO, 1994, p. 25).

Aqui, acrescenta-se ao centro um fator estratégico de segurança e controle ideológico da cidade, que garante a permanência do poder a dado grupo da sociedade. Aos poucos, a cidade vai apresentando um posicionamento político próprio, mesmo quando associado ao caráter religioso que foi mencionado como motivação para surgimento das primeiras cidades.

Neste trabalho, esse ponto de partida, a importância de um centro para cidade antiga interessa no sentido de procurar estabelecer uma relação com a localização geográfica central, ou os aspectos espaciais que conferem as

características de centro, como sendo um espaço que suscita o interesse humano desde a antiguidade, seja como referência ao começo, de onde tudo se inicia, seja como local sagrado de primordial importância em uma cidade.

Vale ressaltar, que a busca dessa relação, se deve ao fato de que o homem moderno, parece ainda buscar aquele lugar central, ora para habitar, ora para estabelecer contato e relações com esse centro, porém, hoje esse lugar adquiriu outra conotação, aparentemente com um viés voltado para o aspecto econômico do espaço.

Com fim da idade antiga e início da idade média, há certo recuo da dimensão urbana do espaço. Especialmente no ocidente as cidades dão lugar aos feudos espaço com economia voltada predominantemente para a produção agrícola. O centro dos feudos eram castelos ou as igrejas e também, as cidades episcopais e os burgos, as primeiras eram centros de administração eclesiástica, com pouca ou nenhuma característica urbana de pequena influência econômica, e os burgos eram lugares construídos com objetivo de servir de refúgio para os senhores e seus servos, além de armazenagem de animais e alimentos em caso de perigo (Sposito, 1994).

Com o fim da Idade Média e início da era moderna, temos o ressurgimento das cidades, mesmo com pequena função urbana, essas cidades medievais, em especial os burgos serviram de base para o renascimento do urbano ao final do feudalismo ocidental, pois surgiam de vilas que iam se aglomerando próximas aos feudos como uma nova forma de reprodução da sociedade da época, bem distinta da maneira como a sociedade feudal vivia.

Neste contexto, a primeira atração que a cidade exerce é com relação ao campo, à medida que se tem uma diferenciação entre cidade e campo marcando o surgimento do urbano, a cidade passa a representar um ponto de contato com o novo, com aquilo que não se encontrava no campo. É na cidade que inicia o processo de divisão social do trabalho, o convívio entre homens diferentes de diferentes culturas se intensifica consolidando as relações estabelecidas em sociedade e a divisão da sociedade em classes.

Na cidade moderna, seu aspecto urbano provém do renascimento da urbanização que surge juntamente com o desenvolvimento e consolidação do modo

de produção capitalista possibilitando a intensificação das relações sociais e de produção na cidade, um espaço:

de dominação e gestão do modo de produção, de exercício do poder, e fornecedora de serviços, tanto quanto as cidades antigas. No entanto diferenciava-se delas por seu caráter produtivo, ou seja, por passar a ser, de forma mais marcante, o lugar da produção de mercadorias (SPOSITO, 1994, p. 40).

A cidade no capitalismo, passa ser o centro político e social da época, e também um centro de atração, tanto para o campo quanto para atividades de produção urbanas, o que reforça a posição de que a primeira centralidade que uma cidade exerce com seu entorno é em relação ao campo, as atividades agrícolas e sua produção, que passam a ser destinadas às cidades. Aos poucos as cidades se tornam a própria expressão da economia, da política e da cultural de uma dada sociedade.

Atualmente elas guardam especificidades bem singulares no que diz respeito a sua distribuição espacial, há uma nítida distribuição da sociedade em setores, muito relacionados ao aspecto econômico de cada classe social, há setores destinados aos pobres e aos ricos, áreas industriais, comerciais, de lazer e uma clara distinção entre centro e periferia.

O centro, nos termos de Corrêia (1993), Área Central, “constitui-se no foco principal da cidade e sua hinterlândia. Nela concentram-se as principais atividades comerciais, de serviços, da gestão pública e privada”. E o autor segue afirmando, “é por meio da Área Central que a cidade se liga com mundo exterior por meio de fluxos de: capital, pessoas, mercadorias e idéias o que faz da cidade um foco de transporte inter-regional”.

Mesmo com passar do tempo, a dimensão central de uma cidade continua sendo condição essencial para existência do funcionamento das cidades. Vale ressaltar, que na atualidade, essa dimensão central não necessariamente ocupa a posição geográfica central da cidade.

Mais uma vez, reafirma-se a idéia de que o surgimento das cidades e a importância do seu centro, evidenciam, mesmo que de maneira breve, a relação do homem com a idéia, com o conceito de centro desde os primórdios da formação das

idades, a fim relacionar o centro de uma cidade e suas características à centralidade da cidade enquanto local de atração para outras localidades.

Nesse sentido, é possível dizer que a centralidade de uma cidade só se desenvolve quando a mesma possui uma centralidade intra-urbana bem definida, pois é o que dá força e impulsiona a consolidação da cidade como uma centralidade (regional) imediata. Em um primeiro momento, tal relação parece óbvia, porém se analisarmos um conjunto distinto de cidades, sua geografia e história de formação territorial, notaremos que em todas encontramos uma área central ou um centro bem definido (lembrando que ambos podem não ocupar a mesma localização geográfica) mas, nem todas as cidades construíram uma centralidade – um ponto de atração - em relação às demais cidades de seu entorno.

Ao que parece, não é suficiente que a presença de um centro bem definido para realçar a centralidade regional de uma dada cidade. É necessário que este centro se consolide, para cidade e se expanda para sua região, criando ou mesmo reforçando elementos capazes de atrair as demais cidades que a circunscreve. Dessa forma, apesar do centro ser parte ou dimensão fundamental da cidade, sua centralidade, mesmo guardando elementos característicos do centro, carrega em si especificidades que vão além das que compõem um centro intra-urbano, como será discutido a seguir.

2.3. A centralidade urbana e suas especificidades

Se a relação que uma cidade estabelece com o seu centro está bem definida desde a antiguidade, o mesmo não acontece com a noção de centralidade, que neste trabalho se refere à importância da localização de uma determinada cidade.

Na geografia, um dos principais teóricos a discutir esse tema foi Walter Christaller, proporcionando importante contribuição para debate da localização espacial. Os primeiros teóricos, precursores de Christaller a se ocuparem dessa questão foram os economistas, extremamente criticados por omitirem o espaço em seus estudos. À medida que percebem a influência que a dimensão espacial exerce no preço final dos produtos adicionam essa dimensão à análise econômica.

Neste contexto, destaca-se o proprietário agrícola Von Thünen, quem introduz a noção de distância na análise econômica, hoje reconhecido como precursor da

teoria econômica espacial. Visando um melhor rendimento para o produtor agrícola, Von Thünen traz para discussão econômica alguns problemas espaciais tais como: “a influência da cidade sobre o preço do produto; as relações entre cidade e campo; o papel dos transportes na economia; a localização ótima das culturas e a renda fundiária” (BENKO, 1999). O modelo de Von Thünen tinha o intuito de maximizar a renda da terra levando em consideração os custos de transportes.

Alfred Weber (1868-1958), também se ocupa da localização industrial, e “procura respostas teóricas para o problema da localização ótima das empresas” (BENKO, 1999, p. 42).

Como veremos na síntese das três teorias no quadro abaixo.

As três teorias brevemente apresentadas anteriormente, partem da idéia de maximização dos lucros e minimização dos custos de produção e propõem analisar o espaço a partir de uma concepção econômica do mesmo. Dessa forma, em todas é possível identificar alguns pontos em comum, tais como: foram as primeiras e principais teorias da localização espacial, responsáveis pela introdução da noção espacial na análise econômica e as noções econômicas na análise geográfica, evidenciam a importância da compreensão espacial no que se refere a localização das cidades, porém esse espaço é visto a partir das atividades de produção, buscando sua racionalização a fim de otimizar os lucros.

Além disso, partem de uma noção de espaço um tanto quanto limitada, pois se trata de um espaço homogêneo, uma planície isotrópica, cujas condições geográficas são idênticas em todos os pontos, o que compromete a análise, pois nem todos os espaços onde se encontram localizações ótimas do ponto de vista econômico, são geograficamente homogêneos.

Os três apresentam modelos e fórmulas matemáticas que explicam suas teorias e a maneira que as atividades de produção se desenvolvem no espaço tornando uma localização geográfica rentável do ponto de vista econômico. Outra característica marcante, dessa leitura econômica do espaço, é representação por meio de formas geométricas – Círculos, Triângulos, Hexágonos.

Von Thünen, propõem o modelo de círculos concêntricos em torno da cidade, dedicados ao plantio de produtos com custos de transporte inversamente proporcionais à sua distância da cidade, ou seja, mais próximo a cidade seria plantado produtos com custo de transporte maior, quanto mais barato o custo de

As teorias clássicas da localização espacial			
Teorias	Os ciclos de Von Thünen (1826)	Localização Industrial Alfred Weber(1909)	Os Lugares Centrais de Walter Christaller (1933)
Obra Contribuição	Na obra 'O Estado Isolado' - introduz a noção de distância no pensamento econômico; localização ótima das atividades agrícolas; papel do mercado e custos do transportes.	Localização industrial; custo de transporte(teoria do custo mínimo). Existe um local preciso onde a produção se realizará ao custo mínimo.	Teoria dos Lugares Centrais; localização das atividades terciárias; hierarquia urbana. A cidade é um lugar central, cujo papel é fornecer bens e serviços ao espaço que a rodeia – podem ser espacialmente hierarquizadas.
Premissas	“Há um espaço agrícola homogêneo e uniforme, de fertilidade igual em toda sua extensão e condições de transportes idênticas. Com um único centro de mercado, a cidade, onde se efetuam todas as transações”	Ao refletir sobre o movimento da população no espaço, analisa a esfera de produção industrial. Procurando respostas teóricas para o problema da localização ótima da empresas que podem ser móveis.	Procura compreender “as leis que determinam o número, tamanhos e distribuição das cidades”, entendidas como “lugares centrais” que distribuiriam bens e serviços para a região no seu entorno.
Discussões	<ul style="list-style-type: none"> * As condições geográficas são idênticas em todos os pontos - planície isotrópica; *As zonas de cultura são delimitadas por círculos concêntricos e sucessivos à volta da cidade; * Há para cada produto, uma distância limite a partir da qual o produto deixará de ser rentável; * A renda da terra é maior, quanto menor for sua proximidade do centro da cidade; * Visando maximizar os lucros o produtor vai sempre escolher o produção mais rentável; * A localização de cada tipo de cultura seguirá a lógica da redução dos custos de transporte, que se dá em função da distancia a percorrer e o peso. 	<ul style="list-style-type: none"> * A localização de atividades industriais levaria em conta: o custo de transporte, o custo da mão-de-obra e um “fator local” decorrente das forças de aglomeração e desaglomeração; *As indústrias instalam-se onde os custos de transporte de matérias-primas e produtos finais sejam mínimos. * Existem matérias primas que estão disponíveis em qualquer parte e não influenciam a localização de atividades econômicas. E as localizadas, encontradas apenas locais determinados(podem influenciar ou não no produto final e a localização das atividades); *Parte de um esquema triangular, cada ângulo representa um elemento da produção: energia, matéria-prima, mercado de consumo. 	<ul style="list-style-type: none"> *Pensa as concentrações urbanas de atividades transformadoras ou terciárias a partir de um espaço plano e homogêneo; * Traça a hierarquia das cidades, a partir das hierarquias: da população urbana, comercial das cidades, dos bens e dos serviços e Limiar de procura: mínimo de procura que justifica a existência de oferta do bem num dado local, é o que garante a viabilidade da oferta. Alcance do bem: distância e custo máximo que o comprador está disposto a percorrer/suportar para adquirir ou utilizar o bem; *Quanto maiores o limiar e o alcance de um bem ou serviço menor será o número de cidades aptas a oferecê-lo; * As produções urbanas tenderão a organizar-se em redes urbanas de “locais centrais” cujos discos cobrirão o espaço em malhas hexagonais.

Quadro 1 – As Teorias clássicas da localização espacial

Fonte: Benko (1998), Ferreira (2004/2005).

Organização: DIAS (2011)

transporte, mais distante seria sua produção. Já Weber, propõe um esquema triangular, em que cada ângulo representa um elemento da produção. Christaller, propõe o hexágono para ele a forma geométrica mais confiável para representar o comportamento do espaço.

As duas primeiras teorias, foram desenvolvidas entre 1820 e 1910, definidas ora como teorias clássicas da localização espacial, ora como teorias neoclássicas da localização espacial. Já a proposta de Christaller, apresentada em 1933 e amplamente utilizada discutida nas décadas posteriores, é um dos principais trabalhos de localização espacial.

Como se sabe, a evolução de uma determinada área da ciência, acompanha a evolução da própria ciência. E é influenciada pelas correntes teórica e filosófica que sobressaem em um determinado período histórico. Da mesma forma, acontece no âmbito da ciência geográfica, posto que a mesma, ao longo de sua história, sofre influência das diversas correntes teóricas e filosóficas que direcionaram o pensamento científico, cada qual, guardando suas devidas especificidades.

Vale ressaltar que a teoria dos Lugares Centrais é lançada no âmbito 'New Geography', cujo aporte teórico se pautava no positivismo lógico, com forte influência de elementos econômicos na análise geográfica. As teorias propostas dentro da Nova Geografia, eram estruturadas em modelos teóricos que visavam explicar os fatos e fenômenos espaciais e propor formas de atuação na realidade, o que aos poucos se tornou bastante questionável, posto que a análise geográfica perpassa pela compreensão do espaço, da sociedade e do tempo, onde todos esses elementos necessitam ser analisados de maneira conjugada para que se aproxime ao máximo da realidade geográfica de um dado fato ou fenômeno. Dessa forma, a análise e explicação espacial por meio de modelos, aos poucos foram substituídas por outras formas de análises.

Entretanto, ao propor a Teoria dos Lugares Centrais, Christaller deixa importante contribuição para a geografia e a compreensão espacial da centralidade exercida por determinadas cidades, com destaque para três pontos considerados essenciais em sua teoria:

- O Local Central, a cidade, tinha a função fornecer bens e serviços ao a sua circunvizinhança, sua área de influência;

- A elaboração de uma da hierarquia entre as cidades;
- Introdução da noção de rede urbana, ou seja, os Lugares Centrais e sua área de mercado podem ser hierarquizados de acordo com sua funcionalidade e nível de importância no que se refere ao fornecimento de bens e serviços, formando uma rede de lugares centrais.

Constituiu-se assim, as bases para compreensão futura da hierarquia urbana, bem como da noção de sistema urbano. Na teoria de Christaller as cidades eram hierarquizadas de acordo com os bens e serviços que poderiam oferecer, como por exemplo:

- Cidades pequenas – serviços, alimentação e vestuário;
- Cidade média – serviços, perfumaria, vestuário, supermercados, bancos;
- Cidade grande – serviços, ensino superior, ópera, comércio de luxo, sedes de companhias de seguro, aeroportos, hospitais especializados etc.
- Grande metrópole - serviços, centro de comércio internacional, bolsa de valores, bancos, universidades, centros de pesquisa, aeroportos com predominância de vôos internacionais, sede de organizações de fábricas, centro de decisões.(FERREIRA, 2004/2005).

Vale ressaltar, que a ênfase dada a teoria de Christaller, se deve ao fato de que se trata da principal teoria da localização do século XX, além disso, a maioria das teorias que vieram depois - corroborando ou fazendo a crítica a Christaller – se utilizaram da Teoria dos Lugares Centrais.

Neste contexto, é importante salientar que a emergência da análise espacial suscitou diversas teorizações acerca da localização espacial. Como afirma Claval(1968), meses após a apresentação da teoria dos lugares centrais, August Lösh formula uma teoria semelhante porém independente da teoria de Christaller. Com isso, chama atenção para multiplicidade de autores que tiveram a mesma idéia em lugares diferentes, o que demonstra a necessidade de tal análise e também, as visíveis mudanças que o espaço urbano vinha sofrendo, para Claval:

Uno de los rasgos curiosos de la historia de la teoría de los lugares centrales es la multiplicidad de autores que tuvieron aisladamente la misma idea. [...] Esto muestra que se trata de una teoría cuya necesidad se imponía con evidencia a cualquiera que estudiara

sistemáticamente lãs condiciones Del planteamiento de lãs redes urbanas (CLAVAL, 1968, p.20).

O que mostra a importância da dimensão espacial na análise da sociedade, mesmo que a comunidade científica tenha se ocupado dessa questão por motivações, a princípio, puramente econômicas, esse fato é relevante por demonstrar que não era mais permitido omitir o aspecto espacial e suas transformações no âmbito urbano.

Nesse período, vivia-se os trinta anos de ouro da economia capitalista – auge do Fordismo e o início de sua decadência - e neste contexto, compreender o comportamento do mercado, bem como as opções de produção, distribuição e consumo, eram de fundamental importância para manter os padrões de acumulação de capital da época.

Com tempo, a representação do espaço por meio de modelos econômicos e formulações matemáticas, vão sendo questionadas, posto que, a sociedade e espaço são dinâmicos e historicamente construídos, logo, passíveis de transformações constantes, portanto, nem sempre é possível enquadrar a análise desses aspectos sob a perspectiva de um modelo econômico, e ainda, pesava sobre tais teorias, a nova realidade das localidades centrais, ou seja, aqueles bens e serviços os quais foram pautadas a compreensão dos lugares centrais. São bens e serviços temporalmente definidos, logo, com a alteração desses bens e serviços a centralidade também pode ser redirecionada, o que corrobora com aspecto dinâmico do espaço.

Outro ponto levantado, quando se questiona a teoria dos lugares centrais, é com relação a proposta de um espaço homogêneo. Sabe-se que a própria dinâmica espacial da sociedade, bem como suas especificidades, socioeconômica, cultural e política contrapõe a idéia de homogeneidade e planície isotrópica, já que o mesmo modelo econômico utilizado em cidades dos Estados Unidos, segundo Claval(1968), apresentava uma planície isotrópica propícia, o que pode não surtir o mesmo resultado em cidades Brasileiras, por exemplo.

Essa era a grande crítica feita por Milton Santos, quando refuta a validade da Teoria dos Lugares centrais em países subdesenvolvidos. Para o autor, as

disparidades de renda e de consumo trazem conseqüências espaciais influenciando o acesso aos bens e serviços oferecidos pelas cidades, para o autor,

Nos países subdesenvolvidos o potencial de consumo individual varia muito, porque o nível de renda é função da posição do indivíduo no espaço. Esta localização determina, por sua vez, a capacidade individual de produzir e de consumir. Assim, o comportamento do espaço é influenciado pelas enormes disparidades geográficas e individuais. Esta seletividade espacial, que se manifesta tanto no plano econômico como no social, detém a chave da elaboração de uma teoria de espaço (SANTOS, 2003, p.126).

A teoria espacial deve partir da compreensão das especificidades que o mesmo apresenta entendendo-o como espaço seletivo e diferenciado, sua configuração, acompanha as especificidades sociais de cada lugar conferindo diferentes características nos diferentes lugares. O que Santos propõe para a análise do espaço é entender que as disparidades geográficas individuais, expressas no espaço, fazem com que o espaço se torne seletivo, ou seja, uma determinada tecnologia não se instala no espaço de maneira homogênea, da mesma forma o consumo não se expressa uniformemente, já que a capacidade e a qualidade de consumo também definem a configuração social do espaço.

Para tanto, o autor propõe a existência de dois circuitos econômicos nas cidades, os quais são “responsáveis não apenas pelo processo econômico urbano, mas também pelo processo de organização espacial. Dois subsistemas, o “circuito superior ou moderno” e o “circuito inferior”, podem ser isolados e identificados.” (Santos, 2003)

O Circuito superior resulta da modernização tecnológica e suas relações são direcionadas para fora da cidade, estabelecidas com as cidades que a circunda numa perspectiva nacional e mesmo internacional. O circuito inferior diz respeito a população pobre, é bem sedimentado e estabelece boas relações com sua região, dessa forma:

A influencia territorial de uma aglomeração se divide entre os dois circuitos da economia urbana. Cada cidade tem duas áreas de

influencia de tamanhos diferentes e cada uma delas varia em função do tipo de aglomeração bem como dos procedimentos de cada circuito (SANTOS, 2003, p. 131).

Para o autor, cada circuito apresenta sua área de influência, com características específicas do próprio circuito, o que muda a concepção de lugar central que ao homogeneizar o espaço, cria uma única área de influência da cidade, pautada apenas nos bens e serviços que a mesma pode oferecer. A teoria dos dois circuitos, expressa a seletividade espacial, levantada pelo autor, porém, cada circuito representa a sua maneira essa seletividade espacial, e estabelece diferentes relações com seu entorno, cada um dentro da sua especificidade.

Além disso, o autor questiona a noção de limiar e âmbito (alcance do bem) – o que garante a viabilidade da oferta e está relacionado a procura pelo bem e a distancia a percorrer para adquirir o bem - expressos na teoria dos lugares centrais. Para Santos, em cada circuito há uma particularidade no estabelecimento do limiar e do âmbito, ou seja, a oferta de bens ou serviços se processa de maneira distinta em cada circuito. Em alguns casos o limiar é extrapolado ou não é atingido, pois os mesmos podem ter um alcance maior do que sua área de influencia necessita, ou ao contrário, tem-se um determinado limiar, porém a área de influencia do circuito inferior, ou superior, não necessita atingir esse limiar. Para Santos, especialmente nesses casos, trata-se de uma noção apenas “teórica ou ideal”, que não representa a realidade urbana dos países subdesenvolvidos, assim como a teoria dos Lugares Centrais.

Ainda no contexto da crítica a teoria dos Lugares Centrais, Lobato Corrêa (1997), propõe repensar tal teoria partindo dela própria para construir uma nova proposta de compreensão da centralidade urbana. Como afirma:

A recuperação da teoria das localidades centrais é importante por que ela trata de um tema relevante que é o de organização espacial da distribuição de bens e serviços, portanto, de um aspecto da produção e de sua projeção espacial, sendo assim, uma faceta da totalidade social. Recuperá-la por que se torna necessário enriquecer nossa compreensão sobre as diferentes formas de espacialização da sociedade (CORREA, 1997, p. 17).

Correa, não propõe o abandono de tal teoria, mas sim sua recuperação em outra perspectiva, analisando a centralidade sob a luz dos novos tempos e da influência do modo de produção capitalista que à medida que avança, promove constantes transformações no espaço em especial no espaço urbano. O autor parte da perspectiva dialética como método norteador de sua análise e entende a realidade como uma totalidade, lançando cinco proposições capazes de reafirmar sua maneira de pensar a realidade. Em linhas gerais, são elas:

I – Os Lugares Centrais existem em relação ao capitalismo, nesse contexto a distribuição tem papel fundamental na organização espacial da sociedade.

II – A rede de localidades centrais forma uma estrutura territorial necessária ao processo de acumulação capitalista;

III - As redes de localidades centrais expressam arranjos estruturais e espaciais diversos: as diferentes formas do avanço capitalista; diferenciação da produção no espaço; divisão territorial do trabalho.

IV – A rede de localidades centrais, deve ser estudada a partir da análise de todo sistema urbano levando em conta a localização da produção industrial e agrícola.

V - Rede hierarquizada de lugares centrais é uma estrutura territorial associada a fase concorrencial do capitalismo, e o novo modelo urbano estaria associada ao capitalismo monopolístico.

A reformulação proposta por Corrêa desafia pensar os lugares centrais a partir da compreensão do modo de produção capitalista e sua materialização no espaço, entendendo de maneira dinâmica, seletiva e totalmente voltada para manutenção dos padrões de acumulação de capital, o que resulta em um espaço urbano complexo, fragmentado e excludente. E assim como Santos, Corrêa, fornece subsídios para incluir na análise do espaço urbano, elementos antes ignorados, porém essenciais para compreensão da centralidade.

Dessa forma, é possível analisar a importância da localização espacial numa perspectiva temporal, ou seja, a partir de elementos intrínsecos ao modo de produção capitalista que estão relacionados a sua materialização no espaço, e sempre podem ser observados no espaço, mesmo que a relevância de uma dada variável tenha mudado, mudando assim sua funcionalidade ou agregando outra,

ainda existem e guardam em si as especificidades do modo de produção, bem como as nuances do espaço, em especial do espaço urbano.

Em outra perspectiva de análise, Lefebvre (2008), ao analisar a forma urbana afirma que o essencial do fenômeno urbano é a *centralidade*, não aquela estática em um tempo determinado, mas uma “centralidade considerada como movimento dialético que constitui e a destrói, que a cria ou a estilhaça”, que pode ser apreendida dentro do próprio movimento da cidade, e suas especificidades, está dada mas não está fixa no tempo e no espaço, deve ser apreendida dentro da complexa dinâmica espaço-temporal urbana que descreve a cidade, o que extrapola a idéia da utilização de modelos para compreensão da centralidade urbana, bem como a centralidade definida tendo como base o modo de produção, trata-se de uma centralidade própria da dimensão urbana do espaço. Como afirma Lefebvre,

Tomemos a questão do centro e da centralidade. Não existe cidade, nem realidade urbana, sem um centro. Mais que isso: o espaço urbano se define, já dissemos, pelo vetor nulo; é um espaço onde cada ponto, virtualmente, pode atrair para si tudo o que povoa as imediações: coisas, obras, pessoas. Em cada ponto, o vetor tempo-espaço, distância entre conteúdo e continente, pode tornar-se nulo. O que é impossível (u-tópico), mas caracteriza o movimento dialético (a contradição imanente) do espaço-tempo urbano.(LEFEBVRE, 2008, p. 90)

Nessa perspectiva, compreender o centro e a centralidade como dimensões inerentes à cidade, ao espaço urbano, necessita de um esforço de abstração da realidade a partir da análise espaço-temporal dialética do urbano, onde é possível unir todos os elementos espaciais responsáveis pela consolidação de um dado local de atração, compreendendo que esse dado local, também é dinâmico e pode ser criado e recriado à medida que for necessário.

Diante do exposto, faz-se necessário destacar que o que se propõe nesse trabalho é compreender a centralidade de Anápolis – GO e a influencia do processo de modernização nessa centralidade, posto que a princípio a centralidade exercida por Anápolis trata-se de um centralidade moderna que deve ser analisada compreendendo a totalidade espacial da cidade, uma centralidade diferente daquela representada pela teoria dos lugares centrais e diferente da importância que a

cidade teve um dia. Porém, ao mesmo tempo, é possível perceber que a cidade guarda influencia do passado, o que faz dela terreno fértil para conformação dessa nova centralidade, que confere relevância a Anápolis mesmo estando entre as capitais Goiânia e Brasília.

No entanto, vale ressaltar que em vários momentos de sua historia, Anápolis é retratada como uma cidade moderna, a frente de seu tempo, talvez por que realmente o era, ou talvez pela empolgação dos historiadores ou jornalistas com orientação política bem definida, o fato é que em dois momentos, em especial, década de 1930 e década de 1950 a cidade é tida como referencia para sua circunvizinhança, uma referencia ao moderno, um lugar central capaz de fornecer bens e serviços a outras cidade, o que não corresponde ao período entre a década de 1960 e 1970, retomando seu desenvolvimento apenas na década de 1990 e é a partir desse momento que se pauta nossa analise, quando se busca compreender a consolidação da centralidade urbana em Anápolis.

No próximo capítulo, será feita a contextualização do objeto em questão a partir do estudo da formação territorial de Anápolis seguida de uma contextualização dos processos de reestruturação produtiva e modernização de uma escala global ao local.

3. CONTEXTUALIZANDO O OBJETO

3.1 Formação territorial de Anápolis

A cidade de Anápolis localiza-se na meso região do centro goiano, mais precisamente na parte sul do Estado de Goiás, na denominada zona fisiográfica do Mato Grosso Goiano. Situa-se entre a Capital Federal, Brasília e a capital do estado de Goiás, Goiânia, onde se encontra uma das áreas de maior fluxo de pessoas e mercadorias do estado (Figura 02).

Nos últimos trinta anos – acompanhando um período de reestruturação em escala mundial - Anápolis passou por certa reestruturação produtiva, onde além da condição de entreposto comercial a cidade consolida-se como o mais importante pólo industrial do estado de Goiás, sem abandonar contudo, as atividades econômicas de serviços e comércio, que ainda hoje são representante de boa parte da economia anapolina.

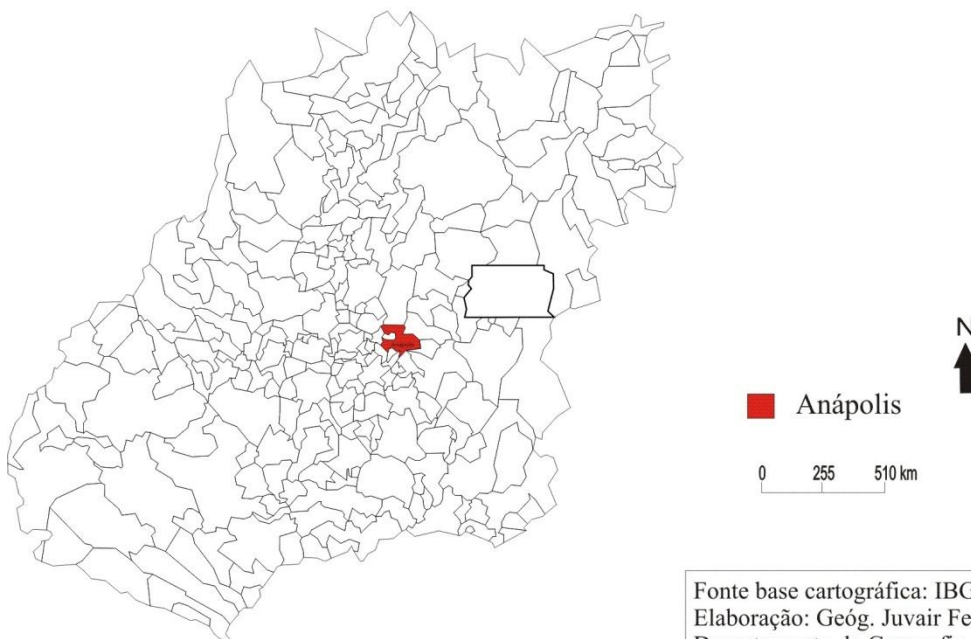
A reestruturação produtiva ocorrida em Anápolis proporcionou um (re)ordenamento espacial no município por meio da ênfase às atividades industriais e logísticas de produção, o que possibilitou a dinâmica de acumulação de capital. Vale ressaltar que este (re)ordenamento, não se tratou de um fenômeno recente, posto que ao longo da sua história de formação territorial a cidade passou por alguns períodos de reestruturação, os quais refletem a produção espacial presente na cidade como veremos a seguir.

Anápolis foi oficialmente fundada em 1870 por Gomes de Souza Ramos e elevada a condição de Cidade em 31 de Julho de 1907. Segundo Faissol (1952), a cidade tem sua origem no século XIX, “quando a exploração aurífera atraía uma grande quantidade de imigrantes para Minas Gerais e Goiás”. Muitos deles vindos do Maranhão, Piauí, Minas Gerais e “ficavam nas cabeceiras dos ribeirões das Antas, Lavapés e João Daí(Jundiaí), atraídos pela excelência do solo e pela grande quantidade de caça existente nesta região”.

FIG. 02 - LOCALIZAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS NO CONTEXTO BRASILEIRO



LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS NO ESTADO DE GOIÁS



Fonte base cartográfica: IBGE
Elaboração: Geóg. Juvair Fernandes de Freitas
Departamento de Geografia - UEG- Anápolis
Modificado pela autora

Em seu povoamento, por volta de 1871, o povoado de Sant'Ana como era chamada estava a meio caminho das cidades auríferas como Pirenópolis, Goiás e Silvânia, servindo de pouso para os tropeiros que desejavam chegar a tais cidades (POLONIAL, 1995, p. 35). A existência do tropeirismo fomentou o transporte e comércio de viajantes na região e levou o povoado a posição de entreposto comercial já no final do século XIX.

As três primeiras décadas do século XX foram marcadas por grande crescimento populacional e melhorias no perímetro urbano de Anápolis, a promessa da chegada dos trilhos e a construção de estradas de rodagem, envolveu a cidade em um clima de progresso, que marcou seu desenvolvimento comercial, promoveu também a atração de imigrantes que vinham principalmente dos estados de Minas Gerais e São Paulo e também de países como Japão, Itália e Síria (POLONIAL, 2000, p.54).

A vinda de imigrantes para a cidade, principalmente os estrangeiros, intensificou e ao mesmo tempo diversificou a produção agrícola, passando de uma produção de subsistência para uma produção comercial favorecida também pela chegada dos trilhos à cidade.

Nesse período a cidade se destaca como principal produtora de café na região, de acordo com Castro:

Anápolis desenvolveu a cultura de café devido à influencia de imigrantes italianos e foi a primeira cultura a visar mercado nacional e internacional. Sua produção trouxe prosperidade para cidade; surgiram as primeiras máquinas de beneficiar provocando aceleração da urbanização do município [...], foi o café o grande suporte econômico nas primeiras décadas do século XX dinamizando a economia anapolina e permitindo uma acumulação de capital para ser tempos depois transferidos à indústria, ao comércio e as finanças (CASTRO, 2004, p. 17).

Aos poucos a cidade se consolida como centro de atração e de dinamismo econômico do estado de Goiás. Nessa época – primeiras décadas do século XX - já era considerada grande centro comercial, porém a base de seu fortalecimento econômico deveu-se principalmente à agricultura de exportação, foram os

produtores rurais que mais contribuíram com a intensificação de uma economia de mercado no município, além de favorecer a criação de associações de classes como a Sociedade Rural de Anápolis, destacando também a criação da União Síria, formada pelos imigrantes que se dedicavam ao comércio. Mais tarde essa associação dá origem a Associação Comercial de Anápolis que vai representar os interesses dos comerciantes de Anápolis (POLONIAL, 2000, p. 60), permanecendo até os dias atuais, hoje Associação Comercial e Industrial de Anápolis (ACIA).

Outro fator importante na formação do território anapolino foi a chegada da estrada de ferro, inaugurada em 07 de setembro de 1935. Fruto da expansão capitalista do início do século XX, a implantação de estradas de ferro no Brasil visava promover o escoamento da produção até os principais portos do país.

Em Goiás, a penetração da estrada de ferro significava a inserção da economia do estado na economia nacional, além de beneficiar a região, posto que por onde passavam, os trilhos levavam desenvolvimento econômico e urbano e atraía grande contingente populacional para região.

A chegada da estrada de ferro favoreceu o escoamento de mercadorias, especialmente o transporte da produção agrícola do município e sua região. Com isso, houve no período uma considerável expansão econômica, principalmente nas atividades comerciais, além de acentuado aumento populacional e conseqüente intensificação do processo de urbanização, como afirma Faissol (1952), “quando a estrada de ferro chegou, o progresso acelerou muito”, favorecendo o desenvolvimento econômico da cidade.

Destaca-se nesse período, a construção de novas casas e estabelecimentos comerciais na cidade, a reforma de prédios antigos públicos ou privados, além do início da expansão da forma urbana, não só com as novas construções no centro da cidade, mas também, em direção à região norte da mesma.

De acordo com Polonial:

A chegada dos trilhos, a dinamização da economia com aumento das atividades comerciais, os melhoramentos urbanos, tudo isso fez Anápolis um pólo atrativo na região e terminou por criar uma rede de dependência no setor de serviços, entre dezenas de municípios goianos e o município anapolino[...] Esse processo foi lento, mas

contínuo, e integrou a economia anapolina à economia nacional. A compra e venda de mercadorias cresceu e dinamizou a economia local, transformando a cidade em centro comercial do estado (POLONIAL, 2000, p.55).

A presença da ferrovia promove o desenvolvimento econômico do município que passa por um visível processo de modernização. O que leva a cidade a condição de principal cidade do estado já na década de 1930.

Tem-se a instalação da linha telegráfica (1929), linha aérea postal (1931), iluminação pública (1933), instalação da empresa de transporte coletivo (1940). Todo esse desenvolvimento promove o aumento dos alugueis, surgem pensões no centro da cidade, constroem-se carpintarias e barracões para armazenamento de grãos, além do crescimento e expansão do comércio exportador e atacadista (CASTRO, 2006, p.20), o que ocorreu com maior intensidade nos arredores da estação ferroviária.

Outros aspectos que influenciaram positivamente a economia anapolina e conseqüentemente contribuíram com a consolidação do seu território, foram: a construção da capital do estado de Goiás, Goiânia, a implantação da CANG (Colônia Agrícola Nacional) e mais tarde a construção de Brasília.

Entre 1933 e 1937, ocorre a transferência da capital do estado da cidade de Goiás para região de Campinas em Goiás, tem-se a construção de Goiânia e Anápolis serve de suporte para os trabalhos ali realizados:

A construção de Goiânia abriu grandes oportunidades para economia anapolina, pois foi o comércio de bens manufaturados e atividades industriais de processamento de madeira e argila, que garantiram o suprimento de grande parte das necessidades, nas obras de edificação da nova capital. Este intercambio foi favorecido pela abertura da rodovia, entre 1936 e 1939, ligando Anápolis a Goiânia (RODRIGUES DOS SANTOS, 1999, p. 99).

Como era considerada principal cidade do estado conforme afirma Waibel (1979), “Anápolis e não Goiânia deveria ser escolhida para a nova capital do Estado”, em um primeiro momento, a cidade se beneficiou da transferência da

capital do estado, sendo um grande fator de desenvolvimento local. Porém, aos poucos Goiânia se fortalecia em relação as demais cidades do estado, a principio Anápolis não é ameaçada pela nova capital e ainda era considerada o centro comercial de Goiás, enquanto Goiânia se consolidava como centro político e ambas se complementavam, como afirma Faissol:

São as duas mais importantes cidades do Estado, tanto pela sua função como pela sua população. Anápolis é a capital econômica e Goiânia é a capital político-administrativa. Anápolis é um centro de ligações ferroviárias entre o norte e o sul. Goiânia é o centro das ligações rodoviárias entre o sul e o centro-sul e norte. As duas cidades não são rivais, embora estejam muito próximas uma da outra; ao contrário elas são complementares pela sua função e pela posição de cada uma delas em relação ao conjunto do Estado (FAISSOL, 1952, p 47).

Entretanto, a medida que a capital do estado se firmava como centro administrativo e comercial, a situação de Anápolis ia se modificando, perdendo aos poucos sua condição de principal cidade de Goiás.

Em 1941 ocorre a implantação da Colônia Agrícola Nacional na região onde hoje se encontra o município de Ceres-GO. Como Afirma Ferreira (1988), a CANG, foi um bom exemplo de uma “frente pioneira” com base no assentamento de pequenos produtores familiares/proprietários. A “frente pioneira marcou um momento importante na expansão espacial do sistema capitalista no Brasil, implantando as bases do capital no campo”, o que favoreceu o povoamento do estado de Goiás, bem como o desenvolvimento econômico de Anápolis.

O local para instalação da CANG, foi escolhido devido as terras férteis do Mato Grosso Goiano e a proximidade que a Colônia teria da cidade de Anápolis, já que o município era considerado o mais importante centro comercial de Goiás, pois desde 1935 se ligava ao sudeste brasileiro através da ferrovia, o que tornava possível a comercialização de produtos e a implantação de uma ocupação voltada para a economia de mercado. Nesses sentido, o escoamento de mercadorias deveria estar garantido, o que permitiu o bom andamento da produção na colônia, o que foi feito via Anápolis, porém a CANG não teve o sucesso desejado devido a uma

série de fatores estruturais como não cumprimento dos incentivos governamentais prometidos aos colonos.

Mesmo não tendo o sucesso esperado, a implantação e existência da Colônia Agrícola muito beneficiou Anápolis, pois o escoamento da produção vinda da colônia atraiu investimentos e favorecia a situação econômica da cidade, aumentando os lucros dos comerciantes locais de grãos. Nesse período, Anápolis e Goiânia, se articulavam no processo de integração nacional, consolidaram-se na condição de entrepostos mercantis, especializando-se em atividades terciárias, como comércio e transporte de mercadorias (ESTEVAM, 1998, p. 136).

Com a construção de Brasília, Anápolis também se favoreceu com um novo surto de desenvolvimento econômico e expansão populacional, principalmente a partir de 1957, com a construção da primeira rodovia federal ligando as duas cidades, Anápolis torna-se a base de apoio para construção da nova capital, fato que vai intensificar as relações entre ambas.

Desta forma, por estar situada próxima a nova capital federal, a cidade exerce a função de fornecedora de mão-de-obra, materiais de construção e alimentação para a construção de Brasília, o que atraiu muitos imigrantes e conseqüentes investimentos ao setor econômico em Anápolis (POLONIAL, 2006, p. 01).

Em virtude da construção de Brasília, tem-se a instalação em Anápolis de uma Base Aérea, a qual tinha e tem como função promover a proteção da capital federal. A instalação da base aérea também fomenta a economia anapolina, segundo Castro (2006), promoveu a “ampliação do capital circulante da cidade”, Além de colocar a cidade como área de segurança nacional desde 1969.

Já na década de 1950, com a consolidação da capital estadual, Anápolis e Goiânia se destacam como os dois maiores centros urbanos do estado. A cidade de Goiânia representava claramente a função política, administrativa do estado, e a cidade de Anápolis, havia se consolidado como maior centro comercial da região devido a presença da estrada de ferro desde 1935, o que favoreceu aos serialistas anapolinos a criarem uma vasta rede de negociação principalmente com norte goiano, tal consolidação comercial se deve também a sua posição geográfica estratégica, que se trata de um entroncamento rodoviário.

Porém, a situação não permaneceu sempre favorável à Anápolis. Apesar da complementaridade entre a cidade e Goiânia a situação anapolina se complicou

devido a ênfase dada ao transporte rodoviário na região. No final da década de 1950 com a intensificação desse transporte Goiânia passou a ser beneficiada devido a infra-estrutura implantada. Nesse período as mercadorias importadas de outros estados eram distribuídas em Goiás, a partir da intermediação de Goiânia até mesmo para Anápolis. Houve ainda, complementaridade entre os dois centros comerciais, de início, porque Goiânia comandava as maiores transações do comércio varejista e Anápolis as do comércio atacadista (ESTEVAM, 2005, p. 127). Entretanto podemos perceber que:

O crescimento de Goiânia estancou a evolução mercantil de Anápolis nas duas modalidades. Nas décadas de 1940 e 1950, o crescimento do comércio varejista de Goiânia foi de 70% e o de Anápolis praticamente nulo. No comércio atacadista Goiânia mais que triplicou seu capital aplicado, enquanto Anápolis obteve pequeno incremento (ESTEVAM, 2005, p. 127).

Confirmando o início de certa estagnação econômica do município temos que:

[...] os finais das décadas de 1950 e 1960 marcam o período de declínio da influência econômica que Anápolis possuía em função do fortalecimento econômico de Goiânia; da crise no setor energético que não conseguia suprir o aumento da demanda; da alteração no sistema de arrecadação de impostos, que geraram tarifas mais elevadas à saída de produtos agrícolas para outros estados, produtos agrícolas como, por exemplo, o café e o arroz; além da falta de novos investimentos no transporte ferroviário. [...] depois, o processo de drenagem da renda local através dos impostos e desenvolvimento do comércio na capital, provocando a redução da influência regional de Anápolis (LUZ, 2001, p.19, 21 apud MONTESSORO, 2006).

Todavia, mesmo com sua posição de centro comercial enfraquecida, Anápolis permanece com certa relevância no estado o que fica evidente com a essencial

participação do município na “consolidação do eixo comercial Anápolis-Goiânia”, a existência desse eixo favorece as relações comerciais em Goiás, pois retira boa parte da influência mercantil que o Triângulo Mineiro exercia sobre o território goiano (ESTEVAM, 2005, p. 127).

Desta forma, percebemos que num primeiro momento, Anápolis se favorece, com a construção e consolidação de Goiânia, porém mais tarde passa sofrer com a concorrência oferecida pela capital, concorrência também oferecida por Brasília, posto que:

Em consequência do fortalecimento das áreas metropolitanas de Goiânia e Brasília, a cidade buscou novos caminhos para retomar o seu crescimento; esses caminhos e as dificuldades que surgiram marcam a segunda parte do último período, iniciada na década de 1970. [...] O segundo momento, iniciou-se após a década de 1970 com a modernização da agricultura que influenciou no desenvolvimento industrial na cidade de Anápolis. [...] Os investimentos no setor industrial transformaram a cidade em um dos mais importantes centros industriais do Estado de Goiás. Um processo gradativo que se acelerou com incremento demográfico nas áreas metropolitanas de Goiânia e Brasília, principalmente, após os anos 70 e 80. (LUZ, 2001, p. 23-24 apud MONTESSORO, 2006)

A partir de meados da década 1970 o processo de industrialização do município é acentuado, fato que se favorece, mais uma vez devido a posição geográfica estratégica de Anápolis, pois se por um lado, a proximidade das duas capitais, federal e estadual, dificulta a situação econômica do município devido a forte concorrência oferecida por ambas, por outro, a cidade é favorecida por essa posição, pois tal recorte compõe o principal contingente populacional do estado, contribuindo assim as atividades econômicas de Anápolis e região.

Neste contexto, ocorre a implantação do DAIA (Distrito Agro Industrial de Anápolis). Momento em que os dirigentes políticos desejavam que a cidade passasse a se destacar como pólo industrial da região, visando trazer a modernidade para o estado de Goiás. Porém, vale lembrar que já em 1950, a cidade

contava com 44 indústrias constituídas por pequenas empresas voltadas para o atendimento de necessidades mais prementes da população, sendo que a maioria atuava em ramos como: alimentação e transformação mineral não metálica (CASTRO, 2006, p.22).

Fruto do II PND (segundo Plano Nacional de Desenvolvimento), instituído pelo governo federal em 1974, com intuito de descentralizar a atividade industrial e promover o desenvolvimento econômico do país, o DAIA é o primeiro distrito industrial instalado no interior do Brasil. A implantação do DAIA foi orientada pela GOIASINDUSTRIAL (Companhia dos Distritos Industriais de Goiás), órgão que substituiu a Superintendência de Distritos e áreas Industriais, que foi criado com o objetivo de orientar e coordenar a política industrial no Estado de Goiás.

Segundo Castro(2006), “GOIASINDUSTRIAL, passou a ser responsável pela expansão das atividades agroindustriais com a função de mapear as diversas regiões do Estado e implantar vários distritos observando a potencialidade econômica e social de cada sub-região”.

Neste contexto, a cidade de Anápolis foi escolhida por apresentar boas condições econômicas, tais como: alto índice populacional, bom nível de urbanização 86,40% em 1970, a cidade contava e ainda conta com três rodovias federais e diversas estaduais e ainda a presença de equipamentos urbanos como agências bancária, instituição de ensino fundamental, médio e superior. (ver anexo 1, 2 e 3 que mostra da urbanização da cidade entre a década de 1970 e 2000)

Esse breve contexto histórico mostra-nos que o território anapolino consolidou-se tendo como base a acumulação de capital promovida pela produção agrícola, nesse caso em especial a cultura do café. Outros aspectos dessa apropriação espacial ficam por conta da chegada da estrada de ferro em Anápolis juntamente com sua posição geográfica, os quais favorecem ao fortalecimento do comércio na cidade, bem como sua expansão urbana.

Anápolis teve na construção das duas capitais, Brasília e Goiânia, um impulso em sua economia, que mais tarde já no início da década de 1970 passa por certa estagnação, sendo revigorada em meados dessa década com a implantação do DAIA e as políticas públicas que favoreceram a instalação de indústrias na cidade.

Dessa forma, é possível afirmar que as atividades econômicas promovidas no município ao longo de sua história, foram fundamentais na produção e reprodução

do espaço urbano em Anápolis, bem como para implantação do processo de modernização e reestruturação produtiva atual, o que favoreceu a consolidação da centralidade urbana de Anápolis.

3.2. Reestruturação produtiva do modo de produção capitalista: do global ao local

A transição do modo de produção feudal ao modo de produção capitalista ocorreu de maneira a promover uma reordenação das forças produtivas, dos meios de produção e das relações de trabalho, refletindo também nas relações sociais e nos processos culturais, o que resultou em um (re)ordenamento do espaço mundial.

Desde sua consolidação, primeiramente na Europa e posteriormente em escala mundial, o modo de produção capitalista passou a ser a base da produção e reprodução da vida humana na terra. Trata-se de um modo de produção dinâmico e, ao que parece, auto regulável, capaz de reestruturar-se sempre que necessário, ou seja, capaz de reordenar sua dinâmica interna sempre que seu padrão de acumulação de capital retrocede. Além disso passa por crises periódicas e por consequência desenvolve processos de reestruturação que levam a superação dessas crises.

No início do século XX, como alternativa aos padrões de acumulação vigentes ocorreu a implantação, dentro do próprio capitalismo, de um novo regime de acumulação, o fordismo, o qual representava um sistema de produção em massa caracterizado por um “consumo em massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerencia do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade” (HARVEY, 2007).

Uma das grandes particularidades do fordismo era seu sentido ambivalente, posto que, ao mesmo tempo em que garantia os padrões de produção mantinha também, os níveis de consumo necessários a circulação de capital. O trabalhador que produzia era capaz de comprar o produto por ele fabricado.

O Fordismo, enquanto regime de produção tem seu auge após a Segunda Guerra Mundial, período em que, ao menos nos países desenvolvidos, viveu-se a

fase de ouro da acumulação fordista e sua consolidação como regime de acumulação e modo de regulação da sociedade².

Como afirma Harvey (2007), “o fordismo do pós-guerra tem de ser visto menos como um mero sistema de produção em massa do que um modo de vida total”. Porém, no final do período fordista o que David Harvey chamou de modo de ‘vida total’, foi aos poucos perdendo força devido a queda em sua lucratividade e nos níveis de consumo. Se por um período garantiu acumulação capitalista agora comprometia os padrões de acumulação. Sendo assim, a partir da década de 1970 com acirramento da crise do Fordismo o modo de produção capitalista passa a apresentar grande instabilidade produtiva, fato que tem como consequência a queda na lucratividade desse sistema, além do enfraquecimento do poder do Estado que deixa de ser regulador para aos poucos se transformar em Estado liberal ou neoliberal.

Aos poucos, outro regime de acumulação que se funda na contraposição ao fordismo promove a substituição da rigidez fordista pela flexibilidade. Tais transformações eram percebidas nas relações de trabalho e produção e pela mobilidade geográfica dessa produção, era o que David Harvey chamou de *acumulação flexível*. Esta:

é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado setor de serviços, bem como

² Modo de regulação é um conjunto de procedimentos e comportamentos, individuais e coletivos, que tem a tripla propriedade de: reproduzir as relações sociais fundamentais mediante a conjunção de formas institucionais historicamente determinadas; sustentar a contabilidade dinâmica de um conjunto de decisões descentralizadas, sem que seja necessária a interiorização pelos atores econômicos dos princípios do ajustamento do conjunto do sistema. Um regime de acumulação é o resultado macroeconômico do funcionamento de um modo de regulação. Designa o conjunto das regularidades que asseguram progressão geral e relativamente coerente da acumulação de capital (BENKO, 2002).

conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (HARVEY, 2001, p. 140).

Nessa fase de transição, as transformações ocorridas são estruturais, resultando em uma reorganização espacial do mundo. Os espaços vão adquirindo novas funcionalidades e/ou vão tendo suas antigas funções adaptadas às exigências do novo regime de acumulação, conferindo-lhes maior eficiência.

Ocorre uma maior interdependência entre países, regiões e lugares, as distâncias são encurtadas e o tempo se acelera em função da produção e do consumo. A circulação de fluxos se torna primordial em um mundo de movimento dinâmico e constante. A produção deve ser consumida em tempo, os lugares devem estar aptos a responder as novas necessidades do modo de produção, o que se torna possível por meio do uso constante de inovações na estrutura produtiva caracterizando um contínuo processo de modernização.

Essa mudança do regime de acumulação foi capaz de promover um (re)ordenamento espacial em escala global ao mesmo tempo em que garante o padrão de acumulação do modo de produção e aprofunda as relações capitalistas baseadas na desigualdades entre as classes sociais, nas disparidades econômicas e na subserviência do poder político às forças econômicas vigentes.

Neste contexto, a mobilidade geográfica da produção juntamente com necessidade de garantir a dinâmica de acumulação faz com que o modo de produção capitalista, devido a sua dinâmica interna, leve a industrialização fordista para o mundo subdesenvolvido, configurando o que Lipietz chama de fordismo periférico. Este, entendido como:

um fordismo autêntico, com um verdadeiro processo de mecanização e um acoplamento da acumulação intensiva e do crescimento dos mercados do lado dos bens de consumo duráveis. Porém, permanece periférico no sentido que, primeiramente, nos circuitos mundiais dos ramos produtivos, as estações de trabalho e as produções correspondentes aos níveis da fabricação qualificada [...] permanecem em ampla medida exteriores a esses países. Por outro lado, os mercados correspondem a uma combinação específica entre o consumo das classes médias modernas locais, com acesso parcial

dos operários do setor fordista aos bens de consumo popular duráveis, e as exportações para o centro destes mesmos produtos manufaturados a preço baixo (LIPIETZ, 1988, p. 97).

Maricato (2007), chama atenção para o fato de que o fordismo periférico constitui-se em uma “transferência de indústrias, máquinas, tecnologia e produtos para alguns grandes centros metropolitanos, visando inicialmente, o mercado interno dessa periferia capitalista”, deixando claro seu caráter eminentemente voltado para acumulação de capital. O que não se dá de forma diferente no Brasil, posto que nesse período o país se encontrava sob a ideologia do desenvolvimentismo, propalada pelo governo militar.

No período desenvolvimentista, a industrialização brasileira - influenciada pelo fordismo periférico - que é favorecido pela política de substituição de importações - se consolida baseada na presença de capitais estrangeiros, que vinham na forma de capital e na forma de tecnologia, essa, fruto da “imensa reserva de trabalho morto mundial” (OLIVEIRA, 2003), posto que os países desenvolvidos investiam seu excedente visando manter a dinâmica de acumulação do sistema.

No Brasil, haviam excelentes condições para incursão do capitalismo mundial pois no país era encontrada, uma classe média ávida a exercer os padrões de consumo norte-americano e europeu - padrões de consumo que estavam vinculados ao estilo de vida que era proporcionado pelo sistema de desenvolvimento fordista - bem como, a disposição de mão-de-obra barata e pouco exigente com relação a seus direitos, já que o reconhecimento dos direitos trabalhistas onerava e incomodava as relações de trabalho no mundo capitalista industrializado.

Como afirma Lipietz (1988), o Fordismo periférico encontra no Brasil uma “conjunção de um capital local autônomo” e uma “classe média urbana relativamente abundante” e uma “classe operária experiente”, dessa forma este sistema de desenvolvimento da produção se instalou no país, favorecendo muito mais uma pequena parcela da sociedade brasileira do que a imensa maioria de trabalhadores. Além de receber o apoio do Estado que vai facilitar o processo por meio da adoção de políticas que favoreceram as grandes empresas em detrimento das massas (SANTOS, 2001).

A década de 1970 marca também, a reestruturação do espaço brasileiro (MOREIRA, 2003), sendo que um dos aspectos dessa reestruturação é a redistribuição territorial da indústria. A indústria brasileira que até então estava concentrada na região sudeste do país, passa ser levada às demais regiões. Assim:

A nova proposta baseava-se na industrialização, com a expansão de atividades produtivas para o interior, o crescimento e consolidação das áreas urbanas e a construção de um arcabouço territorial de apoio. Com essas credenciais, esperava-se que o Brasil pudesse finalmente se integrar às tendências das sociedades avançadas e aos mercados emergentes que estavam sendo aos poucos incorporados ao sistema fordista de produção e consumo de massa (CIDADE, VARGAS E JATOBÁ, 2008, p.27).

Tal desconcentração industrial fazia parte dos planos de desenvolvimento estabelecidos no período militar, momento em que o Estado brasileiro tinha profundo interesse em expandir o desenvolvimento econômico do país:

O Estado, por meio das políticas de desenvolvimento regional e de equipamento do território, teve um papel duplo. Contribuiu, por um lado, para a diferenciação, ao apoiar a acumulação de capitais pelas indústrias do Sudeste, por outro lado, para a equalização, por meio da expansão do padrão produtivo dominante para o interior do país (CIDADE, VARGAS E JATOBÁ, 2008, p.28).

Após 1964, com o governo militar institui-se no Brasil uma série de medidas federais que tinham o intuito de promover o desenvolvimento econômico do país, eram os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND). No decorrer do período militar foram executados seis planos de desenvolvimento, dentre eles destacamos o II PND. O qual visava, dentre outras coisas, alavancar a economia através de certa reestruturação na indústria brasileira.

O II PND foi instituído na gestão do Presidente Ernesto Geisel e era a consolidação da política de desenvolvimento econômico adotado no período militar e

tinha como principais diretrizes, promover a valorização da indústria privada brasileira, bem como a descentralização industrial, pois nessa época a maioria das indústrias estavam concentradas no eixo Rio de Janeiro - São Paulo – Minas Gerais. A desconcentração industrial foi instituída através da Resolução de nº 14, de acordo com tal resolução:

em primeiro lugar, deveriam ser fortalecidos os pólos industriais do Rio de Janeiro, Minas Gerais e do Sul do país. O Nordeste, por sua vez, receberia prioridade quanto aos complexos industriais instalados na região, devido à significação já assumida pela industrialização no desenvolvimento regional. E, às regiões Norte e Centro-Oeste reservavam-se a implementação de complexos agroindustriais e mineiro-industriais prioritários (SILVA, 2003, p. 34).

Neste contexto, o estado de Goiás que até então era conhecido pela atividade agrícola de produção, passou por alterações em sua estrutura produtiva e econômica. Inicia-se um processo de preparação para industrialização, cria-se a Superintendência de Distritos e Áreas Industriais, a qual visava orientar e coordenar a política industrial no estado, através da implantação de distritos industriais (Castro, 2004).

Em 20/11/1973 essa superintendência dá lugar à companhia dos Distritos Industriais de Goiás (GOIASINDUSTRIAL), que foi instituída Pela lei nº 7.776, no governo de Leonino Ramos Caiado quem toma as primeiras providências para a construção do Distrito Agroindustrial de Anápolis-GO. Nesse mesmo ano, o estado de Goiás edita a Lei nº. 7.700/73, que possibilita a criação do Fundo de Expansão da Indústria e Comércio (FEICON), que vai ser responsável pela atração das primeiras indústrias para o Estado.

A política federal de descentralização da atividade industrial culmina com a recém criada política de industrialização de Goiás, o que favoreceu a implantação de distritos industriais no estado, em especial, o apoio direto do governo federal para instalação do Distrito Agroindustrial de Anápolis, conforme entrevista concedida pelo empresário Sultan Falluh ao jornal O Centenário (2006):

Tivemos uma reunião particular com presidente Geisel para falar do projeto Industrial de Goiás e do DAIA. Fomos a Brasília. Vendi meu peixe ao Presidente. Depois voltamos para audiência com Ministro Reis Veloso que achou o projeto caro, mas disse “vamos fazer”, e uma comissão federal veio a Anápolis e aprovou a área para construção da infra-estrutura do DAIA.

Neste contexto, foi instalado na cidade o primeiro distrito industrial de Goiás, inaugurado em nove de novembro de 1976, teve o apoio do governo federal através do II PND e contou com a presença do então presidente da república, Ernesto Geisel, que veio a cidade para participar da inauguração do distrito, (Foto 1).



Fotografia – 01
Inauguração do DAIA 1976, com a presença do então Presidente da República Ernesto Geisel.
Fonte: (POLONIAL, 2006)

A implantação do DAIA favorece a alteração da estrutura produtiva da cidade e, conseqüentemente o seu desenvolvimento econômico, além de influenciar na conformação da centralidade exercida pela cidade, o que se consolida ao longo do tempo devido a acumulação de momentos históricos relevantes para situação econômica da cidade.

O próximo capítulo, será apresentado os objetos geográficos que contribuíram com a centralidade espacial de Anápolis.

4. AS ESTRUTURAS PRODUTIVAS E LOGÍSTICAS: A NOVA CENTRALIDADE DE ANÁPOLIS

4.1 Objetos geográficos: as estruturas produtivas e logísticas que contribuem com a centralidade de Anápolis

De acordo com Santos (1994), o espaço é formado por um “conjunto indissociável de sistema de objetos e de sistemas de ações”. Não sendo possível falar de um sistema de objetos dissociado de um sistema de ações, ambos são interdependentes e marcam a existência material e imaterial do espaço. Sua dinâmica e existência são capazes de alterar a dinâmica espacial da cidade, na verdade os sistemas de objetos e de ações são a própria cidade, o próprio espaço.

Para Santos(1994), o conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações devem responder tanto a geografia física como a geografia humana. Um conjunto de objetos agrupados em um determinado local, representaria apenas coisas, aspetos dados pela natureza, incapazes de representar o emaranhado de relações que se estabelecem no espaço, objetos geográficos, carregam em si um sistema de ações que lhe é característico, um gama de discursos de um dado tempo e de determinado segmento da sociedade, são influenciados pelas ações ao mesmo passo que, essas, o influencia, “Os objetos são fabricados pelo homem para serem a fábrica da ação”, guardando em si todo significado de uma dada sociedade em uma determinada época.

Um sistema de objetos pode representar um dado período da historia, ao mesmo tempo que pode modificar e influenciar profundamente nas transformações sociais e espaciais de uma época, pois carrega em si as características, implicações e especificidades de um determinado tempo. Dessa forma, é possível afirmar que os objetos geográficos são capazes de modificar o espaço atuando como veículo de processos, sociais, políticos ou econômicos específicos de período histórico.

Sendo assim, quando observamos a nova centralidade exercida por Anápolis, observamos também que esta se tornou possível principalmente pela presença na cidade, de objetos geográficos completamente novos, representantes de um tempo rápido e moderno, ocupado em viabilizar os meios para promover os processos de circulação, distribuição e consumo. São objetos geográficos que respondem as

necessidades dos processos de reestruturação e modernização anteriormente mencionados. De acordo com Santos (1994),

“São objetos técnicos que representam sistemas técnicos, dotados de uma mecânica própria e funcionalidades próprias, e é nessa condição que aceitam ou recusam funções transmissoras dos processos”.

Em Anápolis, são esses objetos geográficos materializados nas estruturas produtivas e logísticas presentes na cidade, que são capazes de garantir a manifestação das influências dos processos de reestruturação produtiva e modernização na cidade, bem como possibilitar uma nova centralidade espacial. Além disso, em todos é possível perceber uma carga tecnológica ligada a pesquisa, aos negócios e ao desenvolvimento científico e por mais que essas sajam característica de um desenvolvimento próprio do período técnico – científico – informacional refletindo, a maneira com esses aspectos se desenvolvem em Anápolis gera a possibilidade de a cidade estar se constituindo como um embrião de um tecnopolo. Posto que:

Os tecnopolos são realizações utilizadas por cidades cujas estratégias de desenvolvimento econômico se apóiam na valorização de seu potencial universitário e de pesquisa, esperando-se que este provoque uma industrialização nova por iniciativa de empresas de alta tecnologia, criadas no local ou para lá atraídas.(BENCKO, 2002, p. 153).

Como veremos a seguir, esses novos objetos geográficos implantados em Anápolis, marcam bem essa noção de que são objetos modernos, tecnologicamente pensados e voltada tanto para o desenvolvimento como para pesquisa, o que acabou contribuindo com o próprio desenvolvimento da cidade e sua nova centralidade. Partimos agora para análise dos novos objetos geográficos presentes em Anápolis.

4.2. Distrito Agroindustrial de Anápolis

O Distrito Agroindustrial de Anápolis foi implantado na parte sudoeste da cidade, na saída para Goiânia, (ver Figura 3), a 7 km do centro. Trata-se de uma área de 879,47 hectares que apresenta uma topografia com desnível inferior a 5% adequada para a implantação de grandes plantas industriais, bem como, uma rede hidrográfica favorável para o abastecimento das empresas e um ótimo sistema de drenagem natural. Além disso, de acordo com informações da SEPLAN/GO (2005), no DAIA foram construídas as redes técnicas de infra-estrutura, tais como: vias pavimentadas e com rede de drenagem; sistemas de abastecimento de água e de tratamento de esgoto; redes de energia elétrica e telefonia; sedes administrativa e gestão técnica; além de uma rede de serviços que conta com posto de correio, atendimento bancário, policiamento e agência da receita estadual.

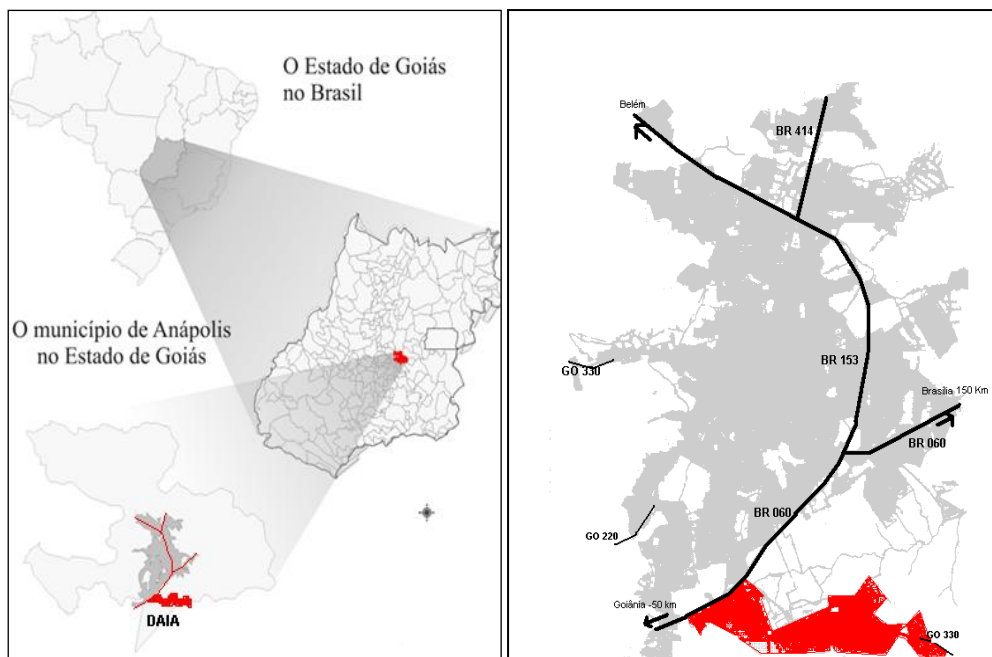
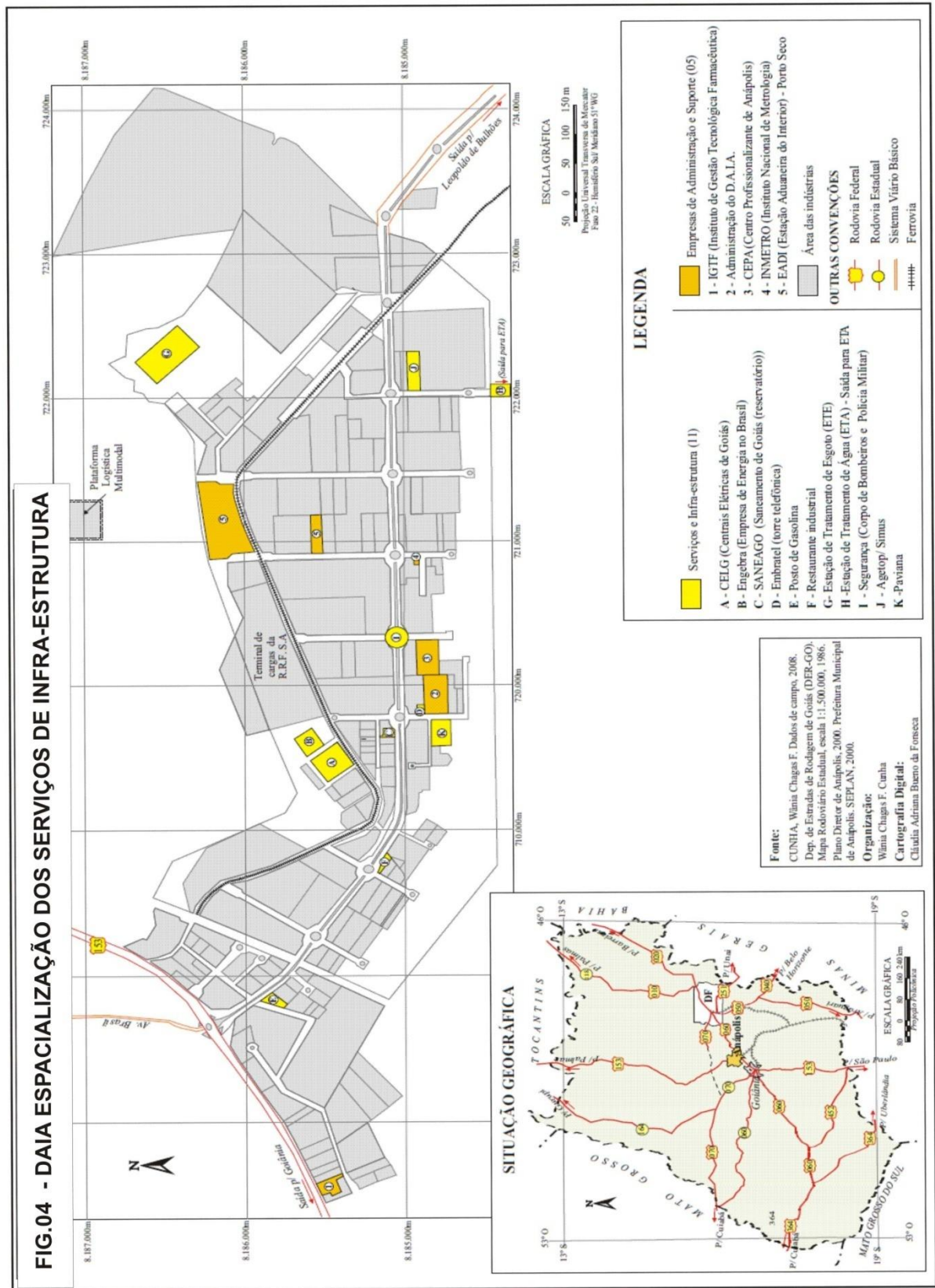


Figura 3 - **Anápolis/GO:** Projeções da Localização da Cidade e do Distrito Agroindustrial de Anápolis.

Fonte: Freitas (2004).

As rodovias que cortam a cidade e que possibilitam o acesso ao DAIA compõem o denominado trevo Brasil, articulando as rodovias federais BR 060, BR

414 e BR 153, além das rodovias estaduais GO 220 e GO 330, importantes para a fluidez da economia regional (Figura 04).



Fonte: CUNHA (2009).

O distrito conecta-se com as demais regiões do país através de um sistema rodo-ferroviário que será ampliado com a conclusão da Ferrovia Norte-Sul. Inclusive, o marco inicial da Ferrovia Norte-Sul em Goiás se localiza no DAIA, nas proximidades do Porto Seco Centro-Oeste, onde será ligado a Ferrovia Centro-Atlântica, ramal da Rede Ferroviária Federal S.A (RFFSA), integrante do corredor de exportação Goiás - Minas Gerais - Espírito Santo, (Plano diretor, Anápolis 2005/2006). (Foto 2 e 3)



Fotografias 2 e 3 - **Anápolis/GO:** Trevo de acesso ao DAIA, BRs 060 e 153, com detalhes do canteiro de obras da Ferrovia Norte-Sul que passará através de um túnel sob o local.

Fontes: Freitas (2004) e Luz (2008).

E, se nos primeiros anos de funcionamento, final da década de 1970 e início de 1980, o distrito contava com apenas 14 empresas, em 2008, o DAIA passou a contar com 110 empresas, um acréscimo de mais de 80%, distribuídas nos segmentos: farmacêutico; de construção; e, de produtos agrícolas, dentre outras (figura 05).

De acordo com a relação dos maiores contribuintes do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no ano de 2006, apresentada pela SEPLAN (2007) se destacam: (ver quadro 2)

Dentre os fatores que contribuíram para essa ampliação destacam-se: os incentivos fiscais fornecidos através dos fundos de fomento estadual, como o Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (FOMENTAR), instituído pela Lei Estadual nº. 9.489 de 19 de julho de 1984, depois, pelo Programa

de Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás (PRODUZIR), Lei Estadual nº. 13.591 de 18 de janeiro de 2000; dos recursos disponibilizados pelo governo federal através do Fundo Constitucional para o Centro-Oeste (FCO), regulamentado pela Lei Federal nº. 7.827 de 27 de setembro de 1989; além da isenção por tempo variável dos tributos municipais.

Segmento	Empresa	Grupo ou Holding	No. de func.	Faturamento
Farmacêutico	NeoQuímica	Não	1459	US\$ 165,3 milhões (vendas 2007)
	Laboratório Teuto	Não	1345	US\$ 158,9 milhões (vendas 2007)
Construção	Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A	Cecrisa	s/d	R\$ 498,9 milhões (faturamento bruto do grupo)
	Precon Goiás Industrial Ltda.	Grupo Eternit	120	R\$ 36 milhões (vendas 2007)
Alimentos	Roan Ind. de Alimentos	Não	s/d	s/d
Isolantes térmicos	Isoeste Isolantes	Não	285	US\$ 68,5 milhões (vendas 2007)

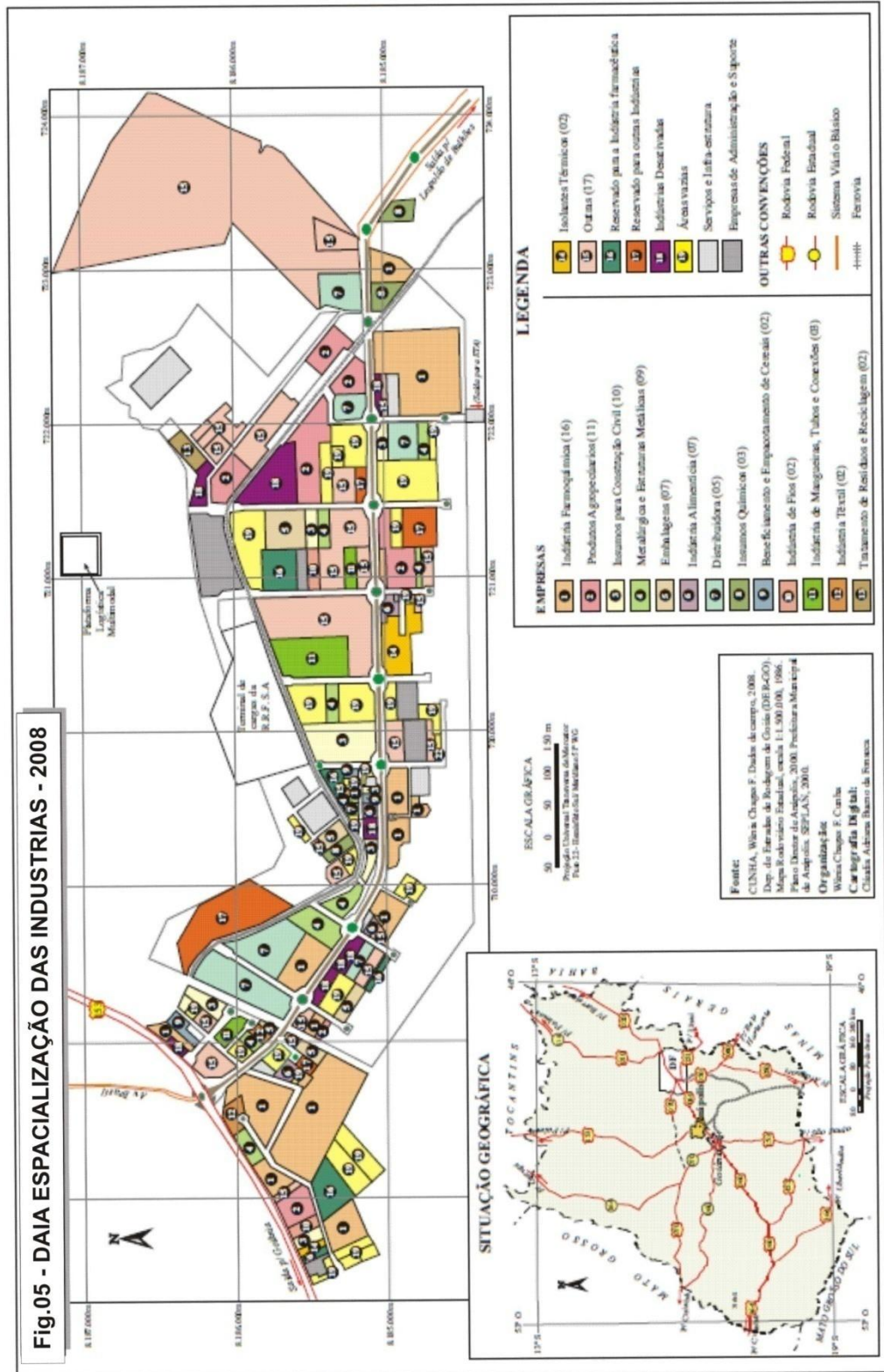
Quadro 2 – Anápolis/GO: Relação de Empresas do DAIA que se destacaram na arrecadação de ICMS em 2006.

Fonte: SEPLAN (2007) Disponível em <<http://www.seplan.go.gov.br>> (acesso em jul./2008). Revista Exame, Melhores e Maiores, (2008). s/d – sem dados.

Organização: Luz(2009).

No que concerne ao apoio municipal, por meio da Lei 631 de 26 de setembro de 1973, sancionada por Jamel Cecílio, então prefeito de Anápolis, foram concedidas às empresas, a isenção total de todos os tributos por 5 anos. Segundo a Lei municipal n.º 631 de 26 de setembro de 1977, as empresas que se instalassem no distrito até 31 de dezembro de 1978 gozariam em um prazo de 5 anos, da isenção dos seguintes tributos municipais: Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU); Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN); Taxas e contribuição de melhoria, extensiva aos serviços de execução do projeto de obras civis, desde o início de sua implantação. Mais tarde, com a Lei municipal de n.º 1.915, instituída em 12 de dezembro de 1991, tem-se que as empresas beneficiadas por tal lei ficariam isentas de pagar, por um período de 5 anos, os tributos municipais

já existentes e outros como: taxa de construção, o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) em terrenos localizados no DAIA (CASTRO, 2004, p.36).



Fonte: CUNHA (2009).

No âmbito federal temos o FCO (Fundo Constitucional de financiamento do Centro-Oeste) foi criado em 1988 e regulamentado pela lei n.º 7.827 de 27 de setembro de 1989, tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste, mediante financiamentos direcionados às atividades produtivas, voltados aos setores econômicos industrial, agroindustrial, agropecuário, mineral, turístico, comercial e de serviços. O fundo atua da seguinte forma: são disponibilizados 3% do produto da arrecadação do IR (Imposto sobre Renda) da pessoa jurídica do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), e são entregues pela União 0,6% desse valor à região Centro-Oeste - conforme expresso na Constituição Federal de 1988, artigo 159, inciso I, alínea "c". A distribuição dos 0,6% destinados ao Centro-Oeste é feita da seguinte forma, 29% para Goiás, 29% para o Mato Grosso, 23% para o Mato Grosso do Sul e 19% para o Distrito Federal. Esse repasse é destinado a implantação de infra-estrutura básica e atividades produtivas nos setores rural e industrial.

O FCO é um sistema de financiamento do governo federal voltado para o desenvolvimento da região Centro-Oeste, o qual financia 70% do valor total do empreendimento incluindo construção, máquinas, equipamentos e veículos, para grandes empresas, aquelas que apresentam um faturamento anual maior que R\$35.000.000,00. A taxa de juros para as grandes empresas é de 11.9% (líquidos) ao ano e a carência é de até 3 anos com um prazo de pagamento de até 12 meses.

Outro importante incentivo à industrialização goiana e conseqüentemente a indústria anapolina, veio com a instituição do FOMENTAR (Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás). Criado em 19 de julho de 1984, no governo Íris Resende, através da lei n.º 9.489 e regulamentado pelo decreto n.º 2.453 de 22/02/1985 o FOMENTAR tem como fonte de recursos para sua constituição, as dotações e os créditos orçamentários e 0,6% do valor integral de projetos aprovados pelo conselho deliberativo. O FOMENTAR, tinha como objetivo promover a atração de indústrias para Goiás, por meio principalmente de projetos de implantação e expansão industrial voltada para agroindústria, além de incentivar a desconcentração econômica no próprio estado. No que se refere ao apoio técnico e financeiro das atividades ligadas aos setores de Micros, Pequenas e Médias, seriam beneficiadas desde que consideradas de relevância para o desenvolvimento sócio econômico do Estado de Goiás (BORGES, 2004).

Os benefícios concedidos pelo FOMENTAR consistiam em financiamento de 70% do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) a ser gerado pela empresa beneficiada. A princípio o empréstimo seria por um período de 5 anos, prazo que foi se estendendo chegando até 30 anos contados a partir do início da produção. Nesse período a empresa pagaria apenas 30% do ICMS gerado, os outros 70% seriam internalizados sob a forma de empréstimo na própria empresa como capital de giro. Os empréstimos para investimentos fixos tinham juros de 2,4% ao ano sem correção monetária (BORGES, 2004,p.24). A falta de correção desses empréstimos fazia com que a dívida se alto extinguisse com passar dos anos. Outro agravante, é que o período de atuação do FOMENTAR, trata-se de um período de altos índices inflacionários e crise econômica nacional, quando a falta de correção monetária dos financiamentos acabava por desvalorizar as dívidas vinculadas ao FOMENTAR.

Outra característica do FOMENTAR é o fato desse programa favorecer as grandes empresas em detrimento das Micros, Pequenas e Médias empresas, posto que só seriam beneficiadas se tais empresas fossem relevantes para o desenvolvimento do estado. Porém, é fato que mesmo com tantas falhas o FOMENTAR atraiu várias empresas para o estado e no que se refere a Anápolis o FOMENTAR propiciou em apenas 5 anos a instalação de 50 indústrias (Diário da Manhã, 1991 apud CASTRO 2004) . Destacando ainda:

Em 1985, segundo Silva (1995) o DAIA contava com 22 indústrias. A ampliação dos incentivos fiscais através do FOMENTAR e a melhoria nas condições da infra-estrutura do distrito, provocaram um acréscimo de 81,82 no período de 1985/87 representando 40 indústrias em 1987. O percentual acrescido ao total de indústrias instaladas em 1987 foi de apenas 15% somando-se 46 indústrias instaladas em 1989. De 1989 para 1991 o índice percentual acrescido foi significativo, totalizando 56,52% representativo de 72 indústrias instaladas. Já em 1993 o DAIA contava com 76 unidades fabris em pleno funcionamento, justapondo-se um índice de 5,56% ao total de indústrias em 1991 (CASTRO 2004, p. 38).

De acordo com os dados acima citados, percebemos que o FOMENTAR favorece a instalação de empresas no DAIA, sendo que em 1996 haviam 49 empresas beneficiadas pelo FOMENTAR em Anápolis, desse total 32 estavam situadas no DAIA.

E, de modo geral, o Fomentar aprovou 978 projetos de empresas para o estado de Goiás entre 1983 e 2000, contribuindo para industrialização local. Porém, a forma como os empréstimos foram efetivados implicam em uma política indireta de renúncia fiscal, mediante o uso privado de recursos públicos, pois, além da constante prorrogação dos prazos para o pagamento dos empréstimos o governo oferecia descontos para a liquidação antecipada dos débitos. Por exemplo, no vigésimo leilão de ativos realizado em dezembro de 2008, os descontos para o pagamento antecipado dos débitos chegaram até a 89%, conforme informações da Secretaria da Indústria e do Comércio do Estado de Goiás (SIC).

O programa PRODUIZIR, por sua vez, veio para substituir o FOMENTAR a partir de 2000, com isso, foram criados mecanismos que permitiram que as empresas migrassem do antigo fundo para o novo programa de incentivos. Nos primeiros de vigência, 2000 a 2005, o PRODUIZIR atraiu 931 projetos empresariais para o Estado de Goiás, sendo que para Anápolis foram aprovados para implantação ou expansão 44 projetos (ver Gráfico 1).

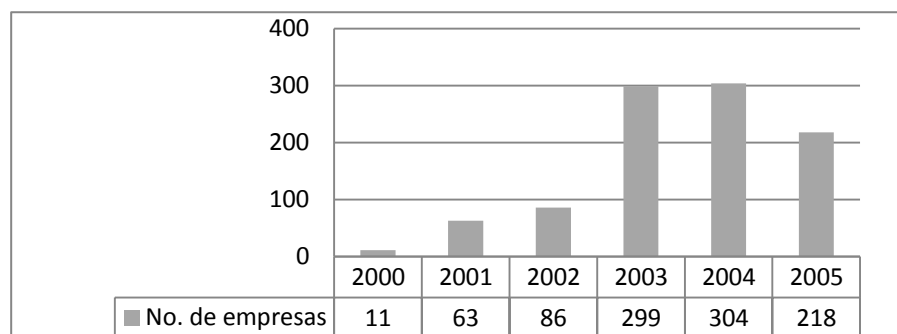


Gráfico 1 - **Estado de Goiás:** Projetos aprovados pelo programa PRODUIZIR de 2000 a 2005.

Fonte: SEPLAN/SIC, Secretaria Executiva do Produzir (2007) Disponível em <<http://www.seplan.go.gov.br/rev/revista22/cap09.pdf>> (acesso em jan. 2009)

Organização: Luz (2009).

O PRODUIZIR tem como objetivo contribuir para expansão, modernização e diversificação do setor industrial no estado, bem como estimular a realização de

investimentos, a renovação tecnológica e aumentar a competitividade do estado em nível nacional. Promove a redução do custo da produção da empresa por meio do financiamento de até 73% do ICMS, devido pelo período de até 15 anos. A empresa beneficiada tem carência de um ano e o desconto no abatimento da dívida pode chegar a 100%, os juros são de 0,2% ao mês sem correção monetária, que incidirão até a quitação da dívida, prevista para ocorrer em até 24 meses após a contratação mensal.

Com o objetivo de viabilizar o PRODUZIR, paralelamente, criaram-se outros instrumentos, como por exemplo: o Fundo de Desenvolvimento de Atividades Industriais (FUNPRODZIR) para dar suporte financeiro para o programa de incentivo ao setor industrial promovido pelo governo estadual; a Agência de Fomento do Estado de Goiás (GOIÁSFOMENTO) que oferece linhas especiais de financiamento e crédito; além de um fundo direcionado para o setor mineral e um programa especial de crédito produtivo para as pequenas empresas. Sobre as diferenças entre o FOMENTAR e o PRODUZIR, Rodrigues da Silva (2002, p.141) destaca:

Uma das principais diferenças do PRODUZIR em relação ao FOMENTAR consistia na alegação de que este não se configurava como isenção fiscal. No PRODUZIR, o beneficiário quitaria junto ao Erário Público todo seu débito (mensal) de ICMS. O estado, depois de ter recebido (não havendo, portanto, renúncia fiscal), “devolveria” à empresa, em forma de financiamento, valor equivalente a até 73% do imposto gerado no período, driblando, assim, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Este financiamento, com juros de 2,4% a.a., capitalizados mensalmente, não teria correção monetária. Outra distinção importante era no prazo de fruição, que seria de no máximo 15 anos, com data prevista para encerramento em 2020.

Outra característica presente no PRODUZIR é a existência de subprogramas, como por exemplo, entre outros: o destinado às micro e pequenas empresas (MICROPRODZIR); para operadores logísticos (LOGPRODZIR); no segmento do comércio exterior (COMEXPRODZIR); além do subprograma direcionado para o setor de telecomunicação (TELEPRODZIR).

Já, no âmbito federal, o FCO se constitui em outro instrumento de incentivo para a industrialização e modernização de Goiás, mediante a aplicação de 29% dos recursos destinados ao Centro-Oeste para investir em projetos ligados ao desenvolvimento rural, turismo regional, reforma agrária e meio ambiente. Em específico, no estado de Goiás entre 1999 e 2005, somente, o FCO totalizou 79.378 contratos que geraram 282.791 empregos e financiaram um volume aproximado de 3 bilhões de reais (Revista Economia & Desenvolvimento, 2006, p. 23). E, de acordo com a programação do FCO para o ano de 2008, elaborada pelo Ministério da Integração Nacional (MI), foram destinados 846.208 milhões de reais para investimentos em Goiás nos segmentos empresarial (indústria, infra-estrutura, turismo, comércio e serviços) e rural, mas, o montante dos recursos contratados superou esse valor, conforme as informações da SEPLAN/GO sobre o FCO no período entre 2006 e 2008, (ver Tabela 1):

Tabela 1 - **Estado de Goiás:** Quantidade e Valores Contratados de Recursos do FCO – 2006 a 2008

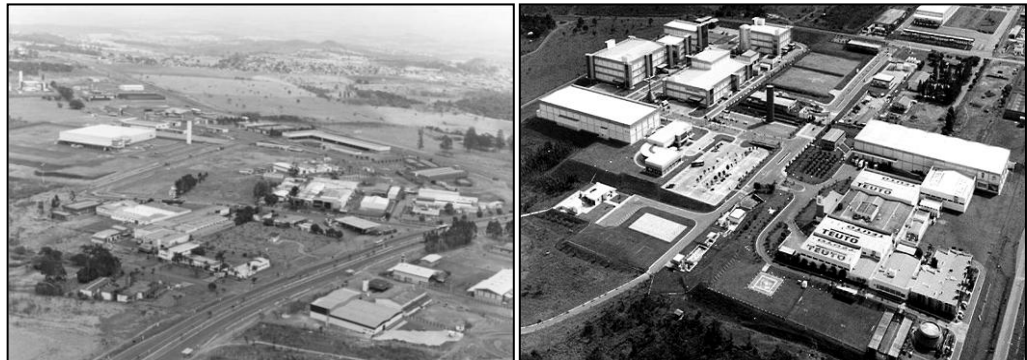
Programa	Quantidade de contratos			Valores contratados (R\$ milhões)		
	2006	2007	2008	2006	2007	2008
Empresarial	877	1.785	3.640	179.824	382.851	391.267
Rural	29.543	30.573	21.064	455.764	528.761	651.642
Total	30.420	32.358	24.704	635.588	911.612	1.042.909

Fontes: Banco do Brasil/ FCO (2008). SEPLAN/SEPIN (2009) - Disponível em <<http://www.seplan.gov.br/sepim>> (acesso em jan./2009).

Nesse sentido, a instituição do FOMENTAR/PRODUZIR, a disponibilidade de recursos do FCO e das agências de fomento são ações que marcam o desenvolvimento industrial da cidade de Anápolis, pois, propiciaram a diversificação da economia e a instalação de dezenas de empresas, inclusive, contribuindo para a formação de um pólo farmacêutico na cidade, além das empresas ligadas à

construção, alimentação, processamento de soja e, por último a automobilística (ver Fotografias 5 e 6).

Outro aspecto que evidencia a relevância do Distrito é a presença do Pólo Farmacêutico. Ao contrário do que se pensa, não há em Anápolis um Pólo Farmoquímico, posto que no DAIA não é fabricado o princípio ativo dos medicamentos, o que limita Anápolis a condição de Pólo Farmacêutico (FREITAS E PASCHOAL, 2006, p.68).



Fotografias 4 e 5 – **Anápolis/GO**: vista parcial do Distrito Agroindustrial e do Laboratório Teuto Ltda.

Fontes: SEPLAN (2008), Disponível em <[http:// www.seplan.gov.go.br](http://www.seplan.gov.go.br)> (acesso em jan./2009). Material de Divulgação do Laboratório Teuto Ltda. Disponível em <[http:// teuto.com.br](http://teuto.com.br)> (acesso em jan./2009).

Por sinal, as empresas farmacêuticas do DAIA compõem o Pólo Farmacêutico de Goiás considerado o terceiro maior do país, composto por 23 empresas que estão situadas no eixo Goiânia-Anápolis, conforme informações do Instituto de Gestão Tecnológica Farmacêutica (IGTF) e SEPLAN (2008).

No DAIA funcionam 18 empresas deste pólo, especializadas, principalmente, na produção de medicamentos genéricos (ver Quadro 3)., como é o caso do Laboratório NeoQuímica Ltda. e Laboratório Teuto Ltda., 10ª e 15ª maiores empresas do segmento farmacêutico no país, segundo dados apresentados pela Revista Exame, Maiores e Melhores (2008).

Porém, existem no DAIA empresas, por exemplo, de produtos hospitalares (Bioline Ind. e Com. de Fios Cirúrgicos Ltda.), complementos alimentares (Midway Tecnologia em Alimentos Ltda.) e veterinária (Champion Ind. Química Ltda.).

Empresas/Laboratórios	Ano de criação
1. Laboratório NeoQuímica Ltda.;	1989
2. Vitapan - Indústria Farmacêutica Ltda.;	1990
3. Greenpharma Agroquímica Ltda.;	1992
4. Laboratório Teuto Ltda.;	1993
5. Bioline Ind. e Com. de Fios Cirúrgicos Ltda.	1993
6. Champion Ind. Química Ltda.;	1993
7. Laboratório Kinder Ltda.;	1996
8. Midway Tecnologia em Alimentos Ltda.;	1996
9. Laboratório Ducto Indústria Farmacêutica Ltda.;	1997
(NeoQuímica)	
10. Beraca Ind. e Comércio LTDA	1999
11. Nova Farma Ind. Farmacêutica	1999
12. FBM Ind. Farmacêutica	2000
13. Pharma Nostra Comercial LTDA	2001
14. Gênix Indústria Farmacêutica Ltda.	2001
15. Brazmo S.A	2002
16. Laboratório Genoma Ltda.;	2003
17. Laboratório Geolab	2003
18. Melcon Indústria Farmacêutica	-----

Quadro 3 - **Anápolis/GO**: Relação de Empresas do Pólo Farmacêutico de Goiás presentes no DAIA -2008.

Fonte: IGTF (2008), Pesquisa de campo (2008).

Organização: Dias (2009).

As empresas que compõem o Pólo Farmacêutico de Anápolis conectam a cidade às demais regiões do país através de uma rede de empresas que compõem sua cadeia produtiva, envolvendo empresas: fornecedoras de matéria-prima, embalagens, equipamentos e serviços; transportadoras; distribuidoras; e, empresas de logística. No caso, a maior parte das empresas fornecedoras do pólo anapolino está no Sudeste, principalmente, no Estado de São Paulo que possui mais de 80% destas empresas associadas à cadeia produtiva farmacêutica de Anápolis, enquanto, as empresas locais, sediadas no eixo Goiânia-Anápolis se destacam, principalmente, na oferta de serviços (gráfico 02).

Tal cadeia produtiva se estruturou a partir da criação do Instituto de Gestão Tecnológica Farmacêutica (IGTF) em 2001. Trata-se de um órgão gestor que foi criado a partir de acordos firmados entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e a Secretaria da Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás (SECTEC), além de universidades, centros tecnológicos, empresas e associações classistas, objetivando o desenvolvimento técnico e humano, através do incentivo à pesquisa, inovação tecnológica e qualificação de mão-de-obra (IGTF, 2008).

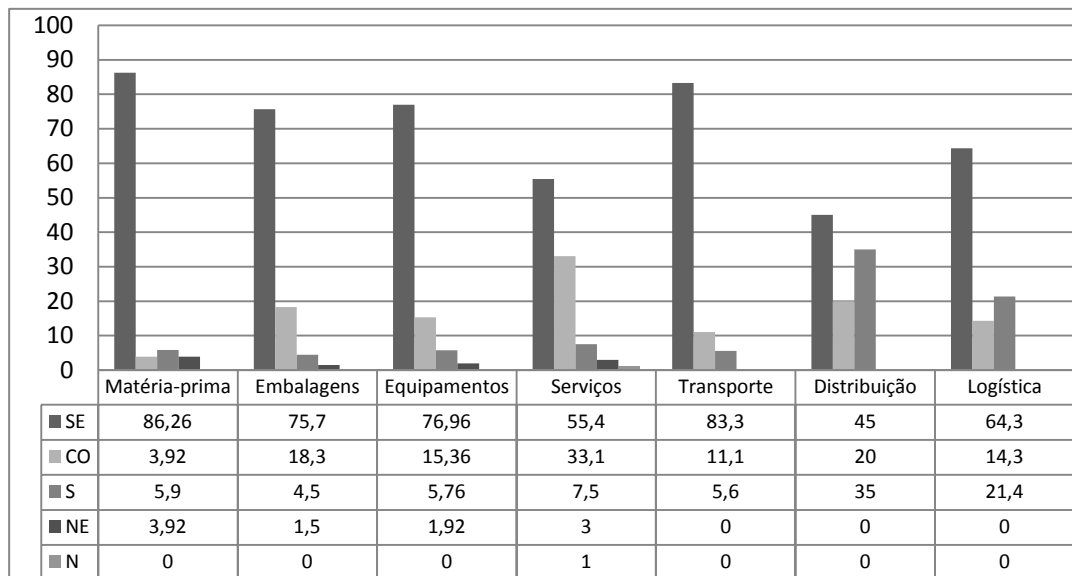


Gráfico 02 – **Anápolis/GO**: Participação das Empresas na Cadeia Produtiva do Pólo Farmacêutico de Anápolis por Região – 2008.

Fonte: IGTF (2008). Disponível em <<http://www.igtf.com.br>> (acesso em dez./2008)

Organização: Luz (2009).

Nesse sentido, o IGTF contribui para promover a integração entre a produção, pesquisa e tecnologia, além de ser o órgão gestor do denominado Arranjo Produtivo Farmacêutico – Goiânia – Anápolis que:

situa-se na fronteira industrial que está se concentrando em um polígono que envolve Vitória, Belo Horizonte, Uberlândia, São José do Rio Preto, Londrina, Curitiba, descendo em direção a Porto Alegre. Todavia, o seu potencial de crescimento é grande haja vista que o eixo Brasília-Anápolis-Goiânia já comportava, em 2004, mais de 4 milhões e meio de habitantes, constituindo o terceiro maior

mercado consumidor do país, o que representa 4 por cento do consumo total brasileiro. Ademais, o denominado “Eixo de Integração e Desenvolvimento”, encontra-se dentro de uma nova proposta de regionalização do país, que, responde aos vetores de exportação e investimento de infra-estrutura econômica, primando pela integração competitiva e articulando os corredores de exportação do mercado internacional (PLANO DE SEENVOLVIMENTO DO APL FARMACEUTICO, 2007, p.6)

Fato que favorece a conformação da centralidade Anapolina, posto que a cidade também se liga a outros estados e a demais cidades de Goiás via o APL Farmacêutico que tem sua gestão instalada em Anápolis.

Inclusive, com a consolidação do pólo farmacêutico em Anápolis surgiram vários cursos de graduação, públicos e privados, voltados para este segmento. Por exemplo, o curso de Farmácia é oferecido por três Instituições de Ensino Superior (IES): a Universidade Estadual de Goiás (UEG), o Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica; e, a Anhanguera Educacional. Inclusive, a UEG e a UniEvangélica realizam o mestrado interinstitucional em Gestão, Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia Farmacêutica, além de cursos de especialização relacionados com a gestão empresarial, segurança do trabalho e tecnologia. Sendo que a maioria desses cursos foram implantados no final da década de 1990 e início dos anos 2000, o que comprova sua relação com as empresas farmacêuticas presentes no DAIA(anexo4).

Dentre os principais cursos de Pós-Graduação oferecidos em Anápolis (anexo 5), é possível perceber que os cursos em nível de especialização são bem diversificados, porém eles demonstram uma preocupação especial com cursos voltados à docência e cursos voltados ao setor de farmácia e química, bem como os direcionados a administração de empresas, produção e logística, o que a nosso ver, reflete a demanda que vem sendo criada pelas necessidades do Distrito Agroindustrial de Anápolis.

Vale destacar que os cursos de mestrado mesmo sendo direcionados a setores distintos, confirma a tendência dos cursos de especialização pois, contemplam as áreas: farmacêutica, agronegócio, sociedade e tecnologia. Em nível

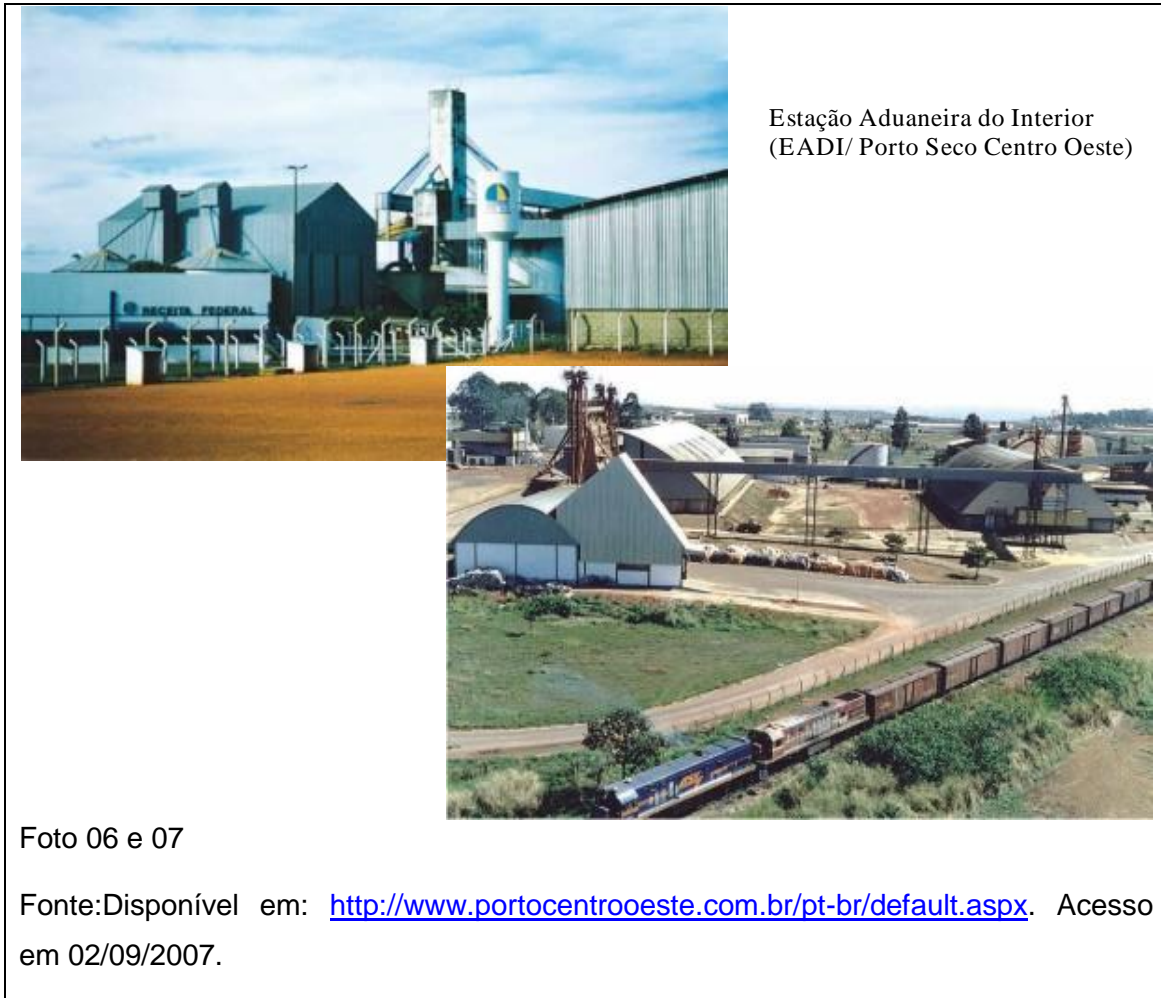
de pós graduação são oferecidos 50 cursos distintos, sendo que aqui foram referenciados apenas os considerados mais relevantes para este estudo.

No que concerne a circulação e distribuição de mercadorias, um dos aspectos que evidenciam a facilidade de circulação de mercadorias em Anápolis é a presença, no DAIA, de uma Estação Aduaneira Interior (EADI/ Porto Seco Centro Oeste S/A), que oferece serviços aduaneiros atuando diretamente na importação e exportação e armazenagem de produtos. A EADI de Anápolis abrange uma área que cobre todo o Estado de Goiás, Distrito Federal, parte de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Palmas Tocantins, norte de Minas Gerais, Pará e Maranhão, além promover a importação e exportação para China, Coréia, EUA e países da Europa. Atua também, agilizando as operações de exportação e importação, possibilitando a redução de custos, o que favorece a competitividade das empresas no que se refere aos negócios voltados para o comércio exterior.

As indústrias farmacêuticas, instaladas no DAIA utilizam o porto para importarem as matérias-primas necessárias para fabricação de medicamentos, enquanto esmagadoras de soja e outras empresas fazem o desembarço alfandegário de suas exportações por meio da estação aduaneira, bem como a utilização de seus armazéns para estocagem de grãos.

A EADI fornece um serviço de uso público, mas é administrada por um consórcio privado composto por um grupo de empresários goianos, cuja licitação foi ganha em 1999 e tem validade de vinte anos. Essa característica de serviço público se deve principalmente pela presença de órgãos como Receita Federal e Alfândega, necessário ao desembarço de mercadorias.

O Porto Seco Centro Oeste oferece 100 empregos diretos sendo que os indiretos não foram contabilizados pela empresa. Atuam no local 102 empresas que trabalham com exportação e importação nos ramos de: matérias-primas para produtos farmacêuticos, automóveis, medicamentos, peças automotivas, grãos, madeira, minério de cobre, algodão, açúcar dentre outros (EADI, 2008).



Para direção do Porto Seco, é possível falar em comércio exterior em Goiás apenas a partir da implantação do Porto em Anápolis posto que, a localização estratégica e a capacidade de desenvolvimento logística da cidade promoveu o comércio exterior no estado bem como atraiu investimentos de novas empresas para o DAIA, empresas como: ROCHE e HYUNDAE, investiram em Anápolis influenciadas pela existência da Porto.

No que se refere as Políticas Públicas destacamos o regime suspensivo onde as mercadorias que serão desembaraçadas no Porto ficam isentas de impostos, enquanto estiverem armazenadas, o que pode durar até três anos.

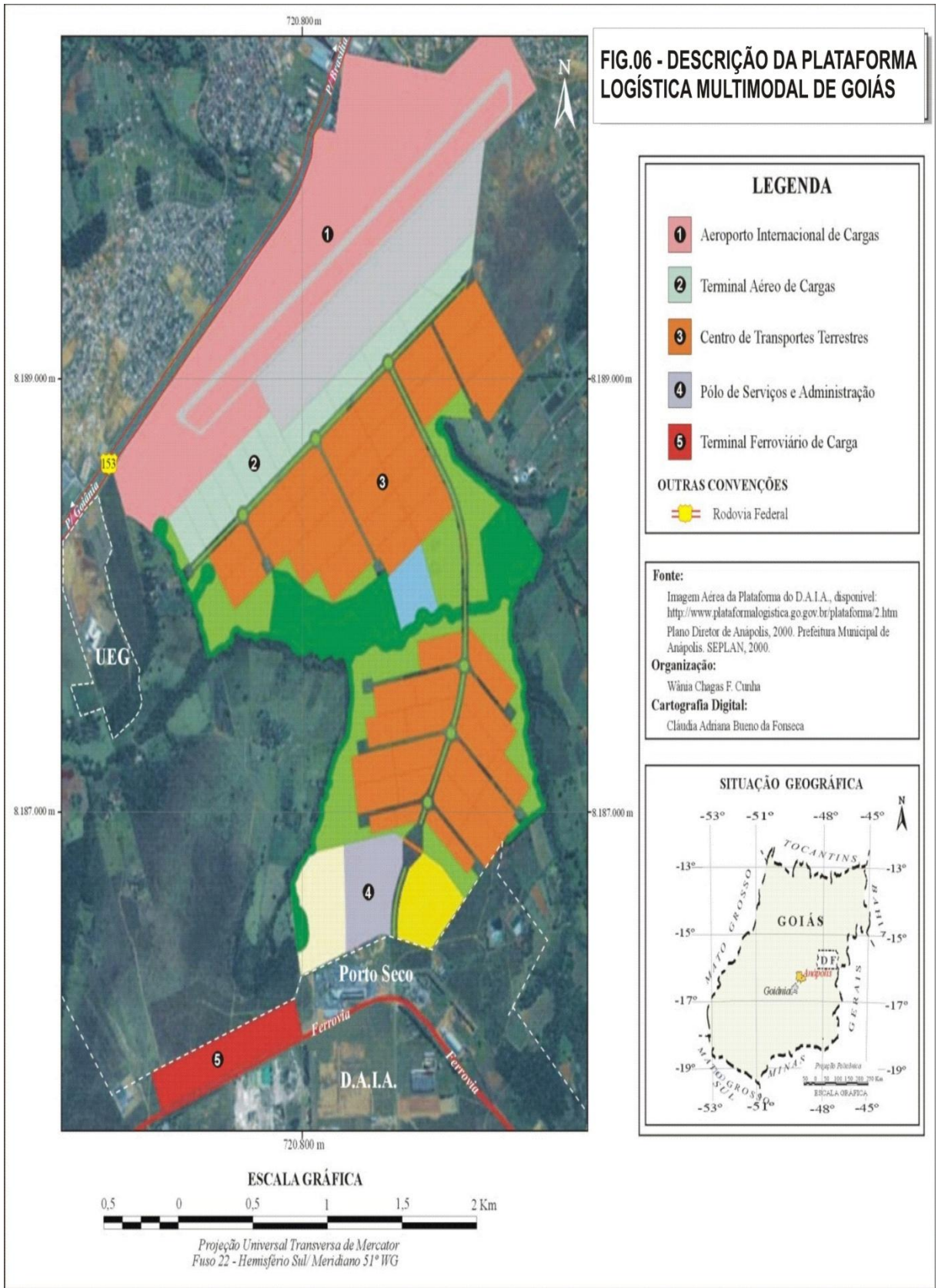
E ainda o PROGRAMA COMEXPRODUZIR (TRADINGS), voltado apenas para empresas comerciais que opere exclusiva ou preponderantemente (no mínimo 95%) com importação e/ou exportação de mercadorias onde o desembaraço aduaneiro tem que ocorrer em território goiano; com a isenção do ICMS no momento da importação, destacamos também alguns operadores logísticos como o

PROGRAMA LOGPRODUIR que é baseado na legislação dos armazéns gerais, as quais garantem que: quando o depositante e o Armazém Geral encontram-se no mesmo Estado, a transferência ocorre sem incidência de ICMS, tanto no envio para depósito como no retorno; quando o depositante encontra-se em um Estado e o Armazém Geral em outro, permite-se o "refaturamento" com inclusão do ICMS por parte do Armazém Geral.

A análise das Políticas Públicas voltadas para Porto Seco, juntamente com os serviços aduaneiros prestados pelo Porto evidenciam a importância que o mesmo exerce no município, bem como, a relevância que a cidade adquire por se transformar em um "nó" que se liga aos principais estados do país via importação/exportação. Além disso, encontra-se no Porto Seco, o marco zero da Ferrovia Norte Sul que ao ser concluída se ligará a Ferrovia Centro Atlântica, que promove a ligação do porto com Sudeste brasileiro, levando as mercadorias até os portos de Santos-SP e Vitória-ES, o que viabiliza o transporte de mercadorias, além do comércio exterior.

Além disso, ao lado do Porto Seco, está em fase de implantação a Plataforma Logística Multimodal, que prevê a utilização, além do transporte rodoviário e ferroviário o uso do transporte aéreo, otimizando ainda mais a circulação de fluxos de capitais na região, e de Anápolis para o restante do país (figura 06 plataforma).

A plataforma fornecerá um serviço semelhante ao do Porto Seco centro Oeste, serviço de tratamento das mercadorias, armazenamento, hospedagem de pessoas em trânsito. De acordo com Plano de Desenvolvimento do APL Farmacêutico Goiânia-Anápolis (2007), a Plataforma Logística Multimodal de Goiás consolidará o eixo Goiânia – Anápolis – Brasília. (Fig.06).



Fonte: CUNHA (2009).

Consolidará também, todo o Centro-Oeste como pólo de desenvolvimento, com influência econômica e logística nas Regiões Norte e Sudeste, facilitando o acesso aos mercados do MERCOSUL e Países Andinos, Europa, Ásia e América do Norte, fomentando ainda mais a circulação na região.

4.3. A nova centralidade de Anápolis-GO

Os objetos geográficos: DAIA, Pólo Farmoquímico, IGTF Porto Seco e a IES, foram escolhidos como forma de evidenciar a centralidade de Anápolis no sentido que em todos podemos encontrar aspectos que fazem dos mesmos um elo que liga a cidade à outras cidades do estado, bem como a outros estados ou países. Influenciando também as cidades de sua circunvizinhança. Dessa forma, compreendendo que no DAIA se encontram o IGTF, a maioria das empresas do Pólo Farmacêutico e o Porto Seco Centro Oeste S/A, consideraremos que tais objetos representam a capacidade logística e industrial da cidade.

Nesse sentido, é possível afirmar que estes objetos geográficos estão intimamente relacionadas aos processos de reestruturação produtiva e modernização, posto que em todas é possível elencar elementos capazes de promover certa transformação espacial, seja no que se refere as transformações e inovações que trouxeram a cidade, seja devido a espacialização de tais transformações promovendo um (re)ordenamento espacial na cidade.

No que diz respeito a centralidade de Anápolis, fica claro que não se trata mais de uma centralidade estanque, que transforma a cidade em um lugar central fixo, oferecendo bens e serviços a sua circunvizinhança. O limiar da procura não se restringe as cidades vizinhas, nem a bens e serviços encontrados apenas em Anápolis, se podemos falar em alcance, esse toma uma proporção regional, nacional e até mesmo internacional.

Essa centralidade se restringe aos moldes da economia clássica ou neo-clássica. Trata-se de uma centralidade moderna que guarda elementos da centralidade proposta por Christaller no que se refere a oferta de bens e serviços, ao mesmo tempo que deve ser entendida no jogo dialético entre “horizontalidades e verticalidades”. Apresenta elementos, que antes não eram questionados na compreensão da centralidade, trata-se de uma centralidade verticalizante capaz de

ligar o local ao global pela presença de alguns elementos espaciais, tais como: presença de empresas de diversificados ramos de atuação com uma ampla cadeia produtiva, ampliação da escala de atuação de algumas empresas presentes na cidade, a capacidade logística da cidade, especialmente pela presença do Porto Seco Centro Oeste e as Rodovias federais e estaduais, além das ferrovias que facilitam o transporte, armazenamento e a circulação de mercadorias. Estes elementos, também colocam a cidade em relação com uma rede de cidades do estado de Goiás e vários outros estados do país e de outros países.

Além disso, o IGTF, por gerir o Pólo Farmacêutico, sua cadeia produtiva se expande por todo território nacional, além de ser a base tecnológica do Pólo, o que evidencia a preocupação com o desenvolvimento científico do Pólo.

No que se refere as universidades, chamamos atenção para a implantação de cursos superiores direcionados à empresas do DAIA, bem como os curso de especialização e mestrado. Sua presença denota a importância que a cidade vem tomando no contexto do mundo globalizado, além do fato de atraírem uma importante demanda de pessoas à cidade, tanto no que se refere a alunos como professores presentes na cidade. Muitos deles, proveniente de diversas cidades goianas como a própria capital do estado.

Assim, a centralidade exercida por Anápolis é o que podemos denomina de uma centralidade moderna, verticalizante, processual e relacionada ao eixo de desenvolvimento Goiânia – Anápolis – Brasília. Ao que parece a existência do eixo, ou seja, o alinhamento das três cidades além de fomentar o movimento de fluxos de capitais na região favorece a centralidade de Anápolis a medida que a cidade situa-se entre as duas capitais e dessa forma além de ter sua área de influencia recebe as influencias das duas capitais, em especial no que se refere ao fluxo de pessoas e mercadorias.

Além disso, é possível afirmar que o acúmulo temporal promovido pelo processo de formação territorial de Anápolis favorece a conformação da centralidade presente na cidade, posto que, é devido a sua estruturação ao longo do tempo que foi possível que hoje a cidade tenha a importância mencionada.

Outro aspecto relacionado aos objetos geográficos presentes em Anápolis, em especial no DAIA é seu nível de desenvolvimento tecnológico e científico. Ambos, motores do desenvolvimento econômico na atualidade e também na cidade,

o que levanta a possibilidade, anteriormente mencionada, de que em Anápolis estar em curso o desenvolvimento do embrião de um futuro tecnopolo, haja visto que as características dos objetos espaciais ali presentes estão cada vez mais voltados para o aperfeiçoamento tecnológico, visando a otimização dos lucros e a viabilização da circulação, distribuição e consumo dos bens produzidos, além de investirem em pesquisa e desenvolvimento voltados para o desenvolvimento local e regional, conforme afirma Benko (2002), “um tecnopolo é antes de tudo uma zona de urbanização que induz estratégias de promoção (econômica, industrial, imobiliária e mesmo social) orientada para implantação de entidades tecnológicas”, estas, direcionadas ao desenvolvimento local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de Anápolis, seu Distrito Industrial e seu aparato logístico e informacional, evidenciam o que Milton Santos chama de Verticalidades e Horizontalidades. As horizontalidades se configura como o espaço banal, a fábrica da produção, o lugar da finalidade imposta de fora e de cima para baixo, é também, o teatro do cotidiano conforme mas não conformista, da complacência e da revolta, um espaço onde ocorre uma superposição de tempos, onde se misturam os atores do tempo rápido e os atores do tempo lento, é um espaço contínuo e contíguo. Já as verticalidades, são tidas como um conjunto de pontos, em um território, formando um espaço de fluxos, sendo esse conjunto de fluxos um subsistema da totalidade, onde mesmo separados esse conjunto de pontos, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia, é o espaço econômico, que vai ser adequado às tarefas produtivas hegemônicas (SANTOS, 1999, 2006).

Diante disso, compreende-se que há em Anápolis um encontro entre as verticalidades e horizontalidades, onde o espaço ali produzido é um espaço da fluidez e velocidade efetivas, que corresponde as exigências produtivas do tempo rápido e das relações hegemônicas de produção, o qual é bem representado pelo DAIA, pelo pólo Farmoquímico, Porto seco Centro Oeste e pela presença de instituições de pesquisa como o IGTF e Instituições de Ensino Superior. Ao mesmo tempo é um espaço local, cotidiano, da resistência, onde a vida coletiva se realiza, um meio geográfico no qual as verticalidades encontram a base material.

Neste contexto, percebemos que a capacidade industrial e logística da cidade, bem como toda infra-estrutura física e social que o envolve trata-se de um conjunto de objetos geográficos com características verticalizantes, já que a existência do DAIA viabiliza a atuação da economia global no município, a qual ocorre em um tempo rápido onde são priorizadas a distribuição, circulação e consumo, onde a vida cotidiana encontra meios para se reproduzir, possibilitando assim a conformação de certa centralidade na cidade, possível devido ao acúmulo temporal de elementos espaciais capazes de favorecer a veiculação do processo de modernização e reestruturação produtiva no município, posto que, tais processos necessitam de um campo de atuação propício, que tenha bases necessárias às inovações.

Sendo o processo de modernização um eterno vir a ser diretamente relacionado ao processo de reestruturação produtiva, é possível dizer que em vários momentos da história de Anápolis a cidade passou por processos de modernização e reestruturação, tais como: a chegada da estrada de Ferro, construção de Goiânia e mais tarde Brasília, a implantação da Base Aérea de Anápolis, a implantação do DAIA. Todos esses acontecimentos marcaram momentos distintos da formação territorial de Anápolis e juntos proporcionaram a introdução de elementos modernos subseqüentes aos que já existiam na cidade.

Assim, a presença da estrada de ferro favoreceu a circulação de bens e serviços e a construção das capitais Goiânia e Brasília, nesse ultimo caso não foi a presença da estrada de ferro em si que favoreceu a construção das capitais, e sua a consolidação econômica que a cidade teve devido a presença da estrada de ferro. Da mesma forma o desenvolvimento proporcionados por esses períodos favoreceram a implantação do DAIA na cidade, ou seja, a existência na cidade de uma estrutura produtiva bem consolidada permitiu que outras fossem implementadas, a própria industrialização do município se deu devido as boas condições econômicas encontradas no município.

Retomando a hipótese de que norteou a pesquisa, 'a influência dos processos de modernização e reestruturação produtiva do modo de produção capitalista, favoreceu a consolidação econômica de Anápolis proporcionando à cidade papel importante no contexto do eixo Goiânia – Anápolis – Brasília'. É possível dizer que a mesma se comprova em parte, pois podemos perceber que além da influencia dos processos de modernização e reestruturação produtiva, algo que também influenciou na centralidade de Anápolis foi o que aqui podemos chamar de processos de modernização e reestruturação ocorridos no passado da cidade, proporcionando a implantação de tais processos nas ultimas décadas, além disso chamamos atenção às política públicas voltadas para implantação de industrias ou mesmo para exportação, todas foram essenciais para o processo modernização do município, é o apoio efetivo do Estado para o desenvolvimento local.

É possível dizer também, que a relevância de Anápolis se deve a consolidação do Eixo Goiânia – Anápolis - Brasília, como uma especificidade da própria urbanização brasileira que vem se estruturando em eixos, ligando uma cidade a outra e valorizando-as a medida que formam um contínuo urbano e ao

mesmo tempo valoriza cada cidade dentro da sua especificidade, porém essa valorização está para além da própria cidade, extrapola a cidade e se estende ao eixo, se assemelhando as nossas categorias analíticas, essa centralidade de Anápolis é melhor compreendida quando relacionada a outras cidades do eixo e de sua área de influencia, não permitindo que Anápolis fique isolada no tempo e espaço.

Além disso, a presença de elementos tecnológicos e científicos representam um importante aspecto dessa centralidade, tais elementos favoreceram a implantação de empresas e a consolidação de centros de ensino e de pesquisa científica capazes de atrair grande contingente de outras localidades, ao mesmo tempo que liga Anápolis a outros estados e a outros países do mundo, promove o desenvolvimento local, um desenvolvimento caracterizado pela pesquisa e desenvolvimento e ensino superior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRAIS, Tadeu Alencar. Desvendando a “Arena Política”: os limites do discurso da competitividade do eixo de desenvolvimento Goiânia – Anápolis -Brasília. Disponível em: http://www.ufg.br/this2/page.php?menu_id=1253801097&pos=esq&site_id=214. Acesso em: 21 de set. de 2009.

EGLER, Claudio A. G. **Subsídios à Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil**. Disponível em: <http://www.laget.igeo.ufrj.br/egler/pdf/Redeur.pdf>. Acesso em: 18 de ago. de 2010.

ESTEVAM, Luís. **A Transformação das Estruturas**. In: O Tempo da Transformação: Estrutura e Dinâmica da Formação Econômica de Goiás. 1º ed. Goiânia: Editora do Autor, 1998. p.155-189.

BENKO, Georges. **Leitura socioeconômica do fim do século**. In: Economia, Espaço e Globalização: na Aurora do Século XXI. Tradução: Antonio de Pádua Danese. 3º ed. SP: Hucitec, 2002. 1º capítulo, p. 19-49.
 _____ **Espaço e economia: antes da ciência regional**. In: A Ciência Regional. Tradução: Antonio Gonçalves. 1º Ed. Portugal, 1999. p. 27-63.

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1982.

CASTRO, Joana D`arc Bardella. **Anápolis: Desenvolvimento Industrial e Meio Ambiente**. 1º ed. Anápolis: Associação Educativa Evangélica, 2004.

CIDADE, Lúcia Cony Faria. VARGAS, gloria Maria. JATOBÁ, Ulisses Silva. Regime de acumulação e configuração do território no Brasil. Cadernos metrópole 20 pp. 13-35 2º sem. 2008.

COULANGES, Fustel de. **A Cidade Antiga**. São Paulo, eBooksBrasil. Editora das Américas S.A. - EDAMERIS, São Paulo, 1961. Disponível em: <http://ebooksbrasil.org/eLibris/cidadeantiga.html>. acesso em 20 de nov. de 10.

CORRÊA, Roberto Lobato. Capítulo 1: **Repensando a teoria das localidades centrais**. In: Trajetórias geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 302 p. p. 15-40.
 _____. Capítulo 2: **O que é o espaço urbano?**. In: O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1993. 94p. p. p. 7-10.

CUNHA, Wânia Chagas Faria. **DINÂMICA REGIONAL E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO INTRAURBANO: Um estudo sobre as influência do DAIA na economia anapolina a partir de 1990/** Wânia Chagas Faria Cunha ; Orientador: professor Dr. Tadeu Pereira Alencar Arrais. Goiânia-GO, 2009. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio Ambientais – IESA, 2009.214 f.: il.

ESTEVA, Luís. **A Transformação das Estruturas**. In: O Tempo da Transformação: Estrutura e Dinâmica da Formação Econômica de Goiás. 1º ed. Goiânia: Editora do Autor, 1998. p.155-189.

FAISSOL, Speridião. **O “mato grosso de Goiás”**. Rio de Janeiro. 1º ed. IBGE 1952.

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa. **Ceres e Rio Verde: dois momentos da expansão da fronteira agrícola**. IN: AUBERTIN, Catherine (Org.). *Fronteiras*. Brasília/ Paris: UNB/ ORSTOM, 1988. 250 p. p. 38-59.

FERREIRA, Priscila. **Métodos e Técnicas de Planejamento**. 176f. Licenciatura em Geologia - Ramo Recursos e Planejamento. Universidade do Minho. . Escola de Economia e Gestão1º Semestre do ano Lectivo 2004/2005. Disponível em: <http://www1.eeg.uminho.pt/economia/priscila/MTP05/mtpgrrp.pdf>. Acesso em:

GIDDENS, Anthony. **O capitalismo e o sistema mundial**. In Sociologia: uma breve porém crítica introdução. Rio de Janeiro: ZAHAR editores, 1982.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 4º Ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GOIASINDUSTRIAL. Apresenta informações sobre os distritos industriais goianos. Disponível em: <<http://www.goiasindustrial.goias.gov.br>. Acesso em 02/11/2007.

HABERMAS, Jürgen. **A consciência de época da modernidade e a sua necessidade de autocertificação**. In.: O discurso filosófico da modernidade. São Paulo: Publicações Dom Quixote, 1998, p 13-32.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: Uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves.16º ed. SP: LOYOLA, 1989.

IGTF - **Instituto de Gestão Tecnológica Farmacêutica**. Apresenta a missão, objetivos e as ações desenvolvidas pelo IGTF. Disponível em: <<http://www.igtf.com.br/sobre/polo.asp>. Acesso em: 04 de nov. de2007.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI: Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas 1983.

LEFEBVRE, Henri. **A forma urbana**. In: A revolução urbana. tradução: Sergio Martins. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1999, p 107-122.

LIPIETZ, Alain. **Miragens e Milagres: problemas da industrialização no Terceiro Mundo**. Tradução de Catherine Marie Mathieu- São Paulo: Nobel, 1988.

LUZ, Janes Socorro da. **A (RE) PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE ANÁPOLIS/GO: A trajetória de uma cidade média entre duas metrópoles, 1970 – 2009/ Janes Socorro da Luz; Orientadora: Professora Dra. Beatriz Ribeiro Soares. Uberlândia/MG, 2009. Tese (doutorado). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. 349 f.: il.**

POLONIAL, Jucelino. **Noções Gerais as História Econômica de Anápolis**, ano 2, Nº 08, 2006.

Porto Seco Centro Oeste. Disponível em: <http://www.portocentrooeste.com.br/pt-br/default.aspx>. Acesso em: 02 de set. de 2007.

MARICATO, Ermínia. **Globalização e política urbana na periferia do capitalismo**. In: RIBEIRO, L. C. de Queiroz; Jr, Orlando A. dos Santos. As metrópoles e a questão social brasileira. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2007. p. 51-76.

MARX, Karl Heinrich. ENGELS, Fredrech. **MANIFESTO COMUNISTA** . Ed. Ridendo Castigat Mores. 1999.

Ministério da Integração Nacional. Apresenta atividades desenvolvidas pelo Ministério da Integração. Disponível em: <<http://www.intregacao.gov.br/fundos/fundos-constitucionais/criação.asp?id=criação>>. Acesso em: 09 de Nov. de 2007.

MIRAGAYA, Júlio. **A Região de Brasília e Goiânia: Formação, Problemas e Potencialidades**. Disponível em: http://www.corecondf.org.br/download/brasil/artigo_julio2.pdf. Acesso em 09 de set. de 2009.

MOREIRA, Rui. **Sociedade e espaço no Brasil (As fases da formação brasileira: hegemonias e conflitos)**. In: Boletim Paulista de Geografia: Perspectiva Crítica. São Paulo: AGB, dez de 2005. n. 83. PP. 07-33.

MONTESSORO, Claudia Cristina. **Centralidade Urbana e Comércio Informal: Os Novos Espaços de Consumo no Centro de Anápolis-GO**: Orientador: Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito. Presidente Prudente-SP, 2006. Tese (Doutorado) – UNESP – Universidade Estadual Paulista, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo, 2003.150p.

Plano Diretor Participativo. Prefeitura Municipal de Anápolis. **Plano Diretor Participativo de Anápolis**: 2005/2006 Anápolis.

PINTO, Álvaro Vieira. **Ciência e Existência: problemas filosóficos da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

POLONIAL, Jucelino Martins. **Noções Gerais as História Econômica de Anápolis**. Anápolis, ano 2, Nº 08, 2006.
_____. Jucelino Martins. **Ensaio Sobre a História de Anápolis**. Anápolis: AEE, 2000. 178p.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo. razão e Emoção.** 3^o ed. SP: HUCITEC, 1999.

_____. **Pensando o Espaço do Homem.** 5^o ed., reimpressa. SP: edusp, 2007

SANTOS, Oyana Rodrigues dos. **A Política de Industrialização em Goiás com os distritos Agro-industriais-DAIA (1970/90)**/Oyana Rodrigues dos Santos; orientadora Professora Dra. Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira. Goiânia, 1999. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 1999.

SEPLAN - **Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento.** Apresenta dados e informações do Estado de Goiás e seus municípios e regiões de planejamento. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br>. Acesso em: 25 de agosto de 2007.

SILVA, Mariene Valadares. **Política industrial e Interesses empresariais: O II PND (1974-1979).** 2003. Artigo em formato digital. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/congresso2003/textos/Abphe_2003_64.pdf. Acesso em: 25 de agosto de 2007.

SILVA, Rodrigo Mendes da. **“DAIA, ISSO SERVE, EM PRIMEIRO LUGAR, PARA APROPRIAÇÃO DE TERRITÓRIOS”**[manuscrito]/ Rodrigo Mendes da Silva; Orientador: professor Dr. Marcel Rodrigues Mendoça. Goiânia-GO, 2009. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio Ambientais – IESA, 2009.161 f.: il.

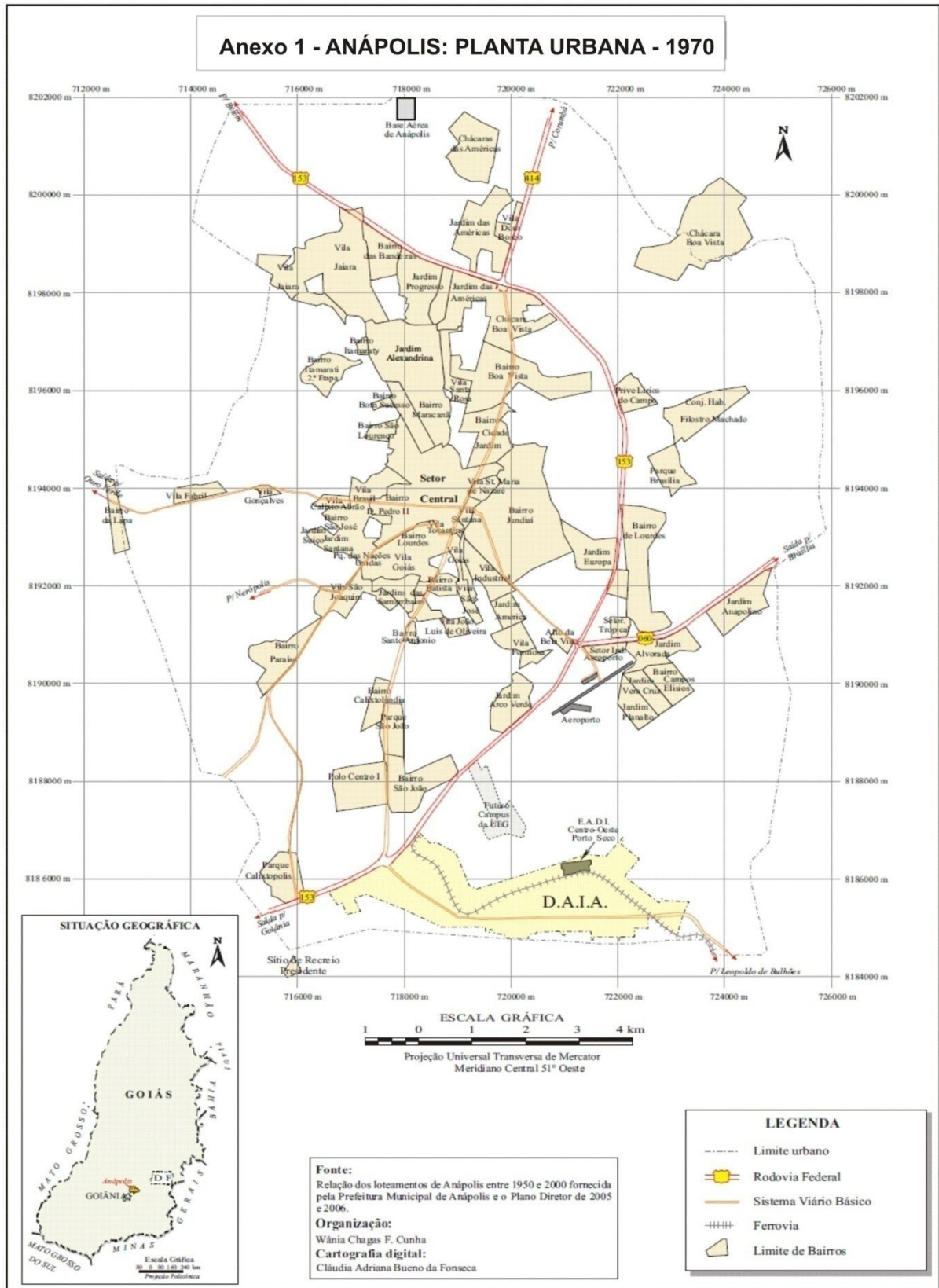
SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas: A reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica.** Tradução, Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1993.

SPOSITO, Maria Encarnação B. Capítulo 1: **A urbanização pré-capitalista.** In: _____. Capitalismo e urbanização. São Paulo: Contexto, 1989. p. 11-29. (Coleção Repensando a Geografia). Disponível em: <<http://ebooksgratis.com.br/livros-ebooks-gratis/tecnicos-e-cientificos/geografia-capitalismo-e-urbanizacao-maria-encarnacao-b-sposito/>> Acesso em: 03 de maio de 2010.

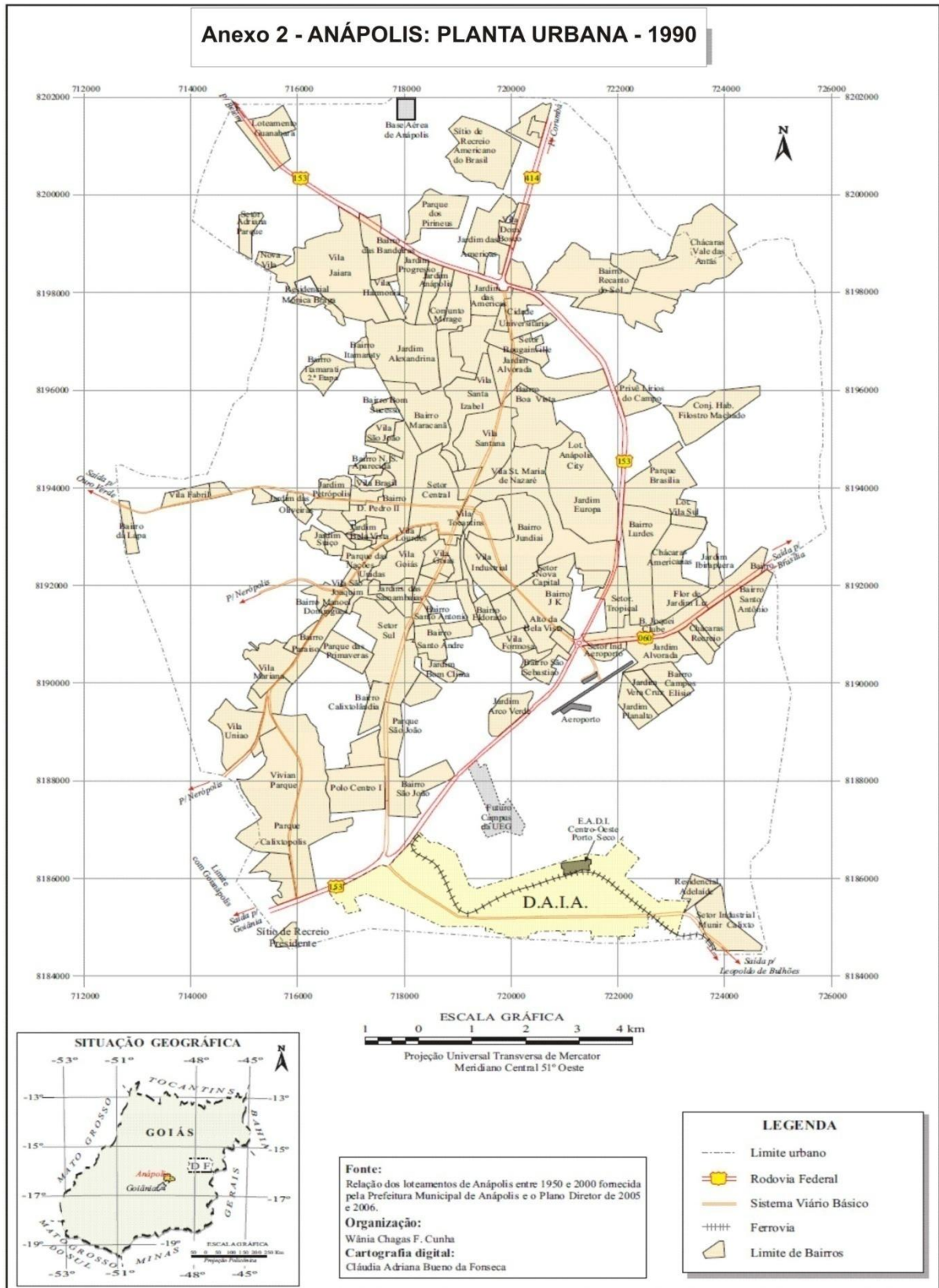
UEG - **Universidade Estadual de Goiás/Projetos de pesquisa.** Apresenta a Universidade, suas atividades, bem como os projetos de pesquisa desenvolvidos pela instituição. Disponível em: <<http://www.prp.ueg.br>. Acesso em 15/11/2007.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia tropical e do Brasil.** 2^o ed. Rio de Janeiro. IBGE, 1979.

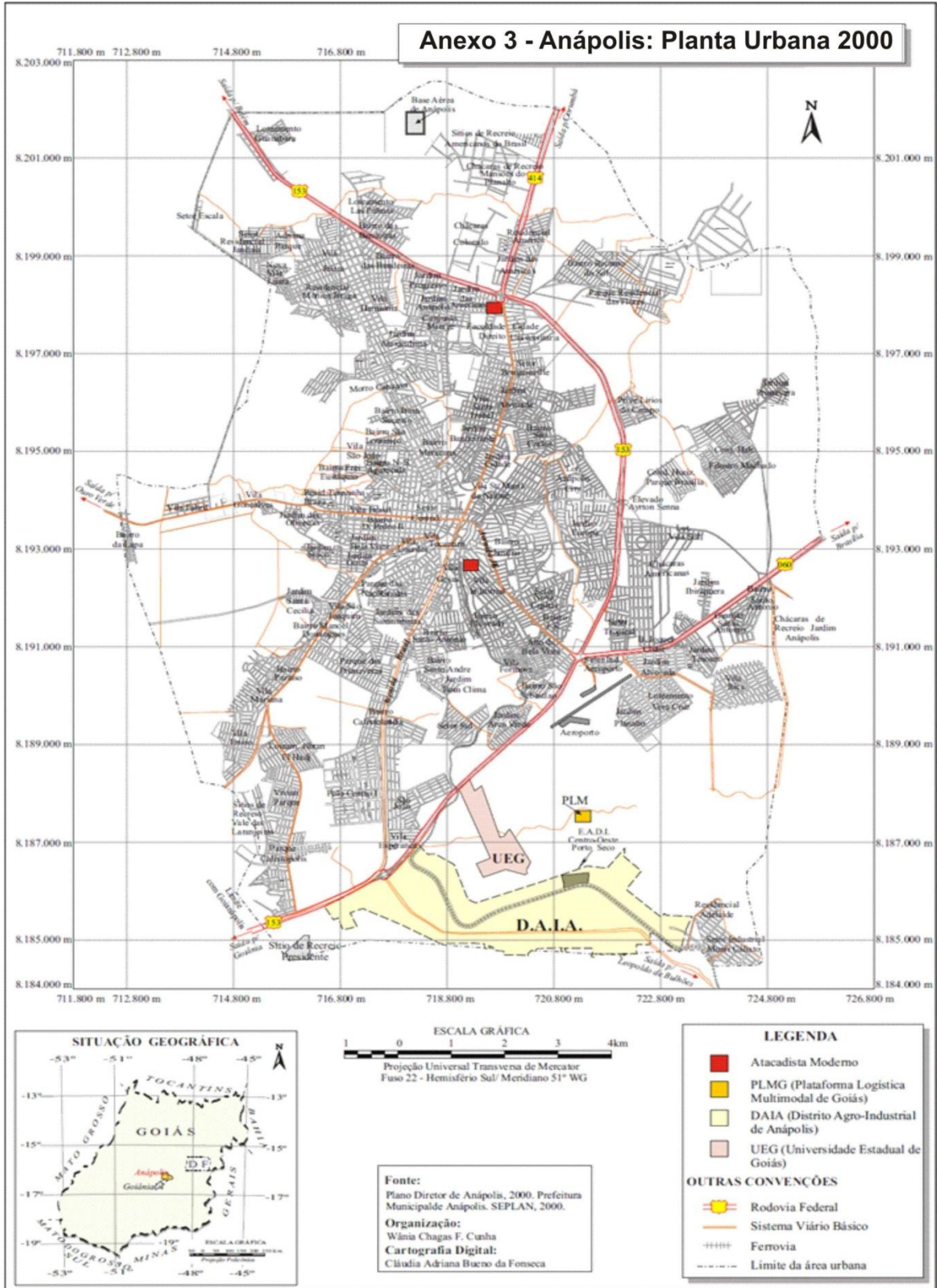
ANEXOS



Fonte: CUNHA (2009).



Fonte: CUNHA (2009).



Fonte: CUNHA (2009).

Anexo 4 – quadro: Criação de Cursos Superiores Relacionados ao Pólo Farmacêutico de Anápolis-GO

Criação de Cursos Superiores Relacionados ao Pólo Farmacêutico de Anápolis-GO				
Instituições	Categoria	Cursos	Oferta de Vagas	Ano de Abertura do Curso
UEG (Universidade Estadual de Goiás)	Pública	Química	30	1990
		Farmácia	60	2000
		Química Industrial	40	2000
FLA (Faculdade Latino Americana)	Privada	Engenharia de Produção	120	2004
		Farmácia	60	2007
FIBRA (Faculdade do Instituto Brasil Central)	Privada	Farmácia	80	2005
FATEC SENAI	Privada	Tecnologia em Processos Químicos	52	2006
		Tecnologia Fármaco Industrial	52	2006
Fonte: Fonte: MEC/INEP: Cadastro das instituições superiores (2007)				

Anexo 5 – quadro: Criação de Cursos Superiores Relacionados ao Pólo Farmacêutico de Anápolis-GO

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANÁPOLIS				
Curso	Categoria	Instituição	Institucional	Instituição Parceira
Ciências Moleculares	Mestrado	UEG ¹	Sim	
Engenharia Agrícola	Mestrado	UEG	Sim	
Tecnologia Farmacêutica ⁴	Mestrado		Não	UCG ⁴ , UEG, UniEvang.
Multidisciplinar em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente	Mestrado	UniEvangélica ²	Sim	
Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia Farmacêutica	Mestrado	UniEvangélica	Não	UCG, UEG, UniEvang.
Manejo e Manipulação de Plantas Medicinais	Especialização	UEG	Sim	
Metodologia do Ensino Superior	Especialização	UEG/FIBRA ³	Sim	
Implantodontia II	Especialização	UniEvangélica	Sim	
Logística Empresarial	Especialização	UniEvangélica	Sim	
MBA em Gestão empresarial	Especialização	UniEvangélica	Sim	
MBA em Engenharia de Produção	Especialização	UniEvangélica	Sim	
Metodologia de Ensino e Pesquisa na Educação Superior	Especialização	UniEvangélica	Sim	
Agronegócio ⁵	Especialização	UEG	Não	FIBRA
Engenharia de Produção ⁶	Especialização	UEG	Não	ITCO
Ciências Biológicas, Farmacêutica e da Saúde	Especialização	FIBRA	Sim	
Química Industrial e Ambiental	Especialização	FIBRA	Sim	
Engenharia da Segurança do Trabalho	Especialização	FIBRA	Sim	

1 Universidade Estadual de Goiás-UEG; ²UniEvangélica -Centro Universitário; ³Faculdade do Instituto Brasil - FIBRA; ⁴Parceria firmada entre: Univerdsidade Católica de Goiás, Universidade Estadual de Goiás e UniEvangélica; ⁵Parceria firmada entre UEG e FIBRA; ⁶Parceria entre UEG e ITCO.www.prp.ueg.br; <http://www.fibra.edu.br>; <http://www.unievangelica.edu.br/gc/index.php> acesso em 11/01/2009.

